

# Termo de Referência 22/2023

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
22/2023	170156-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 9A.RF/PR	ANDRE ELIAS CHEDIAK ROQUIM	06/12/2023 15:57 (v 4.0)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		10905720056202349

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de continuados de vigilância patrimonial orgânica, armada e desarmada, diurna e noturna, e serviços de monitoramento eletrônico, com e sem atendimento presencial, conforme condições, e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os itens do certame serão agrupados conforme localização, conveniência e pertinência, como segue:

- 1. GRUPO 01 - Paraná (exceto Foz do Iguaçu, Cascavel e Unidades da Fronteira) - orgânica e eletrônica
- 2. GRUPO 02 - Paraná: (Foz do Iguaçu, Cascavel e Unidades da Fronteira) - orgânica e eletrônica
- 3. GRUPO 03 - Santa Catarina - orgânica e eletrônica

GRUPO 01					
CATSER 23647					
Item	Descrição do serviço	Local	Quantidade Postos	Prazo (mês)	Quant. (meses x postos)
1	Vigilante armado diurno - 12x36	CURITIBA	6	24	144
	Vigilante armado diurno - 12x36h	LONDRINA	4	24	96
	Vigilante armado diurno - 12x36h	MARINGÁ	3	24	72
	Vigilante armado diurno - 12x36h	PARANAGUÁ	2	24	48

	Vigilante armado diurno - 12x36h	PONTA GROSSA	3	24	72
	Vigilante armado diurno - 12x36h	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	1	24	24
<b>CATSER 23957</b>					
Item	Descrição do serviço	Local	Quantidade Postos	Prazo (mês)	Quant. (meses x postos)
2	Vigilante armado noturno - 12x36h	CURITIBA	6	24	144
	Vigilante armado noturno - 12x36h	LONDRINA	6	24	144
	Vigilante armado noturno - 12x36h	MARINGÁ	3	24	72
	Vigilante armado noturno - 12x36h	PARANAGUÁ	3	24	72
	Vigilante armado noturno - 12x36h	PONTA GROSSA	2	24	48
	Vigilante armado noturno - 12x36h	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	1	24	24
<b>CATSER 23507</b>					
Item	Descrição do serviço	Local	Quantidade Postos	Prazo (mês)	Quant. (meses x postos)
3	Vigilante armado diurno - 44h	LONDRINA	1	24	24
	Vigilante armado diurno - 44h	PARANAGUÁ	1	24	24
<b>CATSER 23868</b>					
Item	Descrição do serviço	LOCAL		PRAZO	
17	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/Curitiba – DMA		24	
18	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/Curitiba – PVA/São José dos Pinhais		24	
19	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DIREP – CURITIBA		24	
20	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	SRRF09 - Curitiba – PVA		24	
21	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	SRRF09 - Curitiba - Depósito e Almoxarifado		24	
22	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	SRRF09 - CEOAR - Centro de Operações Aéreas		24	
23	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/Paranaguá – Sede		24	
24	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/Paranaguá - DMA – Depósito de Mercadorias Apreendidas		24	

25	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DRF/Ponta Grossa	24		
26	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DRF/Ponta Grossa - DMA – Depósito de Mercadorias Apreendidas – novo	24		
27	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DRF/Ponta Grossa – DMA – Depósito de Mercadorias Apreendidas – antigo	24		
28	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DRF/Londrina – Sede	24		
29	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DRF/Londrina – Terreno	24		
30	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DRF/Londrina - DMA – Depósito de Mercadorias Apreendidas	24		
31	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ARF/Apucarana	24		
32	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DRF/Maringá	24		
33	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DRF/Maringá – DMA 1 – Depósito de Mercadorias Apreendidas	24		
34	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DRF/Maringá – DMA 2 – Depósito de Mercadorias Apreendidas	24		
35	Vigilância eletrônica monitorada - nível Mínimo	ARF/Paranavaí	24		
36	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ARF/Umuarama	24		
GRUPO 02					
CATSER 23647					
Item	Descrição do serviço	Local	Quantidade Postos	Prazo (mês)	Quant. (meses x postos)
4	Vigilante armado diurno - 12x36h	CAPANEMA	2	24	48
	Vigilante armado diurno - 12x36h	CASCADEL	5	24	120
	Vigilante armado diurno - 12x36h	FOZ DO IGUAÇU	31	24	744
	Vigilante armado diurno - 12x36h	GUAÍRA	3	24	72
	Vigilante armado diurno - 12x36h	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	1	24	24
CATSER 23747					
Item	Descrição do serviço	Local	Quantidade Postos	Prazo (mês)	Quant. (meses x postos)
5	Vigilante armado diurno - 12x36h - LÍDER	FOZ DO IGUAÇU	2	24	48
CATSER 23747					

Item	Descrição do serviço	Local	Quantidade Postos	Prazo (mês)	Quant. (meses x postos)
6	Vigilante armado diurno - 12x36h - SUPERVISOR	FOZ DO IGUAÇU	1	24	24
<b>CATSER 23957</b>					
Item	Descrição do serviço	Local	Quantidade Postos	Prazo (mês)	Quant. (meses x postos)
7	Vigilante armado noturno - 12x36h	CAPANEMA	2	24	48
	Vigilante armado noturno - 12x36h	CASCADEL	5	24	120
	Vigilante armado noturno - 12x36h	FOZ DO IGUAÇU	28	24	672
	Vigilante armado noturno - 12x36h	GUAÍRA	3	24	72
	Vigilante armado noturno - 12x36h	SANTO ANTONIO DO SUDESTE	1	24	24
<b>CATSER 23957</b>					
Item	Descrição do serviço	Local	Quantidade Postos	Prazo (mês)	Quant. (meses x postos)
8	Vigilante armado noturno - 12x36h - LÍDER	FOZ DO IGUAÇU	2	24	48
<b>CATSER 23957</b>					
Item	Descrição do serviço	Local	Quantidade Postos	Prazo (mês)	Quant. (meses x postos)
9	Vigilante armado noturno - 12x36h - SUPERVISOR	FOZ DO IGUAÇU	1	24	24
<b>CATSER 23507</b>					
Item	Descrição do serviço	Local	Quantidade Postos	Prazo (mês)	Quant. (meses x postos)
10	Vigilante armado diurno - 44h	FOZ DO IGUAÇU	1	24	24
<b>CATSER 23868</b>					
Item	Descrição do serviço	Local		Prazo (mês)	
37	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/Foz do Iguaçu – Sede e CAC		24	
38	Vigilância eletrônica monitorada -	ALF/Foz do Iguaçu - DMA 1 e 2, Destruição, Centro Recepção		24	



	nível Médio	DIREP			
39	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/Foz do Iguaçu – DIREP Fiscalização, DIREP P4, Estande de tiro, Garagem Setrans	24		
40	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/Foz do Iguaçu – Assefaz 1 e 2	24		
41	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/Foz do Iguaçu - PCVA - Pátio de Custódia de Veículos Apreendidos	24		
42	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/Foz do Iguaçu - Ponte Internacional da Amizade - PIA	24		
43	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/Foz do Iguaçu – Ponte Tancredo Neves – PTN	24		
44	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	IRF/Guaíra + DMA	24		
45	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	IRF/Guaíra - Porto Lacustre de Sete Quedas	24		
46	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	IRF/Santa Helena	24		
47	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DRF/Cascavel – Sede	24		
48	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DRF/Cascavel - Galpão Anexo	24		
49	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DRF/Cascavel - DMA – Depósito de Mercadorias Apreendidas	24		
50	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DRF/Cascavel – Ferroeste – Porto Seco	24		
51	Vigilância eletrônica monitorada - nível Mínimo	ARF/Francisco Beltrão	24		
52	Vigilância eletrônica monitorada - nível Mínimo	ARF/Pato Branco	24		
53	Vigilância eletrônica monitorada - nível Mínimo	ARF/Toledo	24		
54	Vigilância eletrônica monitorada - nível Mínimo	ARF/S. Antônio do Sudoeste	24		
55	Vigilância eletrônica monitorada - nível Mínimo	IRF/Capanema	24		
56	Vigilância eletrônica monitorada - nível Mínimo	IRF/Capanema – Ponte	24		
GRUPO 03					
CATSER 23647					
Item	Descrição do serviço	Local	Quantidade Postos	Prazo (mês)	Quant. (meses x postos)
11	Vigilante armado diurno - 12x36h	BLUMENAU	1	24	24
	Vigilante armado diurno - 12x36h	DIONÍSIO CERQUEIRA	8	24	192
	Vigilante armado diurno - 12x36h	FLORIANÓPOLIS	1	24	24
	Vigilante armado diurno - 12x36h	ITAJAÍ	1	24	24
	Vigilante armado diurno - 12x36h	JOAÇABA	2	24	48

	Vigilante armado diurno - 12x36h	JOINVILLE	2	24	48
	Vigilante armado diurno - 12x36h	SÃO JOSÉ	2	24	48
<b>CATSER 23957</b>					
Item	Descrição do serviço	Local	Quantidade Postos	Prazo (mês)	Quant. (meses x postos)
12	Vigilante armado noturno - 12x36h	BLUMENAU	1	24	24
	Vigilante armado noturno - 12x36h	DIONÍSIO CERQUEIRA	8	24	192
	Vigilante armado noturno - 12x36h	FLORIANÓPOLIS	1	24	24
	Vigilante armado noturno - 12x36h	ITAJAÍ	1	24	24
	Vigilante armado noturno - 12x36h	JOAÇABA	2	24	48
	Vigilante armado noturno - 12x36h	JOINVILLE	2	24	48
	Vigilante armado noturno - 12x36h	SÃO JOSÉ	2	24	48
<b>CATSER 23647</b>					
Item	Descrição do serviço	Local	Quantidade Postos	Prazo (mês)	Quant. (meses x postos)
13	Vigilante desarmado diurno - 12x36h	BLUMENAU	1	24	24
	Vigilante desarmado diurno - 12x36h	FLORIANÓPOLIS	1	24	24
	Vigilante desarmado diurno - 12x36h	ITAJAÍ	1	24	24
	Vigilante desarmado diurno - 12x36h	JOAÇABA	1	24	24
<b>CATSER 23957</b>					
Item	Descrição do serviço	Local	Quantidade Postos	Prazo (mês)	Quant. (meses x postos)
14	Vigilante desarmado noturno - 12x36h	BLUMENAU	1	24	24
	Vigilante desarmado noturno - 12x36h	FLORIANÓPOLIS	1	24	24
	Vigilante desarmado noturno - 12x36h	ITAJAÍ	1	24	24
	Vigilante desarmado noturno - 12x36h	JOAÇABA	1	24	24
<b>CATSER 23507</b>					

Item	Descrição do serviço	Local	Quantidade Postos	Prazo (mês)	Quant. (meses x postos)
15	Vigilante armado diurno - 44h	FLORIANÓPOLIS	1	24	24
	Vigilante armado diurno - 44h	JOINVILLE	1	24	24
<b>CATSER 23507</b>					
Item	Descrição do serviço	Local	Quantidade Postos	Prazo (mês)	Quant. (meses x postos)
16	Vigilante desarmado diurno - 44h	SÃO FRANCISCO DO SUL	2	24	48
<b>CATSER 23868</b>					
Item	Descrição do serviço	Local	Prazo (mês)		
57	Vigilância eletrônica monitorada - nível Máximo	DRF/Florianópolis - sede	24		
58	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/FNS – DMA/São José - Depósito de Mercadorias Apreendidas	24		
59	Vigilância eletrônica monitorada - nível Mínimo	ARF/Criciúma	24		
60	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ARF/Lages	24		
61	Vigilância eletrônica monitorada - nível Mínimo	IRF/Imbituba	24		
62	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DRF/Blumenau	24		
63	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ARF/Brusque	24		
64	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/Itajaí - Casarão Malburg	24		
65	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/Itajaí – Anexo	24		
66	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/Itajaí - DMA - Depósito de Mercadorias Apreendidas	24		
67	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DRF/Joaçaba	24		
68	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	DRF/Joaçaba – DMA - Depósito de Mercadorias Apreendidas	24		
69	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ARF/Chapecó	24		
70	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/São Francisco do Sul	24		
71	Vigilância eletrônica monitorada - nível Máximo	DRF/Joinville – Sede	24		
72	Vigilância eletrônica monitorada - nível Mínimo	ARF/Mafra	24		
73	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/Dionísio Cerqueira – Sede + DMA	24		

74	Vigilância eletrônica monitorada - nível Mínimo	ALF/Dionísio Cerqueira - Aduana Turismo	24
75	Vigilância eletrônica monitorada - nível Médio	ALF/Dionísio Cerqueira – ACI Cargas	24

**1.3.** O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.4.** O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses contados do(a) assinatura do(s) contrato(s), prorrogável por até 10 anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 2021.

**1.5.** O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista **tratar-se de necessidade permanente das Unidades**, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

**1.6.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo I deste Termo de Referência.

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2023], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: **00394460000141-0-000043/2023**
- II) Data de publicação no PNCP: **20/05/2023**
- III) Id do item no PCA: **117**
- IV) Classe/Grupo: **852**
- V) Identificador da Futura Contratação: **170156-2/2022**

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **anexo I** deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**4.1** A realização de nova contratação surge como providência necessária e imprescindível, em observância ao princípio da continuidade da prestação de serviços e do interesse público, especialmente pela necessidade de zelo ao patrimônio público e aos bens custodiados pela Receita Federal do Brasil - RFB, além do fato de que os contratos atuais não serão prorrogados.

**4.2** As Unidades da 9ª Região Fiscal, localizadas em cidades do Paraná e de Santa Catarina, terão suas demandas abarcadas por um único procedimento licitatório, compreendendo a vigilância orgânica e a vigilância eletrônica monitorada, em continuidade ao processo de regionalização das atividades que vem ocorrendo desde o advento do Regimento Interno da instituição, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, do Gabinete do Ministério da Economia.

**4.3** Os serviços de vigilância orgânica e de monitoramento eletrônico são imprescindíveis às Unidades da RFB, visando garantir a preservação e a integridade física dos servidores e contribuintes, das edificações, instalações e demais bens móveis e imóveis, mercadorias apreendidas e outros bens de terceiros custodiados pela RFB, bem como de toda a documentação que nelas tramita ou se encontra arquivada.

**4.4** De acordo com critérios de localização, conveniência e pertinência, a licitação será composta por 3 (três) grupos, que contemplarão, cada um deles, as Unidades da circunscrição a serem atendidas pelos serviços de vigilância orgânica e de vigilância eletrônica monitorada.

**4.5** Os serviços ora demandados constituem atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão demandante, não sendo inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu plano de cargos.

**4.6** Enquadram-se, pois, nas exigências legais de terceirização, conforme rezam o artigo 7º da Instrução Normativa nº 5/2017, e o artigo 1º do Decreto nº 9.507/2018.

**4.7 Do Catálogo Eletrônico de Padronização** - Os itens objeto desse Estudo Técnico Preliminar não compõem o Catálogo Eletrônico de Padronização, instituído pela Portaria SEGES/ME nº 938, de 02 de fevereiro de 2022.

**4.8 Do serviço de natureza continuada** - Tratam-se de "serviços prestados de forma contínua pela sua essencialidade, pois visam atender à necessidade pública de forma permanente e continuada, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do Órgão, de modo que sua interrupção comprometa a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional", conforme o art. 15 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

**4.9 Da obrigatoriedade do pregão** - Conforme previsão dos incisos XIII e XLI do art. 6º da Lei 14.133 de 01 de abril de 2023, a modalidade pregão é obrigatória, visto que os serviços são enquadrados como "comuns", uma vez que são passíveis de delimitação no Mercado quanto aos padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto.

**4.10** A metodologia dos cálculos necessários para atender à demanda encontra-se definida na Portaria COPOL/SUCOR/RFB/ME nº 24.896, de 10 de dezembro de 2020, e suas alterações (**anexo I** deste Termo de Referência) que estabelece diretrizes e parâmetros institucionais uniformes para a gestão de recursos orçamentários relativos aos serviços de vigilância no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

**4.11** Os quantitativos prescritos no ANEXO Único da referida Norma foram definidos a partir de levantamento e análise do grau de risco em cada uma das localidades, cujo cálculo levou em consideração, sobretudo, aspectos como área do imóvel, quantidade de pavimentos, acessos, localização em área de risco, número de atendimentos a contribuintes e valores patrimoniais existentes.

**4.12 Da vedação do nepotismo** - Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, abaixo transcrito:

*"Art. 7º Os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, assim como os convênios e instrumentos equivalentes para contratação de entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública federal, deverão estabelecer vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança."*

**4.13 Da participação em consórcio** - Não poderão participar do certame as empresas que estejam reunidas em consórcio, e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.

**4.13.1** Tal vedação se deve pelo fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco se configura como de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, e assim amplia-se sobremodo a competitividade do certame.

**4.14 Da participação de Cooperativas** - não será permitida a participação de Cooperativas de Trabalho, uma vez que o objeto ora licitado não tem possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a Cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados. A vedação consta na Cláusula Primeira, alínea "c" do Termo de Conciliação Judicial firmado entre a Advocacia-Geral da União e o Ministério Público do Trabalho (autos nº 01082- 2002-020-20-00-0, Juízo da 20ª Vara do Trabalho do Distrito Federal), e atinge os serviços de Vigilância Orgânica e de Vigilância Eletrônica Monitorada.

#### **4.15 DA VIGILÂNCIA ORGÂNICA**

**4.15.1** Contratação de serviços de vigilância e segurança orgânica armada e desarmada, com utilização de mão de obra pertencente à função de vigilante, Código Brasileiro de Ocupações – CBO do Ministério do Trabalho e Emprego:

- a. 5173-30 – Vigilante
- b. 5103-10 – Supervisor de Vigilantes

**4.15.2** A empresa **CONTRATADA** deverá atender aos requisitos estabelecidos na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, sendo condições essenciais:

- a. Autorização de funcionamento, concedida pelo Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal;
- b. Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado;
- c. Os diretores e demais empregados das empresas especializadas não poderão ter antecedentes criminais registrados, conforme art.12 da Lei nº 7.102/83.

**4.15.3** O Departamento de Polícia Federal é o órgão competente do Ministério da Justiça responsável por autorizar, controlar e fiscalizar o funcionamento das empresas especializadas, dos cursos de formação de vigilantes e das empresas que exercem serviços orgânicos de segurança (art. 32 do Decreto nº 89.056/1983, de 24 de novembro de 1983).

**4.15.4** A prestadora dos serviços deverá fornecer, à suas expensas: uniformes, equipamento de EPI e todos os insumos necessários à prestação dos serviços, tais como armas, munições, coletes balísticos, lanternas, etc.

**4.15.5 Vínculo dos empregados com a CONTRATADA** - Todos os empregados da CONTRATADA utilizados diretamente na prestação dos serviços deverão ser do quadro de pessoal da empresa a ser CONTRATADA, que deverá selecionar e preparar rigorosamente seus empregados para prestar os serviços.

**4.15.5.1** Os empregados ficarão sob a inteira e exclusiva responsabilidade da empresa CONTRATADA e serão por ela designados para a execução dos serviços, conforme a categoria profissional a que pertencem, conforme consta da Convenção Coletiva de Trabalho correspondente.

**4.15.6** A contratação está de acordo com o Decreto nº 9.507/2018:

*"Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União."*

**4.15.7** A Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, em complemento, assim dispõe:

*"Art. 7º Nos termos da legislação, serão objeto de execução indireta as atividades previstas no Decreto que regulamenta a matéria."*

**4.15.8** Serão adotadas as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) com registros no MTE nº PR000324/2022, SC000265/2023 e SC000305/2023, registradas no MTE em 22/02/2022, 24/02/2023 e 01/03/2023, respectivamente, correspondentes à base territorial de circunscrição das unidades da O9RF.

**4.15.8.1** As Convenções Coletivas de Trabalho indicadas nos subitem acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas será sempre exigido o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratante.

#### **4.16 DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA**

**4.16.1.** A IN nº 5/2017 estabelece em seu ANEXO VI-A, Serviço de Vigilância, item 9, que:

*"É permitida a licitação:*

*a) para a contratação de serviços de instalação, manutenção ou aluguel de equipamentos de vigilância eletrônica em conjunto com serviços contínuos de vigilância armada/desarmada ou de monitoramento eletrônico, sendo vedada a comercialização autônoma de equipamentos de segurança eletrônica, sem a prestação do serviço de monitoramento correspondente."*

**4.16.2** Ademais, o art. 17 da Portaria nº 18.045/2023 - DG/DPF, estabelece o que segue:

*"As empresas de vigilância patrimonial não poderão desenvolver atividades econômicas diversas das que estejam autorizadas.*

*§ 1º Para o desenvolvimento de suas atividades, a empresa de vigilância patrimonial poderá utilizar toda a tecnologia disponível, desde que não represente ameaça à vida, à saúde e à dignidade da pessoa humana.*

*§ 2º Os equipamentos e sistemas eletrônicos utilizados na forma do § 1º deste artigo somente poderão ser fornecidos pela empresa de vigilância patrimonial sob a forma de comodato.*

*§ 3º As atividades de instalação, vistoria e atendimento técnico de acionamento de alarmes não poderão ser realizadas por vigilante, o qual é responsável apenas pelas atividades previstas no art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983."*

**4.16.3** Deste modo, a Receita Federal do Brasil adota preferencialmente a contratação de serviços de segurança eletrônica integrada, com a aquisição de equipamentos em comodato, com a prestação dos serviços de instalação e manutenção correspondentes, além do serviço de monitoramento eletrônico.

**4.16.4 A CONTRATADA** deverá prestar assistência técnica pelo período vigente do contrato sem custos adicionais, inclusive quando ocorrer troca/substituição de equipamentos com problemas de funcionamento.

**4.16.5** Além de outros requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e nos Estudos Técnicos Preliminares ( **anexo I**) são deveres da **CONTRATADA**:

**a)** A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços de monitoramento eletrônico nos horários fixados ou nos períodos em que o sistema estiver acionado, por profissionais treinados, garantindo a segurança integral do local, inclusive:

**b)** Monitorar a ativação e desativação do sistema de alarme, quando efetuado por servidor previamente habilitado.

**c)** Garantir que o alarme contemple sensores magnéticos para portas e janelas externas, bem como sensores infravermelhos de presença nos ambientes sensíveis/críticos.

**d)** Verificar o acionamento do sistema nos horários preestabelecidos, checando in loco as razões de possíveis não acionamentos, corrigindo de imediato as falhas detectadas.

**e)** Fornecer o link de internet de modo a possibilitar a visualização das imagens em tempo real e as armazenadas em HD, sem "perda de qualidade de imagens" ou travamento", referentes a todas as câmeras instaladas.

**f)** Treinar as pessoas indicadas pela Administração, que deterão senhas, orientando como utilizá-las, correndo às suas expensas todos os materiais didáticos e outros custos adicionais para este fim.

**g)** Sempre que houver um sinistro, de qualquer natureza, deverá **comunicar imediatamente a CONTRATANTE**.

h) Apresentar relatório mensal das ocorrências.

i) Os equipamentos disponibilizados para a prestação dos serviços deverão ser novos, sem defeitos, na data da contratação inicial, e deverão atender às normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

j) A **CONTRATADA** deverá afixar em cada pavimento dos prédios uma placa de identificação com telefone da empresa, informando que o local é protegido por sistema de segurança monitorada.

l) Em caso de constatação de evento de disparo ou acionamento de alarme, a Central de Operações da CONTRATADA, através de seu APOIO TÁTICO, deverá deslocar-se imediatamente até o local, adotando todas as providências necessárias e, em caso de arrombamento ou invasão, deverá acionar o órgão policial competente e, se for o caso, disponibilizando inclusive um ou mais TÉCNICOS EXTERNOS DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA (atendentes de alarme) até que o problema seja solucionado, sem ônus adicional para a Administração.\*

\* Especificamente em relação a este último subitem, será admitida a subcontratação, sem prejuízo da responsabilidade da **CONTRATADA** perante a Administração.

#### 4.17 Sustentabilidade:

**4.17.1** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.17.1.1** Relativamente à utilização de lanternas, Detector de metais e outros equipamentos elétricos, os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pilhas e baterias, cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

**4.17.2** E ainda, a **CONTRATADA** deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, no que couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

*a. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução do consumo de energia elétrica e água, além de programa de redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;*

*b. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;*

*c. Entregar formulário de ocorrências, por meio de seu encarregado, quando houver, para manutenção constante das instalações. Como exemplos de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas, exemplifica-se: lâmpadas queimadas ou piscando, fios desencapados, janelas, fechaduras ou vidros quebrados, entre outros;*

*d. Disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;*

*e. Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;*

*f. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, se usadas, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008; e*

*g. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.*

*h. Comunicar a CONTRATANTE sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados, tais como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias, mau funcionamento de instalações, entre outras.*



**4.17.3** Outrossim, sem prejuízo das demais normas incidentes sobre o tema, a **CONTRATADA** deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, quando couber, tais como:

- a. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- b. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c. Racionalização/economia no consumo de energia e água;
- d. Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;
- e. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e
- f. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

#### 4.18 Subcontratação

**4.18.1.** É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

**4.18.1.1** A subcontratação fica limitada **APENAS para VIGILÂNCIA ELETRÔNICA MONITORADA, especificamente** para os serviços técnicos de instalação, manutenção preventiva e corretiva do sistema de alarme monitorado, elaboração dos esquemas gráficos atualizados, conforme sua implantação (as built) e apoio tático local (em caso de disparo de alarme).

**4.18.1.2** Para a parcela a ser subcontratada referente aos serviços técnicos de elaboração dos esquemas gráficos atualizados (as built), instalação e manutenção preventiva e corretiva do sistema de alarme monitorado é necessária a **capacidade técnica para a prestação do serviço e a devida emissão de ART (anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA.**

**4.18.1.3** A subcontratação depende **de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a SUBCONTRATADA cumpre os requisitos de qualificação técnica** necessários para a execução do objeto.

**4.18.1.4** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da **SUBCONTRATADA**, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**4.18.2.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

#### 4.19 Garantia da contratação

**4.19.1** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

**4.19.2.** Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

**4.19.3** A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

**4.19.4** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### 4.20 Vistoria

**4.20.1** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 às 12:00 horas, e das 14:00 às 17:00 horas, devendo o agendamento ser previamente efetuado junto aos contatos informados no Estudo Técnico Preliminar, **anexo I** deste Termo de Referência

**4.20.2** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**4.20.3** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**4.20.4.** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme **ANEXO II** deste Termo de Referência.

**4.20.5.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**4.20.6** O prazo para a vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital para o certame e se estenderá até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Execução

**5.1.1** A execução dos serviços será iniciada após notificação formal pela Administração, a ser realizada com no **mínimo 5 (cinco) dias úteis** para **VIGILÂNCIA ORGÂNICA**, e com no **mínimo 10 (dez) dias úteis** para **VIGILÂNCIA MONITORADA**.

**5.1.2** O início da execução dos serviços, conforme mencionado no Estudo Técnico Preliminar (**anexo I**), poderá ocorrer de forma gradativa, o que deverá ser detalhado na notificação formal.

**5.1.3** A tabela abaixo demonstra as vigências das atuais contratações e as datas estimadas para início da vigência da(s) nova(s) contratação(ões) de **VIGILÂNCIA ORGÂNICA**:

CONTRATO PROCESSO	VIGÊNCIA	VIGÊNCIA CONTRATAÇÃO	DATA ESTIMADA NOVA CONTRATAÇÃO	UNIDADES
03/2022 10905720001/2022-58	01/03/2022 a 31/12/2023	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL 31/12 /2023 a 29/03/2024	29/03/2024	Paraná (exceto Foz do Iguaçu, Cascavel e Unidades da Fronteira)
29/2021 10905720189/2021-53	01/01/2022 a 31/12/2023	Continuidade na prestação do serviço pela empresa atual	29/03/2024	Santa Catarina
04/2022 10905720006/2022-81	01/03/2022 a 31/12/2023	Continuidade na prestação do serviço pela empresa atual	29/03/2024	Paraná: Foz do Iguaçu, Cascavel e Unidades da Fronteira

**5.1.4** A tabela abaixo demonstra as vigências das atuais contratações e as datas **estimadas** para início da vigência da(s) nova(s) contratação(ões) de VIGILÂNCIA ELETRÔNICA MONITORADA:

CONTRATO	PROCESSO	VIGÊNCIA	DATA <b>ESTIMADA</b> NOVA CONTRATAÇÃO	UNIDADES
10/2022	10905.720036/2022-97	01/04/2022 a 01/02 /2024	02/02/2024	Paraná (exceto Foz do Iguaçu, Cascavel e Unidades da Fronteira)
09/2022	10905.720037/2022-31	11/04/2022 a 11/04 /2024	12/04/2024	Paraná: Foz do Iguaçu, Cascavel e Unidades da Fronteira
11/2022	10905.720038/2022-86	02/05/2022 a 02/04 /2024	03/04/2024	Santa Catarina

### 5.1.5 DA VIGILÂNCIA ORGÂNICA

**5.1.5.1** A contratação deve atender aos requisitos de segurança, de forma a garantir:

1. Proteção aos usuários e ao patrimônio público, de forma adequada aos imóveis, às suas características, por meio de pessoal devidamente capacitado em relação à postura e atuação dentro da instituição;
2. A contratação deve ainda contemplar materiais de qualidade para garantir as condições adequadas de trabalho dos vigilantes, com diminuição dos riscos na execução do contrato;
3. As normas de segurança deverão ser observadas

**5.1.5.2** Os vigilantes deverão estar profissionalmente qualificados, preenchendo todos os requisitos previstos no art. 16 da Lei 7.102/83, quais sejam:

1. Ser brasileiro;
2. Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
3. Ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
4. Ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta Lei;
5. Ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;
6. Não ter antecedentes criminais registrados; e
7. Estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

**5.1.5.3** Ainda, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar preposto(s) e superviso(res), conforme descrições e características consignadas no Estudo Técnico Preliminar, **ANEXO I** deste Termo de Referência.

**5.1.5.4** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a. Os postos de vigilantes 44 horas semanais serão alocados em locais de maior movimento durante o horário de expediente.
- b. Os postos de 12x36 horas, diurnos e noturnos, desarmados, serão alocados em pontos estratégicos, onde não poderá haver interrupção da vigilância orgânica em hipótese alguma.
- c. Os postos de 12x36 horas, diurnos e noturnos, armados, serão alocados em pontos de maior necessidade da presença armada para coibir ilícitos, de forma continuada e ostensiva.

**5.1.5.5** As atribuições de cada posto de vigilância orgânica estão descritas no Estudo Técnico Preliminar, **ANEXO I** deste Termo de Referência.

**5.1.5.6** A distribuição dos postos de vigilância, armada e desarmada, diurnos e noturnos, 44 horas e 12x36 horas, está demonstrada na tabela do item 9 do Estudo Técnico Preliminar, **ANEXO I** deste Termo de Referência.

### 5.1.6 DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

**5.1.6.1** A prestação dos serviços ora contratados deverá incluir o fornecimento e instalação dos equipamentos e acessórios, em regime de comodato, conforme o art. 17, § 2º da Portaria nº 18.045/2023 -DG/DPF, contemplando também os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de monitoramento eletrônico.

**5.1.6.2** Todo o material necessário para a correta instalação deverá fazer parte da proposta.

**5.1.6.3** A distribuição, caracterização e definição de equipamentos e sistemas de segurança eletrônica, com alarme e monitoramento, com e sem atendimento presencial em casos de acionamento, deverão seguir as normativas institucionais, como a Portaria COPOL/SUCOR/RFB/ME nº 24.896/2020 e a Nota Técnica RFB/SUCOR/COPOL nº 18/2017, anexas ao Estudo Técnico Preliminar, **ANEXO I** deste Termo de Referência.

**5.1.6.4** As características mínimas aceitáveis para os serviços de vigilância eletrônica monitorada, estão descritos nos Estudo Técnico Preliminar, **ANEXO I** deste Termo de Referência.

**5.1.6.5** Serão fornecidos à **CONTRATADA** os esquemas gráficos (as built) existentes, o rol e a descrição dos equipamentos que se encontram instalados (em regime de comodato) pela atual contratada, fotos e outras informações pertinentes à contratação.

**5.1.6.6** A **CONTRATADA** deverá observar os esquemas gráficos (as built) e demais documentos fornecidos pela RFB e promover os ajustes necessários previstos nessa contratação, conforme as disposições deste Termo de Referência e no Estudos Técnico Preliminar (**ANEXO I**).

**5.1.6.7** Na representação gráfica da implantação do sistema de segurança a ser instalado em cada uma das Unidades da 9ªRF deverá estar explícito tudo o que irá compor a instalação, demonstrando claramente a localização dos equipamentos, acessórios, infraestrutura (eletrodutos, eletrocalhas, cabos etc), os detalhes da instalação, os cálculos de dimensionamento e tudo o mais que for necessário para sua perfeita implantação, devendo estar dentro das normas técnicas nacionais ou internacionais e, na falta destas, dentro das especificações dos Fabricantes.

**5.1.6.8** Após a instalação dos equipamentos, caberá a **CONTRATADA** fornecer os esquemas gráficos atualizados, conforme sua implantação (as built).

**5.1.6.9** E ainda, deverão ser observadas as disposições da Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 18, de 23 de agosto de 2017, com destaque para:

**a. sensores** - análise detalhada do local antes de fazer a escolha do sensor, levando em consideração vários parâmetros como posição de janelas, incidência do sol, climatizadores de ar, lareiras, arbustos, árvores, vento, tipo de iluminação, cortinas e etc, pois em muitos casos o local a ser monitorado necessita da utilização de dois tipos de sensores com duas tecnologias distintas. Deve dimensionar a área de atuação dos sensores, a posição onde devem ser localizados, os tipos de sensores a serem utilizados, o posicionamento da sirene, o dimensionamento da infraestrutura e a interligação a rede elétrica predial a ser utilizada. A infraestrutura deve ser montada de forma a prover a segurança das instalações e deve ser dimensionada de acordo com as normas técnicas.

**b. câmeras** - definição da localização de todas as câmeras e o tipo de câmera a ser usada, dimensionando seu alcance, abertura da imagem, o tipo de lente para que a **imagem fique nítida e clara**.

**c. Circuito Fechado de TV (CFTV)** - análise detalhada do local de monitoramento, a fim de verificar sobre a necessidade de implantação de luz artificial, o que deve ser dimensionado recorrendo a um projeto luminotécnico, deve analisar a iluminação externa em seus diversos horários do dia, principalmente se a câmera for externa, porque a posição do sol poderá ofuscar a imagem.

**d. gravador de vídeo (DVR)** - verificação do tamanho dos dispositivos de armazenamento de imagem e as funções necessárias **de acordo com as necessidades da CONTRATANTE**.

**5.1.6.10** Os custos decorrentes de equipamentos e acessórios, instalação, assistência técnica preventiva, bem como as intervenções técnicas corretivas e, se houver necessidade, dos materiais necessários, tais como fios, cabos e canaletas, entre outros, para o sistema operar dentro dos padrões técnicos de segurança, com qualidade, e demais especificações técnicas emanadas do Fabricante, serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** e sem ônus adicionais para a Administração, salvo se ficar caracterizada a responsabilidade da **CONTRATANTE**.

**5.1.6.11 DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO**

a. **Dos esquemas gráficos (as built)** - Caberá a **CONTRATADA** fornecer os esquemas gráficos atualizados, conforme sua implantação (as built), no prazo de **ATÉ 45 DIAS CORRIDOS**, a contar do término do prazo para instalação dos equipamentos.

b. **DO PLANO DE SEGURANÇA** - deverá ser apresentado o plano de segurança no prazo de **ATÉ 75 DIAS CORRIDOS**, a contar da assinatura do contrato.

d. **DO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS** - deverá ser fornecido e instalado os equipamentos no prazo de **ATÉ 75 DIAS CORRIDOS**, a contar do recebimento da ordem de serviço.

#### 5.1.6.12 DO SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

5.1.6.12.1 Ao final da vigência do Contrato, a **CONTRATADA** deverá, **EM ATÉ 30 DIAS CORRIDOS**, retirar todos os equipamentos e periféricos instalados para a execução do Contrato, **ficando às suas expensas** qualquer obra e /ou serviço que se fizerem necessários para deixar o imóvel no mesmo estado de conservação à época da instalação dos equipamentos.

### 5.2 Local e horário da prestação dos serviços

#### 5.2.1. DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ORGÂNICA

5.2.1.1 Os serviços de vigilância deverão ser prestados nas dependências e instalações da Administração, nos endereços constantes no Estudo Técnico Preliminar, **ANEXO I** deste Termo de Referência. A atividade de vigilância patrimonial somente poderá ser exercida dentro dos limites dos imóveis vigiados, conforme disposição da Portaria nº 18.045/2023 – DG /DPF.

5.2.1.2 De acordo com a conveniência e necessidade da Administração, os postos de trabalho poderão ser remanejados em outros endereços, nos locais de prestação de serviços compreendidos pelo grupo/contrato, dentre às Unidades de jurisdição da 09RF, sem custos adicionais à CONTRATANTE.

5.2.1.3 Os serviços serão prestados de acordo com os horários e postos dispostos abaixo:

a. Para os postos de vigilância com carga horária de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, compreendendo o período das 07:00 às 22:00 horas, com intervalo de uma hora para almoço, de segunda a sexta-feira, não excedendo o total de 44 horas semanais.

b. Para os postos de vigilância com 12 horas diurnas, de segunda a domingo, em turnos de 12x36 horas, das 07:00 às 19:00 horas

c. Para os postos de vigilância com 12 horas noturnas, de segunda a domingo, em turnos de 12x36 horas, das 19:00 às 07:00 horas.

5.2.1.4 Os horários e turnos de prestação dos serviços poderão sofrer alterações a qualquer tempo, de acordo com a conveniência e necessidade da CONTRATANTE.

#### 5.2.2 DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

5.2.2.1 Os serviços de monitoramento eletrônico, com ou sem monitoramento à distância de alarmes com sensores de presença, com ou sem atendimento presencial nas ocorrências, serão prestados nos endereços constantes no Estudo Técnico Preliminar, **ANEXO I** deste Termo de Referência.

5.2.2.2 Ocorrendo mudança de locais de execução durante a vigência do contrato, dentre as Unidades de jurisdição da 09RF e nos locais de prestação de serviços compreendidos pelo grupo/contrato, ficará a **CONTRATADA** obrigada a executá-los nos novos endereços, sem custos adicionais à CONTRATANTE.

5.2.2.3 Os serviços serão prestados em regime de 24 horas, de "segunda a segunda", de acordo com a localidade da Unidade da RFB, e ainda seguindo as características e quantidades definidas no Estudo Técnico Preliminar, **ANEXO I** deste Termo de Referência.

5.2.2.4 E ainda, são deveres da **CONTRATADA**:

- a. A CONTRATADA deverá prestar os serviços de monitoramento eletrônico nos horários fixados ou nos períodos em que o sistema estiver acionado, por profissionais treinados, garantindo a segurança integral do local, inclusive:
- b. Monitorar a ativação e desativação do sistema de alarme, quando efetuado por servidor previamente habilitado.
- c. Garantir que o alarme contemple sensores magnéticos para portas e janelas externas, bem como sensores infravermelhos de presença nos ambientes sensíveis/críticos.
- d. Verificar o acionamento do sistema nos horários preestabelecidos, checando in loco as razões de possíveis não acionamentos, corrigindo de imediato as falhas detectadas.
- e. Sempre que houver acionamento de alarme, a **CONTRATADA** deverá, primeiramente, verificar se ocorreu alguma anormalidade, como, por exemplo, invasão ou outro tipo de sinistro. Se confirmada alguma anormalidade, a CONTRATADA deverá **comunicar IMEDIATAMENTE o CHEFE DA UNIDADE ou FISCAL DE CONTRATO** responsável e acionar as autoridades policiais competentes.
- f. Se não for confirmada NENHUMA ANORMALIDADE, e, portanto, for verificado que se trata de "disparo em falso", a CONTRATADA deverá desligar e acionar novamente o alarme remotamente, e, na sequência, informar o ocorrido ao responsável da Unidade e ao gestor do contrato através de mensagem eletrônica (e-mail).
- g. Treinar as pessoas indicadas pela Administração, que deterão senhas, orientando como utilizá-las, correndo às suas expensas todos os materiais didáticos e outros custos adicionais para este fim.
- h. Sempre que houver um sinistro, de qualquer natureza, deverá comunicar imediatamente a CONTRATANTE.
- i. Apresentar relatório mensal das ocorrências.
- j. Os equipamentos disponibilizados para a prestação dos serviços deverão ser novos, sem defeitos, na data da contratação inicial, e deverão atender às normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- k. A CONTRATADA deverá afixar em cada pavimento dos prédios uma placa de identificação com telefone da empresa, informando que o local é protegido por sistema de segurança monitorada.
- l. Informar e manter atualizado dados cadastrais da empresa e da pessoa responsável pela prestação do serviço, incluindo-se, dentre as demais informações, o telefone móvel e endereço eletrônico.
- m. A CONTRATADA terá o prazo de **ATÉ 3 (três) DIAS ÚTEIS** para entregar às imagens das câmeras do sistema de monitoramento, a contar da solicitação feita pela CONTRATANTE.
- n. Em caso de constatação de evento de disparo ou acionamento de alarme, a Central de Operações da CONTRATADA, através de seu apoio tático, deverá deslocar-se imediatamente até o local, adotando todas as providências necessárias e, em caso de arrombamento ou invasão, deverá acionar o órgão policial competente e, se for o caso, disponibilizando inclusive um ou mais **TÉCNICOS EXTERNOS DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA** (atendentes de alarme) até que o problema seja solucionado, sem ônus adicional para a Administração.\*

\* Especificamente em relação a este último subitem, será admitida a subcontratação, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA perante a Administração

### 5.3 Rotinas a serem cumpridas

#### 5.3.1 DA VIGILÂNCIA ORGÂNICA

##### 5.3.1.1 A prestação de serviços deverá incluir, dentre outras atividades:

- a. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

- b.** Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades.
- c.** Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas.
- d.** Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas.
- e.** Fiscalizar a entrada e saída de veículos das instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados.
- f.** Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações.
- g.** Comunicar à área de segurança da Administração todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco ao patrimônio da Administração.
- h.** Colaborar com a Polícia Civil e a Polícia Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando da melhor forma possível a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.
- i.** Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar.
- j.** Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados nas instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou pelo responsável pela instalação.
- k.** Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, em caso de desobediência.
- l.** Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e nas suas imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos servidores e das instalações.
- m.** Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros.
- n.** Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários ao perfeito desempenho das funções e à manutenção da tranquilidade.
- o.** Manter o(s) vigilante(s) no posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.
- p.** Registrar e controlar, com a Administração, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços.
- q.** Conhecer as atividades de cada posto ocupado por funcionários da CONTRATADA, de acordo com as orientações da CONTRATANTE.
- r.** Cumprir rigorosamente seus horários de serviço.
- s.** Manter-se sempre com uma postura correta.

### **5.3.2 DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA**

#### **5.3.2.1 PLANO DE SEGURANÇA**

- 5.3.2.1.1** Deverá ser elaborado pela CONTRATADA, e aprovado pela CONTRATANTE, o PLANO DE SEGURANÇA - PS, que deverá seguir o que estabelece a Portaria nº 18.045/2023 DG/DPF, especialmente em seu art. 95 que

dispõe que "o plano de segurança deverá descrever todos os elementos do sistema de segurança, que abrangerá toda a área do estabelecimento, constando:

*I - a quantidade e a disposição dos vigilantes, adequadas às peculiaridades do estabelecimento, sua localização, área, instalações e encaixe;*

*II - alarme capaz de permitir, com rapidez e segurança, comunicação com outro estabelecimento, bancário ou não, da mesma instituição financeira, empresa de segurança ou órgão policial;*

*III - equipamentos hábeis a captar e gravar, de forma imperceptível, as imagens de toda movimentação de público no interior do estabelecimento, em **alta definição**, as quais deverão permanecer armazenadas em meio eletrônico por um **período mínimo de sessenta dias**;*

*IV - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura;*

*V - anteparo blindado com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento; e*

*(...)*

*§ 1º Os elementos previstos nos incisos I, II e VI deste artigo são obrigatórios, devendo, contudo, integrar o plano pelo menos mais um dentre os previstos nos incisos III a V.*

*§ 2º Os elementos de segurança previstos nos incisos III a V deste artigo são utilizados observando-se os projetos de construção, instalação e manutenção, sob a responsabilidade de empresas idôneas, observadas as especificações técnicas asseguradoras de sua eficiência, bem como as normas específicas referentes à acessibilidade de pessoas idosas e portadoras de deficiência.*

*§ 3º O alarme previsto no inciso II deste artigo, quando não conectado diretamente a um órgão policial ou a outro estabelecimento da própria instituição, deverá estar conectado diretamente a uma empresa de segurança autorizada, responsável pelo seu monitoramento, cujo nome deverá constar do Plano de Segurança."*

### 5.3.2.2 DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

**5.3.2.2.1** A manutenção preventiva consiste de inspeções, ajustes, regulagens, reparos, limpeza, substituição de partes ou peças inajustáveis, com defeito ou gastas, simulações e realização de testes.

**5.3.2.2.2** A manutenção preventiva deverá ser efetuada **UMA VEZ A CADA MÊS**, sendo que o prazo de execução da primeira manutenção será contado da data da homologação do sistema pela **CONTRATANTE**.

**5.3.2.2.3** Será considerado como serviço de manutenção preventiva a alteração no posicionamento das câmeras, quando constatado pela **FISCALIZAÇÃO** e ratificado pelo **GESTOR** do contrato que existem "pontos cegos", de modo que a alteração traria uma cobertura de imagens mais ampla e completa dentro da área de circunscrição da Unidade.

### 5.3.2.3 DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

**5.3.2.3.1** Em caso de interrupção da comunicação, a **CONTRATADA** terá o prazo de **ATÉ 02 (duas) HORAS** após a comunicação para atender aos chamados técnicos e **24 horas** da abertura do chamado ou constatação da interrupção da comunicação pela própria **CONTRATADA**, para a solução final do defeito/problema, incluindo a troca de peças e equipamentos, se necessário;

**5.3.2.3.2** Nos demais casos, o prazo será de **48 horas** da abertura do chamado ou constatação do defeito ou problema, incluindo a troca de peças e equipamentos, se necessário.

**5.3.2.3.3** Será considerado como serviço de manutenção corretiva o ajuste na sensibilidade dos sensores, se **na mesma localidade** houver sido registrado - em relatório da Fiscalização do(s) contrato(s) e ratificado pelo **GESTOR** do contrato - ao menos 2 (dois) "disparos acidentais" (disparos falsos) de alarme, **num período inferior a 30 (trinta) dias**.

**5.3.2.3.4** As visitas para realização de reparos técnicos corretivos deverão ser realizadas pela **CONTRATADA** de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, a qualquer horário do dia ou da noite, na Unidade onde o sistema



estiver instalado, sendo que fora do horário de funcionamento da Unidade a **CONTRATADA** deverá obter autorização prévia da **CONTRATANTE** e/ou o acompanhamento por servidor designado.

#### **5.3.2.4 DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**

**5.3.2.4.1** Deverá ser emitido relatório de assistência técnica prestada, a ser assinado por representante da **CONTRATANTE** ao término do serviço, tanto nos casos de manutenção preventiva quanto nos de manutenção corretiva.

**5.3.2.4.2** A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CONTRATANTE** com no **mínimo 1 hora de antecedência** antes do início da execução do serviço de **manutenção corretiva** ou no **mínimo 2 hora de antecedência** antes do início da execução do serviço de **manutenção preventiva** para que a Fiscalização ou servidor responsável possa acompanhar o serviço, caso entenda necessário.

**5.3.2.4.3** Durante a vigência contratual, a **CONTRATANTE** irá disponibilizar à **CONTRATADA** a relação atualizada dos servidores responsáveis e dos meios de contato.

#### **5.3.2.5 DA INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**

**5.3.2.5.1** Todos os equipamentos deverão ser instalados de acordo com as normas técnicas pertinentes, com as orientações e recomendações técnicas dos manuais dos fabricantes.

**5.3.2.5.2** A instalação dos sistemas eletrônicos deverá preservar as características do imóvel, sendo a Contratada obrigada a reparar eventuais danos causados, sem qualquer ônus para a Contratante.

**5.3.2.5.3** A Contratada deverá providenciar a entrega, a instalação e a colocação em pleno e perfeito funcionamento dos equipamentos no prazo máximo de **ATÉ 75 DIAS CORRIDOS**, a contar do recebimento da **ORDEM DE SERVIÇO**.

**5.3.2.5.4** Todas as áreas envolvidas nos trabalhos deverão ser entregues limpas e recompostas conforme condições originais, comprovadas mediante **APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO**, por parte da contratada, em **ATÉ 45 DIAS CORRIDOS**, a contar do término do prazo para instalação dos equipamentos, mostrando: as áreas antes e depois da execução dos serviços e todos os componentes instalados pelo Contratada.

**5.3.2.5.5** Ao final da instalação, a **CONTRATADA** deverá oferecer treinamento operacional do sistema aos responsáveis indicados pelo **CONTRATANTE**.

**5.3.2.5.6** O treinamento deverá ser previamente agendado com a **CONTRATANTE**, com entrega de um "manual de utilização" de todo sistema instalado.

### **5.4 Materiais a serem disponibilizados**

#### **5.4.1 DA VIGILÂNCIA ORGÂNICA**

**5.4.1.1** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

#### **5.4.1.2 PARA USO INDIVIDUAL DO VIGILANTE**

- a) 1 (um) COLETE NÍVEL II-A - somente para postos de vigilância armada;
- b) 1 (um) Capa para Colete Balístico - somente para postos de vigilância armada;
- c) 1 (um) apito;

#### **5.4.1.3 PARA CADA POSTO DE VIGILÂNCIA**

- a) 1 (um) Livro de Ocorrências;
- b) 1 (um) tonfa;
- c) 1 (um) porta tonfa;

- d) 1 (um) revólver calibre 38 - somente para postos de vigilância armada;
- e) 6 (seis) munição calibre 38 - somente para postos de vigilância armada;
- f) 1 (um) cinto coldre e baleiro - somente para postos de vigilância armada;
- g) 1 (uma) lanterna recarregável - somente para postos noturnos;
- h) 1 (um) Kit 2 rádios portáteis (HT) digital; e
- i) 1 (cofre) - somente para as unidades onde existem postos 44hs diurno de vigilância armada

**5.4.1.4** As armas destinadas ao uso dos vigilantes dos postos armados serão de propriedade e responsabilidade da CONTRATADA, de acordo com o inciso I do art. 21 da Lei nº 7.102/1983.

**5.4.1.5** Em relação ao vigilante armado, a permissão para o porte de armas será estritamente em serviço, em consonância com o art. 22 da Lei nº 7.102/1983.

**5.4.1.6** A CONTRATADA se obriga a realizar semestralmente a limpeza e a revisão do armamento disponibilizado aos profissionais prestadores dos serviços.

**5.4.1.7** Para os postos de 44 hs semanais diurnos armados, localizados nos endereços *informados no Estudo Técnico Preliminar*, **ANEXO I** deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá fornecer cofre para o armazenamento da(s) arma(s) e sua munição (§3º do art. 132 da Portaria nº 18.045/2023 – DG/DPF);

**5.4.1.8** O transporte e o manuseio de armas, munições e coletes à prova de balas é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

**5.4.1.9** Os demais materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para a execução dos serviços de VIGILÂNCIA ORGÂNICA, armada e desarmada, deverão ser quantificados pela CONTRATADA de acordo com as características de cada Unidade atendida, conforme demonstrado nos Estudos Técnicos Preliminares, **ANEXO I** deste Termo de Referência.

#### **5.4.2 DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA**

**5.4.2.1** Os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para a execução dos serviços de VIGILÂNCIA ELETRÔNICA deverão ser quantificados pela CONTRATADA de acordo com as características de cada Unidade atendida, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, **ANEXO I** deste Termo de Referência.

**5.4.2.1.1** Toda a solução atualmente em uso, tais como equipamentos, materiais e demais acessórios necessários à implantação do sistema de monitoramento poderá ser mantida pelas **ATUAIS CONTRATADAS**, caso vençam o Pregão Eletrônico. Mas **DEVERÁ ocorrer os ajustes necessários, conforme as disposições deste Termo de Referência, Edital e anexos que os acompanham.**

**5.4.2.1.2** Às futuras **CONTRATADAS**, caso sejam outras empresas que não as atuais, poderão se ajustar entre si para aproveitamento das instalações, se for de interesse entre elas. No entanto, **DEVERÃO atender às especificações desta licitação, conforme as disposições deste Termo de Referência, Edital e anexos que os acompanham.**

**5.4.2.1.3** A relação dos equipamentos constantes no ANEXO VI do Estudo Técnico Preliminar (**ANEXO I** deste Termo de Referência), possuem as especificações e quantidades mínimas necessárias e devem ser considerados **apenas como REFERÊNCIA** para cálculo de proposta.

**5.4.2.1.4** A **CONTRATADA** deverá prestar assistência técnica pelo período vigente do contrato sem custos adicionais, inclusive quando ocorrer troca/substituição de equipamentos com problemas de funcionamento;

**5.4.2.2** Após a instalação dos equipamentos, a CONTRATADA deverá apresentar os esquemas gráficos atualizados conforme sua implantação (as built) e de acordo com o prazo estipulado no subitem 5.3.13 (dos prazos para execução do objeto) deste Termo de Referência.

**5.4.2.3** Também constitui obrigação da **CONTRATADA**, o fornecimento de materiais, cabeamento, infraestrutura, suportes, conectores, módulos e demais acessórios necessários à implantação do sistema de monitoramento, além dos serviços necessários à perfeita consecução da instalação.

## **5.5 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

### **5.5.1 DA VIGILÂNCIA ORGÂNICA**

**5.5.1.1** Os serviços de vigilância serão executados pela Contratada obedecendo ao disposto na IN SLTI/MPOG nº 05 /2017 e demais normas legais e regulamentares pertinentes, inclusive levando em consideração Acordo(s), Convenção(ões) ou Dissídio(s) Coletivo(s) de Trabalho vigente(s).

**5.5.1.2** A responsabilidade sobre o transporte dos empregados e do fornecimento de uniformes, de equipamentos e de EPI é de única e inteira responsabilidade da CONTRATADA. A interrupção dos serviços decorrentes da falta de transporte poderá implicar sanção cabível.

**5.5.1.3** A contratada ficará obrigada a informar à CONTRATANTE os nomes dos funcionários, com todos os dados de contato, como telefone e e-mail, que exercerão às atribuições de preposto e supervisor, de modo que os incidentes de execução do contrato sejam com eles tratados, no limite de suas atribuições.

**5.5.1.4** Demais informações relevantes para o dimensionamento da proposta são encontradas no Estudo Técnico Preliminar, **ANEXO I** deste Termo de Referência.

### **5.5.2 DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA**

**5.5.2.1** Os serviços de MONITORAMENTO ELETRÔNICO deverão seguir, também, a normatização interna da Receita Federal do Brasil que indica um padrão referencial detalhado pela Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 18, de 23 de agosto de 2017, contendo uma lista de referência para os equipamentos do alarme monitorado.

**5.5.2.2** Tal indicação não exime a CONTRATADA de apresentar - no momento da formalização da proposta - a sua própria listagem de equipamentos, que contemple as necessidades para a perfeita execução dos serviços, sob sua inteira responsabilidade.

**5.5.2.3** Os equipamentos/utensílios e/ou materiais permanentes serão de propriedade da CONTRATADA e deverão ser disponibilizados para a prestação dos serviços.

## **5.6 Uniformes**

**5.6.1** Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

**5.6.2** O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

- a) Calça - 2 (duas) unidades;*
- b) Camisa manga curta- 2 (duas) unidades;*
- c) Camisa manga comprida- 2 (duas) unidades;*
- d) Sapato ou bota coturno - 1 (um) par;*
- e) Cinto de nylon - 1 (uma) unidade;*
- f) Dispositivo tipo broche - 1 (uma) unidade;*
- g) Japona ou jaqueta - 1 (uma) unidade;*
- h) Capa de chuva - 1 (uma) unidade;*
- i) Meias - 2 (dois) pares;*

j) *Quepe ou boné ou boina - 1 (uma) unidade;*

l) *Crachá - 1 (uma) unidade.*

**5.6.3.** As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

**5.6.4** Fornecer os conjuntos completos ao empregado no início da execução do Contrato, devendo ser substituído a cada 6 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

**5.6.5** Não necessitam de substituição periódica semestral: o colete nível II-A, a capa para colete e o apito, que deverão observar a prescrição de vida útil ou validade própria definida pelo Fabricante; a capa de chuva, o dispositivo tipo broche e o crachá, enquanto atenderem às condições mínimas de apresentação;

**5.6.6** No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

**5.6.7** Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

## **5.7 Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**5.7.1** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

# **6. Modelo de gestão do contrato**

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.1.1.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.1.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.1.3.** O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.1.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **6.2. Preposto**

**6.2.1.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**6.2.2.** O preposto designado pela **CONTRATADA deverá estar alocado** na Unidade de **FOZ DO IGUAÇU/PR** para gerenciar a execução direta dos serviços de vigilância orgânica e monitorada em todas as Unidades abrangidas pelo (s) contrato(s) durante toda a vigência contratual.

**6.2.3.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### 6.3. Rotinas de Fiscalização

**6.3.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### 6.4. Fiscalização Técnica

**6.4.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

**6.4.2.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

**6.4.3.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

**6.4.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

**6.4.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

**6.4.6.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

**6.4.7.** A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar (ANEXO I deste Termo de Referência) para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

**6.4.8.** Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**6.4.9.** O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**6.4.10.** O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

**6.4.11.** A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**6.4.12.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**6.4.13.** É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

**6.4.14.** O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**6.4.15.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na [Lei n. 14.133/2021](#). ([IN05/17 - art. 62](#))

**6.4.16.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

**6.4.17.** A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

**6.4.17.1** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (§ 1º do art. 117 da Lei n. 14.133/2021)

**6.4.17.2.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**6.4.18.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

**6.4.19.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

## **6.5. Fiscalização Administrativa**

**6.5.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

**6.5.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

**6.5.3.** A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

**6.5.4.** Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

**6.5.4.1.** No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

**6.5.4.1.1.** no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

**6.5.4.1.1.1.** relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

**6.5.4.1.1.2.** Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

**6.5.4.1.1.3.** exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

**6.5.4.1.2.** entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

**6.5.4.1.2.1.** Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

**6.5.4.1.2.2.** certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

**6.5.4.1.2.3.** Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

**6.5.4.1.2.4.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**6.5.4.1.3.** entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

**6.5.4.1.3.1.** extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

**6.5.4.1.3.2.** cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

**6.5.4.1.3.3.** cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

**6.5.4.1.3.4.** comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

**6.5.4.1.3.5.** comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

**6.5.4.1.4.** entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

**6.5.4.1.5.** termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

**6.5.4.1.6.** guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

**6.5.4.1.7.** extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

**6.5.4.1.8.** exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

**6.5.4.2.** Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item **6.33.1.1** acima deverão ser apresentados.

**6.5.4.3.** A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

**6.5.4.4.** A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

**6.5.4.5.** O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

**6.5.4.6.** Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

**6.5.4.7.** Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

**6.5.4.8.** No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

**6.5.4.9.** Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

**6.5.4.10.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

**6.5.4.11.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

**6.5.4.12.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

**6.5.4.13.** A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

**6.5.4.14.** Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**6.5.4.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.**

**6.5.4.16.** O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

**6.5.4.17.** Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

**6.5.4.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.**

**6.5.4.19.** A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**6.5.4.20.** A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

**6.5.4.21.** A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

**6.5.4.22.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.



## 6.6. Gestor do Contrato

**6.6.1.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,

**6.6.1.1.** elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**6.6.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**6.6.3.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**6.6.4.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**6.6.5.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**6.6.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**6.6.7.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Estudo Técnico Preliminar, ANEXO I deste Termo de Referência.**

**7.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**7.2.1.** não produzir os resultados acordados,

**7.2.2.** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.2.3.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.3.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### 7.5. Do recebimento

**7.5.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

**7.5.2.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**7.5.3.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

**7.5.4.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

**7.5.5.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**7.5.6.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

**7.5.6.1** o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

**7.5.6.2** o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

**7.5.7.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**7.5.8.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.5.9.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

**7.5.10.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**7.5.11.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.5.12.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.5.13.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.5.13.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

**7.5.13.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**7.5.13.3.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.5.13.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.5.13.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.5.14.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.5.15.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.5.16.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7.6. Liquidação**

**7.6.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

**7.6.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.6.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.6.3.1.** o prazo de validade;

**7.6.3.2.** a data da emissão;

**7.6.3.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**7.6.3.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**7.6.3.5.** o valor a pagar; e

**7.6.3.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.6.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**7.6.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

**7.6.6.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**7.6.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.6.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.6.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.6.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **7.7. Prazo de pagamento**

**7.7.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

**7.7.2.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA (ÍNDICE NACIONAL DO CONSUMIDOR AMPLO)** de correção monetária.

## **7.8. Forma de pagamento**

**7.8.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.8.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.8.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.8.3.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.8.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **7.9. Cessão de crédito**

**7.9.1.** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

**7.9.2.** As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

**7.9.3.** A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**7.9.4.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

**7.9.5.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente

sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

**7.9.6.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

#### **7.10. Conta-Depósito Vinculada**

**7.10.1.** Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

**7.10.2.** O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**7.10.3.** Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

**7.10.4.** O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

**7.10.5.** O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

**7.10.5.1** 13º (décimo terceiro) salário;

**7.10.5.2** Férias e um terço constitucional de férias;

**7.10.5.3** Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

**7.10.5.4** Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

**7.10.5.5** Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**7.10.6.** O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

**7.10.7.** Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

**7.10.8.** O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

**7.10.9.** Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na

conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

**7.10.10.** A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

**7.10.11.** O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

**7.10.12.** O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

**8.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

#### 8.2. Regime de Execução

**8.2.1** O regime de execução do contrato será **empreitada por preço global**.

#### 8.3. Exigências de habilitação

**8.3.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 8.4. Habilitação jurídica

**8.4.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.4.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.4.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.4.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.4.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.4.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.4.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.4.7.1. Autorização de Funcionamento**, concedida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, por intermédio de seu Departamento de Polícia Federal – DPF, acompanhada da respectiva **Revisão da Autorização de Funcionamento, quando for o caso, com validade na data da convocação da habilitação**, conforme estabelece a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, o Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983 e a Portaria nº 18.045/2023 DPF, de 17 de abril de 2023;

**8.4.7.2.** Para efeitos da comprovação de Autorização de Funcionamento, não serão aceitos protocolos ou expedientes protocolados no Departamento de Polícia Federal em substituição à autorização expedida por aquele Departamento.

**8.4.8. Certificado de Segurança**, em plena vigência, expedido pelo Departamento de Polícia Federal, conforme disposto na Portaria nº 18.045/2023 DPF.

**8.4.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **8.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.5.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.5.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.5.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.5.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

**8.5.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.5.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.5.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.5.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **8.6. Qualificação Econômico-Financeira**

**8.6.1.** certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

**8.6.2.** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

**8.6.3.** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando;

**8.6.3.1.** índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**8.6.3.2.** capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

**8.6.3.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;**

**8.6.3.4.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**8.6.3.5.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**8.6.4.** Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo III** deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e /ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

**8.6.4.1.** a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

**8.6.4.2.** caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

**8.6.5.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

**8.6.6.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## **8.7. Qualificação Técnica**

**8.7.1.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**8.7.1.1.** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme **ANEXO II** deste Termo de Referência.

## **8.8. Qualificação Técnico-Operacional**

**8.8.1.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**8.8.2.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**8.8.2.1.** Deverá haver a comprovação da experiência mínima de **01 (um)** ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

**8.8.2.2.** Para vigilância orgânica, comprovação que já executou contrato(s) com o número mínimo de postos de trabalho, conforme detalhado a seguir:

**8.8.2.2.1 GRUPO 01** - Vigilância orgânica: mínimo de 40 postos.

**8.8.2.2.2 GRUPO 02** - Vigilância orgânica: mínimo de 44 postos.

**8.8.2.2.3 GRUPO 03** - Vigilância orgânica: mínimo de 40 postos.



**8.8.2.3** Para vigilância eletrônica monitorada, apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, que, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

**8.8.2.3.1** Prestação de serviços de instalação e manutenção de Sistemas de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) com visualização/gravação de imagens e alarme de detecção de intrusão com monitoramento remoto.

**8.8.3.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

**8.8.4.** Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**8.8.5.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

**8.8.6.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

**8.8.7.** Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório, **nas cidades abaixo elencadas** (adequada ao GRUPO para o qual apresentar proposta), a ser comprovado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017, conforme modelo do **Anexo IV** deste Termo de Referência.

**8.8.7.1** GRUPO 01 - Curitiba;

**8.8.7.2** GRUPO 02 - Foz do Iguaçu;

**8.8.7.3** GRUPO 03 - Florianópolis;

**8.8.7.2** Os custos com a manutenção/implantação do escritório compõem os custos administrativos da CONTRATADA.

**8.8.8.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

**8.8.9** A Contratada deverá comprovar os seguintes requisitos de qualificação para instalação, elaboração dos esquemas gráficos atualizados (as *built*) e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de vigilância eletrônica monitorada (**da contratada ou de subcontratada**):

**a)** Certidão de Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, na qual deverá constar a relação de seus Responsáveis Técnicos, em sua plena validade e a devida emissão de ART (anotação de responsabilidade técnica);

**8.8.10** A comprovação da qualificação para instalação, elaboração dos esquemas gráficos atualizados (as *built*) e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de vigilância eletrônica monitorada ocorrerá somente no momento do agendamento para instalação ou manutenção, junto ao fiscal designado pela RFB, e não durante o certame, como condição para habilitação da licitante.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

*[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Considerando que a licitação será composta por 3 (três) grupos, que contemplarão, cada um deles, os serviços de vigilância orgânica e vigilância eletrônica e que, para obtenção do valor estimado da vigilância eletrônica, houve dificuldade na pesquisa de preços pelos parâmetros priorizados no § 1 do art. 5º da IN SEGES nº 65/2021, visando a melhor proposta para a Administração, com preços mais justos e razoáveis, entendemos que os valores da licitação deverão ser sigilosos.]*

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**10.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **00001/170156**

II) Fonte de Recursos: **1032000000**

III) Programa de Trabalho: **171552**

IV) Elemento de Despesa: **339037-03 (vigilância patrimonial armada e desarmada) e 339039-77 (monitoramento eletrônico)**

V) Plano Interno: **PIUVIGILAN**

**10.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANDRE ELIAS CHEDIAK ROQUIM**

Equipe de apoio

**SIGRID HAGER STRAMBI**

Equipe de apoio

**JULIANA LICESKI BARBOSA**

Equipe de apoio



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I DO TERMO DE REFERENCIA - ETP27\_2023ATUALIZADO COM SIGILO.pdf (8.49 MB)
- Anexo II - ANEXO II DO TERMO REFERENCIA- DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU PLENO CONHECIMENTO.pdf (554.71 KB)
- [Anexo III - ANEXO III DO TERMO DE REFERENCIA - DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS](#)
- [Anexo IV - ANEXO IV DO TERMO DE REFERENCIA - DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO](#)

**Anexo I - ANEXO I DO TERMO DE REFERENCIA -  
ETP27\_2023ATUALIZADO COM SIGILO.pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 27/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 10905.720056/2023-49

## 2. Da legislação aplicada

### 2.1 Leis:

**2.1.1 Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021** - Lei de licitações e contratos;

**2.1.2 Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983** - Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências;

**2.2 Convenções Coletivas de Trabalho** - da categoria profissional das Unidades do Paraná e Santa Catarina, correspondentes à base territorial de circunscrição das unidades da 09RF:

**2.2.1 Convenção Coletiva do Estado do Paraná** - PR000324/2022

**2.2.2 Convenções Coletivas do Estado de Santa Catarina** - SC000265/2023 e SC000305/2023

### 2.3 Instruções Normativas:

**2.3.1 INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021** - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços;

**2.3.2 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017** - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

**2.3.3 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 49, DE 30 DE JUNHO DE 2020** - Altera a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

**2.3.4 INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022** - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

**2.3.5 INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022** - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

### 2.4 Portarias:

**2.4.1 PORTARIA COPOL Nº 24.896, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020**, alterada pela Portaria COPOL nº 1.473/2022 e Portaria COPOL nº 3.903/2022 - Estabelece diretrizes e parâmetros institucionais uniformes para a gestão de recursos orçamentários relativos aos serviços de vigilância no âmbito da Secretaria Especial da RFB;

**2.4.2 PORTARIA COPOL Nº 24.049, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020** - Estabelece diretrizes e parâmetros institucionais uniformes para a gestão de recursos orçamentários relativos aos serviços de armazenagem de mercadorias apreendidas no âmbito da Secretaria da RFB;

**2.4.3 PORTARIA Nº 21.262, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020** - Estabelece procedimentos referenciais para a composição da planilha de custos e formação de preços nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

**2.4.4 PORTARIA Nº 18.045, DE 17 DE ABRIL DE 2023** - Disciplina as atividades de segurança privada e regula a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros

**2.5 Decreto nº 7.203 de 04 de junho de 2010** - Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

**2.6** Outras normas aplicáveis ao objeto da contratação;

### 3. 3. Tipo de serviço

**3.1** Contratação de serviço de vigilância patrimonial, armada e desarmada, diurna e noturna, e de serviço de vigilância eletrônica monitorada, com e sem atendimento presencial, de forma continuada, para atender às necessidades das Unidades da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal, localizadas nos Estados de Santa Catarina e Paraná.

## 4. Descrição da necessidade

**4.1** A presente contratação tem como objetivo atender às necessidades dos serviços de vigilância patrimonial, armada e desarmada, diurna e noturna, e de serviços de vigilância monitorada eletrônica, com e sem atendimento presencial, de forma a garantir a segurança das Unidades da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal, assim como assegurar a integridade física de servidores e daqueles que eventualmente transitam pelas diversas instalações do Órgão nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, prevenindo e coibindo ações que possam acarretar em dano ao patrimônio, tais como: depredação, violação, evasão, apropriação indevida, etc.

**4.2.** Em 27 de dezembro de 2021 foi publicado no Diário Oficial da União o Resultado de Julgamento do Pregão Eletrônico nº 09/2021, de vigilância orgânica regionalizada para a 9ªRF, registrando como vencedores do certame as seguintes empresas:

**a)** Grupo 1 - EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA, CNPJ 09.039.434/0001-70, Valor global R\$ 9.349.388,16

**b)** Grupo 2 - LINCE - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 10.364.152/0003-99, Valor global R\$ 19.911.398,60

**c)** Grupo 3 - LINCE - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 10.364.152/0001-27, Valor global R\$ 9.150.329,16

**d)** Grupos 4, 5 e 6 Cancelados no julgamento

**4.2.1** Para a vigilância orgânica foram assinados os contratos: nº 29/2021, nº 03/2022 e nº 04/2022.

**4.2.2** Em 02 de março de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União o Resultado de Julgamento do Pregão Eletrônico nº 02/2022, de vigilância eletrônica monitorada regionalizada para a 9ªRF, registrando como vencedores do certame as seguintes empresas:

**a)** Grupo 1 - KHRONOS SEGURANCA PRIVADA LTDA , CNPJ 04.629.488/0001-71, Valor global R\$ 833.111,76

**b)** Grupo 2 - VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ 79.929.774/0001-51, Valor global R\$ 1.224.998,40

**c)** Grupo 3 - KHRONOS SEGURANCA PRIVADA LTDA , CNPJ 04.629.488/0001-71, Valor global R\$ 993.835,41

**4.2.3** Para a vigilância monitorada foram assinados os contratos: nº 09/2022, nº 10/2022 e nº 11/2022.

**4.3** A presente contratação tem como objetivo substituir os contratos regionalizados de vigilância orgânica nº 29 /2021, nº 03/2022 e nº 04/2022 e os contratos regionalizados de vigilância eletrônica monitorada nº 09/2022, nº 10 /2022 e nº 11/2022, que não serão prorrogados, tendo em vista que as CONTRATADAS têm incorrido em inúmeros descumprimentos de cláusulas contratuais, conforme consignado nos processos administrativos nº 10906.248418 /2022-70 e nº 10906.235589/2023-10.

**4.4** Os quadros abaixo apresentam dados dos contratos em andamento nas Unidades da 9ªRF:

**4.4.1** Contratos de vigilância orgânica

SEG INTELIGENCIA EM SEGURANÇA LTDA ; CNPJ: 09.039.434/0001-70			
CONTRATO	VIGÊNCIA	E-PROCESSO	UNIDADES
03/2022	01/03/2022 a 31/12/2023	10905720001/2022-58	SRRF09, DRF/Curitiba, ALF/Curitiba, DRJ/Curitiba, DRF /Ponta Grossa, ALF/Ponta Grossa, DRF/Londrina, DRF /Maringá e Jurisdicionadas
LINCE- SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA; CNPJ: 10.364.152/0001-27			
CONTRATO	VIGÊNCIA	E-PROCESSO	UNIDADES
29/2021	01/01/2022 a 31/12/2023	10905720189/2021-53	DRF/Florianópolis, ALF/Florianópolis, DRJ /Florianópolis, DRF/Joinville, DRF/Joaçaba, ALF /Dionísio Cerqueira, ALF/São Francisco do Sul, DRF /Blumenau, ALF/Itajaí e jurisdicionadas
04/2022	01/03/2022 a 31/12/2023	10905720006/2022-81	ALF/Foz do Iguaçu, DRF/Cascavel e jurisdicionadas

**4.4.2** Contratos de vigilância monitorada

VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL ; CNPJ: 79.929.774/0001-51			
CONTRATO	VIGÊNCIA	E-PROCESSO	UNIDADES
10/2022	01/04/2022 a 01/02/2024	10905.720036/2022-97	SRRF09, DRF/Curitiba, ALF/Curitiba, DRJ/Curitiba, DRF /Ponta Grossa, ALF/Ponta Grossa, DRF/Londrina, DRF /Maringá e Jurisdicionadas
KHROSOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA; CNPJ: 04.629.488/0001-71			
CONTRATO	VIGÊNCIA	E-PROCESSO	UNIDADES
09/2022	11/04/2022 a 11/04/2024	10905.720037/2022-31	ALF/Foz do Iguaçu, DRF/Cascavel e jurisdicionadas
11/2022	02/05/2022 a 02/04/2024	10905.720038/2022-86	DRF/Florianópolis, ALF/Florianópolis, DRJ/Florianópolis, DRF/Joinville, DRF/Joaçaba, ALF/Dionísio Cerqueira, ALF/São Francisco do Sul, DRF/Blumenau, ALF/Itajaí e jurisdicionadas

**4.5** A contratação dos serviços de vigilância patrimonial consta das atividades previstas pelo Poder Executivo Federal para execução, preferencialmente, de forma indireta, conforme as disposições do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. E também, no que couber, aplicam-se as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, caracterizando-se como presentes o interesse público e a necessidade de melhoria, sustentação e continuidade das atividades da Receita Federal do Brasil em todas as suas unidades e respectivas jurisdicionadas.

**4.6** Merece especial destaque a Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no referido decreto, incluindo em seu artigo 1º, inciso XXI, serviços de segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio.

**4.7** A contratação pretendida tem consonância com o planejamento estratégico da SRRF09, uma vez que consta da sua programação orçamentária e financeira anual.

**4.8** Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de contratação com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no Mercado.



**4.9** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

**4.10** A pretendida contratação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **4.11 DA VIGILÂNCIA ORGÂNICA**

**4.11.1** A empresa LINCE - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ: 10.364.152/0003-99, atual prestadora dos contratos nº 04/2022 e nº 29/2011, informou que não tem interesse na prorrogação contratual.

**4.11.2** De outro lado, a CONTRATANTE não tem interesse na prorrogação, visto que ao longo da vigência do contrato, a CONTRATADA tem violado obrigações contratuais, levando à instauração de processo administrativo nº 10906.248418/2022-70 e culminando na aplicação de sanções.

**4.11.3** Outrossim, a empresa EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA, CNPJ: 09.039.434/0001-70, atual prestadora do contrato nº 03/2022, também tem violado obrigações contratuais, levando à instauração do processo administrativo nº 10906.235589/2023-10, com pedido de aplicação de penalidades.

**4.11.4** Tendo em vista que o lapso temporal entre a abertura do certame e a homologação do edital é imprevisível, e a prestação do serviço de vigilância é imprescindível, a fim de evitar a interrupção dos serviços, haverá a contratação emergencial para o grupo 01 - Paraná (exceto Foz do Iguaçu, Cascavel e Unidades da Fronteira) - por 90 dias, a contar do encerramento do contrato vigente nº 03/2022.

**4.11.4.1** A contratação emergencial versará somente para o grupo 01, visto que a empresa contratada do grupo 02 - Paraná (Foz do Iguaçu, Cascavel e Unidades da Fronteira) - e grupo 03 - Santa Catarina - concordou em dar continuidade na prestação dos serviços, referentes aos contratos nº 04/2022 e nº 29/2021.

**4.11.5** Os serviços de vigilância precisarão ser executados todos os dias da semana e deverão ser adotadas as escalas de trabalho que já se encontram vigentes na contratação atual, quais sejam:

- a) 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;
- b) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;
- c) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

**4.11.6** Ainda, a CONTRATADA deverá disponibilizar preposto(s) e superviso(res), conforme descrições e características consignadas nesse Estudo Técnico Preliminar.

#### **4.12 DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA MONITORADA**

**4.12.1** As empresas VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI e KHRONOS SEGURANCA PRIVADA LTDA foram CONTRATADAS para a prestação dos seguintes serviços de vigilância monitorada: apresentação do projeto esquemático/esquema gráfico, fornecimento e instalação dos equipamentos e acessórios, em regime de comodato, conforme o art. 17, § 2º da Portaria nº 18.045/2023 -DPF (e suas alterações), contemplando também os serviços de manutenção preventiva e corretiva desses equipamentos.

**4.12.2** Conforme informado pela gestão de contrato, abaixo transcrito, a manutenção preventiva não tem ocorrido em algumas Unidades e a manutenção corretiva, em inúmeras vezes, não é prestada de forma satisfatória, incorrendo, desta forma, em descumprimento de obrigações contratuais:

*"A manutenção preventiva não tem ocorrido em algumas unidades conforme relatado no ateste mensal e a manutenção corretiva muitas vezes deixa a desejar na qualidade do serviço ou na agilidade do atendimento do chamado."*

#### **4.12.3 Da implantação do sistema de monitoramento**

**4.12.3.1** Todas as Unidades da RFB na 9ªRF contam com os esquemas gráficos (*as built*) e equipamentos instalados em regime de comodato.

**4.12.3.2** Por motivos de segurança, **somente após assinatura do Contrato** serão fornecidos os esquemas gráficos (*as built*), descrição dos equipamentos instalados, fotos e outras informações sobre o que está em uso, separados por Unidade da RFB na 9ªRF.

**4.12.3.3** A CONTRATADA deverá observar os esquemas gráficos (*as built*) e demais documentos fornecidos pela RFB e promover os ajustes previstos nesta contratação, que serão dispostos neste Estudo Técnico Preliminar, bem como nos documentos e anexos divulgados juntamente com o Edital.

**4.12.3.4** Após a instalação dos equipamentos, no prazo previsto no item 6 deste Estudo Técnico Preliminar, caberá a CONTRATADA fornecer os esquemas gráficos atualizados, conforme sua implantação (*as built*).

**4.12.3.5** Para execução dos serviços deverá ser observada às recomendações da Nota Técnica RFB/COPOL nº 18 /2017, **ANEXO I**, bem como as demais considerações dispostas neste Estudo Técnico Preliminar.

**4.12.3.6** E ainda, em relação aos equipamentos e a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá observar::

a) equipamentos hábeis a captar e gravar, de forma imperceptível, as imagens de toda movimentação de público no interior do estabelecimento, em **ALTA DEFINIÇÃO**, as quais deverão permanecer armazenadas em meio eletrônico por um período mínimo de **60 (sessenta)** dias (Inciso III do art. 95 da Portaria nº 18.045 /2023 da DPF).

b) para cada escritório de grande porte ( >2.000 m²) e depósito de grande porte (> 4.000 m²) deverá ser acrescido no mínimo 2 "sensores de barreira 2 feixes".

c) possibilidade de ajustes periódicos na sensibilidade dos sensores, nas Unidades onde estejam ocorrendo "disparos acidentais" ou "disparos em falso".

d) possibilidade de alteração do posicionamento das câmeras ao longo do contrato, quando constatado pela FISCALIZAÇÃO que existem "pontos cegos", de modo que a alteração traga uma cobertura de imagens mais ampla e completa dentro da área de circunscrição da Unidade.

**4.12.3.7** Diante do que até aqui exposto, a presente contratação tem como objetivo a prestação dos seguintes serviços:

**4.12.3.8** Fornecimento (em regime de comodato), instalação, manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos e acessórios necessários ao correto funcionamento dos sistemas de monitoramento a serem instalados pela CONTRATADA.

**4.12.3.9** Fornecimento dos esquemas gráficos atualizados, conforme sua implantação (*as built*).

**4.12.3.10** Toda a solução atualmente em uso, tais como equipamentos, materiais e demais acessórios necessários à implantação do sistema de monitoramento **poderá ser mantida pelas ATUAIS CONTRATADAS, caso vençam o Pregão Eletrônico**. Mas **DEVERÁ** ocorrer os ajustes necessários, conforme as disposições deste Estudo Técnico Preliminar, bem como as exigências do Edital e anexos.

**4.12.3.10.1** Às futuras **CONTRATADAS, caso sejam outras empresas que não as atuais, poderão se ajustar entre si para aproveitamento das instalações, se for de interesse entre elas. No entanto, deverão atender às especificações desta licitação, conforme as disposições deste Estudo Técnico Preliminar, bem como as exigências do Edital e anexos.**

## 5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª	

Região Fiscal

Gustavo Luis Horn

## 6. Descrição dos Requisitos da Contratação

**6.1** A realização de nova contratação surge como providência necessária e imprescindível, em observância ao princípio da continuidade da prestação de serviços e do interesse público, especialmente pela necessidade de zelo ao patrimônio público e aos bens custodiados pela Receita Federal do Brasil - RFB, além do fato de que os contratos atuais não serão prorrogados.

**6.2** As Unidades da 9ª Região Fiscal, localizadas em cidades do Paraná e de Santa Catarina, terão suas demandas abarcadas por um único procedimento licitatório, compreendendo a vigilância orgânica e a vigilância eletrônica monitorada, em continuidade ao processo de regionalização das atividades que vem ocorrendo desde o advento do Regimento Interno da instituição, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, do Gabinete do Ministério da Economia.

**6.3** Os serviços de vigilância orgânica e de monitoramento eletrônico são imprescindíveis às Unidades da RFB, visando garantir a preservação e a integridade física dos servidores e contribuintes, das edificações, instalações e demais bens móveis e imóveis, mercadorias apreendidas e outros bens de terceiros custodiados pela RFB, bem como de toda a documentação que nelas tramita ou se encontra arquivada.

**6.4** De acordo com critérios de localização, conveniência e pertinência, a licitação será composta por 3 (três) grupos, que contemplarão, cada um deles, as Unidades da circunscrição a ser atendida pelos serviços de vigilância orgânica e de vigilância eletrônica monitorada.

**6.5** Os serviços ora demandados constituem atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão demandante, não sendo inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu plano de cargos.

**6.6** Enquadram-se, pois, nas exigências legais de terceirização, conforme reza o artigo 7º da Instrução Normativa nº 5/2017, e o artigo 1º do Decreto nº 9.507/2018.

**6.7 Do Catálogo Eletrônico de Padronização** - Os itens objeto desse Estudo Técnico Preliminar não compõem o Catálogo Eletrônico de Padronização, instituído pela Portaria SEGES/ME nº 938, de 02 de fevereiro de 2022.

**6.8 Do serviço de natureza continuada** - Tratam-se de "serviços prestados de forma contínua pela sua essencialidade, pois visam atender à necessidade pública de forma permanente e continuada, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do Órgão, de modo que sua interrupção comprometa a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional", conforme o art. 15 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

**6.9** Pela necessidade da continuidade na prestação do serviço, sem interrupção, é mister que o planejamento da contratação ocorra de modo tempestivo, num lapso de tempo que permita o início da nova contratação imediatamente ao término dos contratos vigentes.

**6.10 Das práticas de sustentabilidade** - a CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, **no que couber**, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

- a)** Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução do consumo de energia elétrica e água, além de programa de redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- b)** Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- c)** Entregar formulário de ocorrências, por meio de seu encarregado, quando houver, para manutenção constante das instalações. Como exemplos de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas, exemplifica-se: lâmpadas queimadas ou piscando, fios desencapados, janelas, fechaduras ou vidros quebrados, entre outros;

**d)** Disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;

**e)** Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

**f)** Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, se usadas, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008; e

**g)** Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

**h)** Comunicar a CONTRATANTE sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados, tais como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias, mau funcionamento de instalações, entre outras

**6.11** Outrossim, sem prejuízo das demais normas incidentes sobre o tema, a CONTRATADA deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, **quando couber**, tais como:

**a)** Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

**b)** Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade

**c)** Racionalização/economia no consumo de energia e água;

**d)** Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;

**e)** Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e

**f)** Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

**6.12 Da obrigatoriedade do pregão** - Conforme previsão dos incisos XIII e XLI do art. 6º da Lei 14.133 de 01 de abril de 2023, a modalidade pregão é obrigatória, visto que os serviços são enquadrados como "comuns", uma vez que são passíveis de delimitação no Mercado quanto aos padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto.

### **6.13 DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA MONITORADA**

#### **6.13.1 Requisitos necessários ao atendimento da demanda**

**6.13.1.2** A IN nº 5/2017 estabelece em seu ANEXO VI-A, Serviço de Vigilância, item 9, que:

*"É permitida a licitação:*

*a) para a contratação de serviços de instalação, manutenção ou aluguel de equipamentos de vigilância eletrônica em conjunto com serviços contínuos de vigilância armada/desarmada ou de monitoramento eletrônico, sendo vedada a comercialização autônoma de equipamentos de segurança eletrônica, sem a prestação do serviço de monitoramento correspondente."*

**6.13.1.3** Ademais, o art. 17 da Portaria nº 18.045/2023 - DG/DPF, estabelece o que segue:

*"Art. 17. As empresas de vigilância patrimonial não poderão desenvolver atividades econômicas diversas das que estejam autorizadas."*

*§ 1º Para o desenvolvimento de suas atividades, a empresa de vigilância patrimonial poderá utilizar toda a tecnologia disponível, desde que não represente ameaça à vida, à saúde e à dignidade da pessoa humana.*

*§ 2º Os equipamentos e sistemas eletrônicos utilizados na forma do § 1º deste artigo somente poderão ser fornecidos pela empresa de vigilância patrimonial sob a forma de comodato.*

*§ 3º As atividades de instalação, vistoria e atendimento técnico de acionamento de alarmes não poderão ser realizadas por vigilante, o qual é responsável apenas pelas atividades previstas no art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983."*

**6.13.1.4** Deste modo, a RFB adota preferencialmente a contratação de serviços de segurança eletrônica integrada, com a aquisição de equipamentos em comodato, com a prestação dos serviços de instalação e manutenção correspondentes, além do serviço de monitoramento eletrônico.

**6.13.1.5** A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica pelo período vigente do contrato sem custos adicionais, inclusive quando ocorrer troca/substituição de equipamentos com problemas de funcionamento;

**6.13.1.6** A relação dos equipamentos constantes no **ANEXO VI** desse Estudo Técnico Preliminar possuem as especificações e quantidades mínimas necessárias e devem ser considerados apenas como **REFERÊNCIA** para cálculo de proposta.

**6.13.1.7** Todo o material necessário para a correta instalação deverá fazer parte da proposta;

**6.13.2 Do local de prestação dos serviços** - Os serviços de monitoramento eletrônico, com ou sem monitoramento à distância de alarmes com sensores de presença, com ou sem atendimento presencial nas ocorrências, serão prestados nos endereços constantes no **ANEXO V**, desse Estudo Técnico Preliminar.

**6.13.2.1** Ocorrendo mudança de locais de execução durante a vigência do contrato, dentre as Unidades de jurisdição da 09RF, localizadas no Paraná e em Santa Catarina, ficará a **CONTRATADA** obrigada a executá-los nos novos endereços, sem custos adicionais à **CONTRATANTE**.

**6.13.3 Da subcontratação** - Será admitida a subcontratação especificamente para a prestação dos seguintes serviço:

**6.13.3.1** Em caso de constatação de evento de disparo ou acionamento de alarme, a Central de Operações da CONTRATADA, através de seu apoio tático, deverá deslocar-se imediatamente até o local, adotando todas as providências necessárias e, em caso de arrombamento ou invasão, deverá acionar o órgão policial competente e, se for o caso, disponibilizando inclusive um ou mais **TÉCNICOS EXTERNOS DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA** (atendentes de alarme) até que o problema seja solucionado, sem ônus adicional para a **CONTRATANTE**.

**6.13.3.2** As atividades de instalação, vistoria e atendimento técnico de acionamento de alarmes não poderão ser realizadas por vigilante, o qual é responsável apenas pelas atividades previstas no art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983 ( §3º do art. 17 da Portaria nº 18.045/2023 - DPF).

**6.13.4 Do objeto a ser contratado**

**6.13.4.1** A prestação dos serviços ora contratados deverá incluir o fornecimento e instalação dos equipamentos e acessórios, em regime de comodato, conforme o art. 17, § 2º da Portaria nº 18.045/2023 -DG/DPF, contemplando também os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de monitoramento eletrônico.

**6.13.4.2** Na representação gráfica da implantação do sistema de segurança a ser instalado em cada uma das Unidades da 9ªRF deverá estar explícito tudo o que irá compor a instalação, demonstrando claramente a localização dos equipamentos, acessórios, infraestrutura (eletrodutos, eletrocalhas, cabos etc), os detalhes da instalação, os cálculos de dimensionamento e tudo o mais que for necessário para sua perfeita implantação, devendo estar dentro das normas técnicas nacionais ou internacionais e, na falta destas, dentro das especificações dos Fabricantes.

**6.13.4.3** Após a instalação dos equipamentos, a CONTRATADA deverá fornecer os esquemas gráficos atualizados, conforme sua implantação (*as built*).

**6.13.4.4** Também constitui obrigação da CONTRATADA, o fornecimento de materiais, cabeamento, infraestrutura, suportes, conectores, módulos e demais acessórios necessário à implantação do sistema de monitoramento, além dos serviços necessários à perfeita consecução da instalação.

**6.13.4.5** Ademais, deverão ser observadas as disposições da Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 18, de 23 de agosto de 2017, com destaque para:

**a) sensores** - análise detalhada do local antes de fazer a escolha do sensor, levando em consideração vários parâmetros como posição de janelas, incidência do sol, climatizadores de ar, lareiras, arbustos, árvores, vento, tipo de iluminação, cortinas e etc, pois em muitos casos o local a ser monitorado necessita da utilização de dois tipos de sensores com duas tecnologias distintas. Deve dimensionar a área de atuação dos sensores, a posição onde devem ser localizados, os tipos de sensores a serem utilizados, o posicionamento da sirene, o dimensionamento da infraestrutura e a interligação a rede elétrica predial a ser utilizada. A infraestrutura deve ser montada de forma a prover a segurança das instalações e deve ser dimensionada de acordo com as normas técnicas.

**b) câmeras** - definição da localização de todas as câmeras e o tipo de câmera a ser usada, dimensionando seu alcance, abertura da imagem, o tipo de lente para que a imagem **fique nítida e clara**.

**c) Circuito Fechado de TV (CFTV)** - análise detalhada do local de monitoramento, a fim de verificar sobre a necessidade de implantação de luz artificial, o que deve ser dimensionado recorrendo a um projeto luminotécnico, deve analisar a iluminação externa em seus diversos horários do dia, principalmente se a câmera for externa, porque a posição do sol poderá ofuscar a imagem.

**d) gravador de vídeo (DVR)** - verificação do tamanho dos dispositivos de armazenamento de imagem e as funções necessárias de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

**6.13.4.6** Os custos decorrentes de equipamentos e acessórios, instalação, assistência técnica preventiva, bem como as intervenções técnicas corretivas e, se houver necessidade, dos materiais necessários, tais como fios, cabos e canaletas, entre outros, para o sistema operar dentro dos padrões técnicos de segurança, com qualidade, e demais especificações técnicas emanadas do Fabricante, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA e sem ônus adicionais para a Administração, salvo se ficar caracterizada a responsabilidade da CONTRATANTE.

**6.13.5 Do plano de segurança** - deverá ser elaborado pela CONTRATADA, e aprovado pela CONTRATANTE, o **PLANO DE SEGURANÇA - PS**, que deverá seguir o que estabelece a Portaria nº 18.045/2023 DG/DPF, especialmente em seu art. 95 que dispõe que "o plano de segurança deverá descrever todos os elementos do sistema de segurança, que abrangerá toda a área do estabelecimento, constando:

*I - a quantidade e a disposição dos vigilantes, adequadas às peculiaridades do estabelecimento, sua localização, área, instalações e encaixe;*

*II - alarme capaz de permitir, com rapidez e segurança, comunicação com outro estabelecimento bancário ou não, da mesma instituição financeira, empresa de segurança ou órgão policial;*

*III - equipamentos hábeis a captar e gravar, de forma imperceptível, as imagens de toda movimentação de público no interior do estabelecimento, em alta definição, as quais deverão permanecer armazenadas em meio eletrônico por um período mínimo de **sessenta dias**;*

*IV - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; e*

*V - anteparo blindado com permanência ininterrupta de vigilantes durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.*

*(...)*

*§1º Os elementos previstos nos incisos I e II são obrigatórios, devendo, contudo, integrar o plano pelo menos mais um dentre os previstos nos incisos III a V.*

*§2º Os elementos de segurança previstos nos incisos III a V serão utilizados observando-se os projetos de construção, instalação e manutenção, sob a responsabilidade de empresas idôneas, observadas as especificações técnicas asseguradoras de sua eficiência, bem como as normas específicas referentes à acessibilidade de pessoas idosas e portadoras de deficiência."*

**6.13.6 Da manutenção preventiva** - consiste de inspeções, ajustes, regulagens, reparos, limpeza, substituição de partes ou peças inajustáveis, com defeito ou gastas, simulações e realização de testes.

**6.13.6.1** A manutenção preventiva deverá ser efetuada **uma vez a cada mês**, sendo que o prazo de execução da primeira manutenção será contado da data da homologação do sistema pela CONTRATANTE.

**6.13.7 Da manutenção corretiva** - a CONTRATADA deverá atender aos chamados técnicos em **até 2 (duas) horas** após a comunicação e solucionar os problemas no prazo **máximo de 24 (vinte e quatro) horas**.

**6.13.7.1** Será considerado como serviço de manutenção corretiva o ajuste na sensibilidade dos sensores, se na mesma localidade houver sido registrado - em relatório da Fiscalização do(s) contrato(s) - **ao menos 2 (dois)** "disparos acidentais" (disparos falsos) de alarme, num período **inferior a 30 (trinta) dias**.

**6.13.7.2** As visitas para realização de reparos técnicos corretivos deverão ser realizadas pela CONTRATADA de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, a qualquer horário do dia ou da noite, na Unidade onde o sistema estiver instalado, sendo que fora do horário de funcionamento da Unidade a CONTRATADA deverá obter autorização prévia da CONTRATANTE e/ou o acompanhamento por servidor designado.

**6.13.8 Da manutenção preventiva e corretiva** - Deverá ser emitido relatório de assistência técnica prestada, a ser assinado por representante da CONTRATANTE ao término do serviço, tanto nos casos de manutenção preventiva quanto nos de manutenção corretiva.

**6.13.8.1** A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE com no mínimo **1 hora de antecedência** antes do início da execução do serviço de manutenção corretiva ou no mínimo **2 hora de antecedência** antes do início da execução do serviço de manutenção preventiva para que a Fiscalização ou servidor responsável possa acompanhar o serviço, caso entenda necessário.

**6.13.9 Dos prazos para execução do objeto: "as built", fornecimento e instalação dos equipamentos e plano de segurança:**

**a) Dos esquemas gráficos (as built)** - Caberá a **CONTRATADA** fornecer os os esquemas gráficos atualizados, conforme sua implantação (*as built*), no prazo de até **45 dias corridos**, a contar do fim do prazo para instalação dos equipamentos.

**b) Do plano de segurança** - deverá ser apresentado o plano de segurança no prazo de **até 75 dias corridos**, a contar da assinatura do contrato.

**c) Do fornecimento e instalação dos equipamentos** - deverá ser fornecido e instalado os equipamentos no prazo de **até 75 dias corridos**, a contar do recebimento da ordem de serviço.

**6.13.10 Do serviço de desinstalação dos equipamentos** - Ao final da vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá, em **até 30 dias corridos**, retirar todos os equipamentos e periféricos instalados para a execução do Contrato, ficando às suas expensas qualquer obra e/ou serviço que se fizerem necessários para deixar o imóvel no mesmo estado de conservação à época da instalação dos equipamentos.

## **6.14 DA VIGILÂNCIA ORGÂNICA**

**6.14.1** Contratação de serviços de vigilância e segurança orgânica armada e desarmada, com utilização de mão de obra pertencente à função de vigilante, Código Brasileiro de Ocupações – CBO do Ministério do Trabalho e Emprego:

**a)** 5173-30 – Vigilante

**b)** 5103-10 – Supervisor de Vigilantes

**6.14.2** Os vigilantes deverão estar profissionalmente qualificados, preenchendo todos os requisitos previstos no art. 16 da Lei 7.102/83, quais sejam:

**a)** Ser brasileiro;

**b)** Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

**c)** Ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;

- d) Ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta Lei;
- e) Ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;
- f) Não ter antecedentes criminais registrados; e
- g) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

**6.14.3** A empresa CONTRATADA deverá atender aos requisitos estabelecidos na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, sendo condições essenciais:

- a) **Autorização de funcionamento**, concedida pelo Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal;
- b) **Comunicação à Secretaria de Segurança Pública** do respectivo Estado.
- c) Os diretores e demais empregados das empresas especializadas **não poderão ter antecedentes criminais** registrados, conforme art.12 da Lei nº 7.102/83.

**6.14.4** O Departamento de Polícia Federal é o órgão competente do Ministério da Justiça responsável por autorizar, controlar e fiscalizar o funcionamento das empresas especializadas, dos cursos de formação de vigilantes e das empresas que exercem serviços orgânicos de segurança (art. 32 do Decreto nº 89.056/1983, de 24 de novembro de 1983);

**6.14.5** A prestadora dos serviços deverá fornecer, à suas expensas: uniformes, equipamento de EPI e todos os insumos necessários à prestação dos serviços, tais como armas, munições, coletes balísticos, lanternas, etc.

**6.14.6 Vínculo dos empregados com a CONTRATADA** - Todos os empregados da CONTRATADA utilizados diretamente na prestação dos serviços deverão ser do quadro de pessoal da empresa a ser CONTRATADA, que deverá selecionar e preparar rigorosamente seus empregados para prestar os serviços.

**6.14.6.1** Os empregados ficarão sob a inteira e exclusiva responsabilidade da empresa CONTRATADA e serão por ela designados para a execução dos serviços, conforme a categoria profissional a que pertencem, conforme consta da Convenção Coletiva de Trabalho correspondente.

**6.14.7** A contratação deve atender aos requisitos de segurança, de forma a garantir:

- a) Proteção aos usuários e ao patrimônio público, de forma adequada aos imóveis, às suas características, por meio de pessoal devidamente capacitado em relação à postura e atuação dentro da instituição;
- b) A contratação deve ainda contemplar materiais de qualidade para garantir as condições adequadas de trabalho dos vigilantes, com diminuição dos riscos na execução do contrato;
- c) As normas de segurança deverão ser observadas.

**6.14.8** A contratação está de acordo com o Decreto nº 9.507/2018:

*"Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União."*

**6.14.9** A Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, em complemento, assim dispõe:

*"Art. 7º Nos termos da legislação, serão objeto de execução indireta as atividades previstas no Decreto que regulamenta a matéria."*

**6.14.10** Serão adotadas as Convenções Coletivas de Trabalho PR000324/2022, SC000265/2023 e SC000305/2023, correspondentes à base territorial de circunscrição das unidades da O9RF.

**6.14.11 Do local de prestação dos serviços** - Os serviços de vigilância deverão ser prestados nas dependências e instalações da Administração, nos endereços constantes no **CAPÍTULO 08 - Descrição da solução como um todo**



desse Estudo Técnico Preliminar. A atividade de vigilância patrimonial somente poderá ser exercida dentro dos limites dos imóveis vigiados, conforme disposição da Portaria nº 18.045/2023 – DPF.

**6.14.11.1** Ocorrendo mudança de endereço ou local de execução dos serviços durante a vigência contratual, dentre as Unidades de jurisdição da 9ªRF, localizadas no Paraná e em Santa Catarina, ficará a **CONTRATADA** obrigada a executá-los nos novos endereços, sem custos adicionais à **CONTRATANTE**.

**6.14.12** Os horários e turnos de prestação dos serviços serão executados todos os dias, com as seguintes escalas:

**a)** Para os postos de vigilância com carga horária de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, compreendendo o período das 07:00 às 22:00 horas, com intervalo de uma hora para almoço, de segunda a sexta-feira, não excedendo o total de 44 horas semanais.

**b)** Para os postos de vigilância com 12 horas diurnas, de segunda a domingo, em turnos de 12x36 horas, das 07:00 às 19:00 horas.

**c)** Para os postos de vigilância com 12 horas noturnas, de segunda a domingo, em turnos de 12x36 horas, das 19:00 às 07:00 horas.

**6.14.12.1** Os horários e turnos de prestação dos serviços poderão sofrer alterações a qualquer tempo, de acordo com a conveniência e necessidade da CONTRANTE.

## **6.15 DA VIGILÂNCIA ORGÂNICA E ELETRÔNICA**

**6.15.1** A metodologia dos cálculos necessários para atender à demanda encontra-se definida na Portaria COPOL/SUCOR/RFB/ME nº 24.896, de 10 de dezembro de 2020, que estabelece diretrizes e parâmetros institucionais uniformes para a gestão de recursos orçamentários relativos aos serviços de vigilância no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

**6.15.2** Os quantitativos prescritos no ANEXO Único da referida Norma foram definidos a partir de levantamento e análise do grau de risco em cada uma das localidades, cujo cálculo levou em consideração, sobretudo, aspectos como área do imóvel, quantidade de pavimentos, acessos, localização em área de risco, número de atendimentos a contribuintes e valores patrimoniais existentes.

**6.15.3** A definição normativa interna das necessidades, por meio dos Parâmetros Uniformes Institucionais - PIU, com amparo em levantamento de necessidades em âmbito Nacional, visa a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos públicos.

**6.15.4** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá realizar vistoria nas instalações do(s) local(is) de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para este fim, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas**, devendo o agendamento ser previamente efetuado junto aos contatos informados no **ANEXO VIII** deste Estudo Técnico Preliminar.

**6.15.4.1** A vistoria às instalações é faculdade das licitantes interessadas, sempre que entenderem necessário, razão pela qual não será expedido atestado de vistoria pela CONTRATANTE. Todavia, para o correto dimensionamento do objeto e formulação das propostas, a CONTRATANTE deve orientar as empresas interessadas em participar do certame para que sejam realizadas a(s) visitas ao(s) local(is) de prestação dos serviços.

**6.15.4.2** Deve ser exigida declaração, emitida pelo licitante, de que conhece as condições locais para a execução do objeto OU que realizou vistoria no(s) local(is) da prestação dos serviços, conforme item 3.3 do ANEXO VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, ou - caso opte por não realizá-la - de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por esta informação e que não fará uso deste fato para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o CONTRATANTE, na forma de ANEXO específico do Edital.

**6.15.4.3** O prazo para a vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital para o certame e se estenderá até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**6.15.4.4** Para a vistoria o licitante, ou seu representante formalmente identificado como tal, deverá estar identificado com documento pessoal com foto e comprovar seu vínculo com a empresa.

**6.15.5 Os Contratos terão vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses, e poderão ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, limitados ao prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme disposição do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.**

**6.15.6 Da vedação do nepotismo** - Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, abaixo transcrito:

*"Art. 7º Os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, assim como os convênios e instrumentos equivalentes para contratação de entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública federal, deverão estabelecer vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança."*

**6.15.7 Da participação em consórcio** - Não poderão participar do certame as empresas que estejam reunidas em consórcio, e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.

**6.15.7.1** Tal vedação se deve pelo fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco se configura como de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, e assim amplia-se sobremodo a competitividade do certame.

**6.15.8 Da participação de Cooperativas** - não será permitida a participação de Cooperativas de Trabalho, uma vez que o objeto ora licitado não tem possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a Cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados. A vedação consta na Cláusula Primeira, alínea "c" do Termo de Conciliação Judicial firmado entre a Advocacia-Geral da União e o Ministério Público do Trabalho (autos nº 01082- 2002-020-20-00-0, Juízo da 20ª Vara do Trabalho do Distrito Federal), e atinge os serviços de Vigilância Orgânica e de Vigilância Eletrônica Monitorada.

**6.15.9 Da adoção da Conta-Depósito Vinculada** - A presente contratação adotará como tratamento dos riscos, o controle interno de Conta-Depósito Vinculada, conforme previsão constante no artigo 18, § 1º, da IN SEGES/MP nº, 05/2017.

**6.15.10 Da transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas** - não há necessidade de a CONTRATADA promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

## **7. Levantamento de Mercado**

### **7.1 DA VIGILÂNCIA ORGÂNICA E MONITORADA**

**7.1.1** A Lei nº 7.102/1983, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, disciplina que as atividades de segurança privada, entre as quais os serviços de vigilância patrimonial armada, são reguladas, autorizadas e fiscalizadas pelo Departamento de Polícia Federal, conforme se observa na Portaria 18.045/2023-DG/DPF.

**7.1.2** Atualmente, existe ampla gama de empresas autorizadas, de acordo com os requisitos legais e normativos vigentes e, portanto, em condições de prestar os serviços de vigilância patrimonial à Administração Pública.

**7.1.3** Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

**7.1.4** Tanto as empresas quanto os CONTRATANTES e, em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

**7.1.5** Para a contratação em análise não foram identificadas situações específicas, ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para a coleta de contribuições para

fim definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

**7.1.6** No tocante aos serviços de vigilância orgânica e eletrônica, da análise de licitações similares, no período de 2022 a 2023, podemos observar que as soluções que vêm sendo aplicadas no mercado local são compatíveis com a que ora se pretende adotar, tendo em vista que se trata das formas usuais de contratação:

SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ORGÂNICA						
ÓRGÃO PREGÃO	POSTOS ESCALA	DESCRIÇÃO RESUMIDA DA SOLUÇÃO	SERVIÇO CONTINUADO	COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA	REGIME DE EXECUÇÃO	VIGÊNCIA
Defensoria Pública da União  104/2022	12x36  Diurno	contratação de empresa para prestação de serviços de Vigilância Patrimonial Armada	SIM	SIM	Empreitada por preço global	30 meses
Embrapa  17/2022	12x36  Diurno  Noturno	contratação de empresa para prestação de serviços de Vigilância Patrimonial Armada.	SIM	SIM	Empreitada por preço global	12 meses
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 1ª REGIÃO FISCAL  10/2023	12x36 44h  Diurno  Noturno  semanal	contratação de empresa para prestação de serviços de Vigilância Patrimonial Armada e desarmada	SIM	SIM	Empreitada por preço global	2 anos
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 10ª REGIÃO FISCAL  11/2022	12x36 44h  Diurno  Noturno  semanal	contratação de empresa para prestação de serviços de Vigilância Patrimonial Armada	SIM	SIM	Empreitada por preço global	20 meses
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA						

ÓRGÃO PREGÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA DA SOLUÇÃO	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL	NATUREZA DE SERVIÇO COMUM	EQUIPAMENTOS FORNECIDOS EM REGIME DE COMODATO	VIGÊNCIA
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 08ª REGIÃO FISCAL 04/2022	Instalação, locação e manutenção de Sistemas de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) com visualização e gravação de imagens e Alarme de detecção de Intrusão com monitoramento remoto, veículo de apoio e internet dedicada	SIM	SIM	SIM	48 meses
MINISTÉRIO DA ECONOMIA - Superintendência Regional de Administração no Estado do Paraná Divisão de Recursos Logísticos 10/2022	Serviço de alarme monitorado com utilização de sensores e câmeras (CFTV)	SIM	SIM	SIM	12 meses
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE 09/2022	serviços de vigilância eletrônica, com fornecimento de todo material pertinente, e monitoramento 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas em todos os dias do mês	SIM	SIM	SIM	12 meses
MINISTÉRIO DA ECONOMIA – GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA 12/2022	serviços de vigilância eletrônica a distância, com vistoria de pronta resposta e monitoramento remoto 24 horas por dia e 7 dias por semana,  incluindo locação dos equipamentos em regime comodato, instalação, configuração e manutenção	SIM	SIM	SIM	12 meses
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA 21122/2022	Serviço de Vigilância Eletrônica  Monitorada com manutenção dos  equipamentos instalados, controle de acesso e	SIM	SIM	SIM	30 meses

	captação e manutenção de imagens de				
	entrada e saída dos veículos, com todos os				
	equipamentos e materiais necessários para a				
	instalação e manutenção dos equipamentos				
	em regime de comodato				

**7.1.7** Atualizando as exigências relacionadas a materiais/equipamentos para vigilância orgânica, conforme se verifica na relação de insumos de contratações similares recentes, optou-se por substituir cassete e porta cassete por tonfa militar e porta tonfa, assim como lanterna e pilhas por lanterna recarregável.

**7.1.8** Como inovação em relação aos equipamentos (em regime de comodato) para vigilância eletrônica, deverá ser observado o disposto no Inciso III do art. 95 da Portaria nº 18.045/2023 da DPF: equipamentos hábeis a captar e gravar, de forma imperceptível, as imagens de toda movimentação de público no interior do estabelecimento, em **ALTA DEFINIÇÃO**, as quais deverão permanecer armazenadas em meio eletrônico por um período mínimo de **60 (sessenta)** dias.

**7.1.9** Ademais, conforme se observará a seguir, foram realizadas pesquisa de preços de acordo com as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 c/c art.23 da Lei nº 14.133 de 01º de abril de 2021.

## 7.2 VIGILÂNCIA ORGÂNICA

### 7.2.1 DO PAINEL DE PREÇOS

**7.2.1.1** Foram realizadas pesquisas no painel de preços (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>) através dos códigos CATSER: 23507, 23647 e 23957. Para tanto, foram adotados os seguintes filtros: “posto”, para unidade de fornecimento, “2022 e 2023”, para ano da compra, “pregão”, para modalidade da compra, “PR e SC”, para UF.

**7.2.1.2** O relatório relativo a essa pesquisa de preço encontra-se juntado ao e-processo ( fls. 1368).

**7.2.1.3** Os quadros abaixo apresentam a média do valor mensal e anual obtido no painel de preços nas localidades do Paraná e Santa Catarina, de acordo com as atualizações registradas no Sistema COMPRASNET (<https://contratos.comprasnet.gov.br/>):

NO PARANÁ						
UASG	PREGÃO	LOCALIDADE	VIGENCIA DO CONTRATO	12X36 DIURNA	12X36 NOTURNA	44HS DIURNA
250028	2/2022	CURITIBA/PR	27/07/2023 a 26/07/2024	R\$ 11.795,96	R\$ 13083,46	R\$ 6.218,6
389336	16/2022	CURITIBA/PR	01/01/2023 a 01/07/2025	R\$ 11.000,00		
MÉDIA				R\$ 11.397,98	R\$ 13083,46	R\$ 6.218,6
EM SANTA CATARINA						
UASG	PREGÃO	LOCALIDADE	VIGENCIA DO CONTRATO	12X36 DIURNA	12X36 NOTURNA	44HS DIURNA
343011	01.2022	FLORIANÓPOLIS/SC	15/07/2023 a 14/07/2024	R\$ 10.276,14	R\$ 12.088,24	

158516	21128 /2022	JARAGUÁ DO SUL/SC	03/01/2023 a 03/01/2024	R\$ 10.349,12	R\$ 12.105,16	
158516	21128 /2022	FLORIANÓPOLIS/SC	07/11/2022 a 07/11/2023	R\$ 10.446,22	R\$ 12.211,58	
257053	01.2023	São José/SC	15/03/2023 a 15/03/2024	R\$ 10.598,64	R\$ 12.312,78	
200229	02.2022	FLORIANÓPOLIS/SC	02/08/2023 a 01/08/2024	R\$ 10.416,66	R\$ 13.190,58	
158516	21121 /2022	JARAGUÁ DO SUL/SC	01/09/2023 a 01/09/2024	R\$ 10.422,32	R\$ 12.260,26	
158516	21136 /2022	FLORIANÓPOLIS/SC	24/12/2022 a 24/12/2023	R\$ 10.449,94	R\$ 11.888,71	
155913	68/2022	FLORIANÓPOLIS/SC	6/07/2022 a 16/07/2024	R\$ 10.499,9	R\$ 13.074,84	
155913	68/2022	FLORIANÓPOLIS/SC	6/07/2022 a 16/07/2024	R\$ 10.788,52	R\$ 12.249,70	
155913	68/2022	FLORIANÓPOLIS/SC	6/07/2022 a 16/07/2024	R\$ 10.416,64	R\$ 12.096,48	R\$ 5.207,79
393013	368/2022	FLORIANÓPOLIS/SC	24/12/2022 a 24/12/2023	R\$ 10.447,66	R\$ 12.824,61	
70020	12/2023	JOINVILLE/SC	04/04/2023 a 31/08/2024			R\$5.560,35
MÉDIA				R\$ 10.464,71	R\$ 12.391,18	R\$ 5.384,07

## 7.2.2 DAS CONTRATAÇÕES SIMILARES

**7.2.2.1** O relatório relativo a essa pesquisa de preço encontra-se juntado ao e-processo ( fls. 1368).

**7.2.2.2** Foram realizadas pesquisas de contratações similares feitas pela Administração Pública, com contratos em execução.

**7.2.2.3** Os quadros abaixo apresentam a média do valor mensal obtida nas contratações da Administração Pública nas localidades do Paraná e Santa Catarina, de acordo com as atualizações registradas no sistema COMPRASNET (<https://contratos.comprasnet.gov.br>):

PARANÁ					
UASG/PREGÃO	LOCALIDADE	VIGENCIA DO CONTRATO	POSTO DIURNO 12X36H	POSTO NOTURNO 12X36H	POSTO DIURNO DESARMADO 12X36H
130070 01/2020	Curitiba	02/07/2023 a 01/07 /2024	R\$ 12.636,59	R\$ 13.447,60	
130070 01/2020	Foz do Iguaçu		R\$ 12.640,56	R\$ 13.733,14	

158658 05/2019	FOZ DO IGUAÇU	24/05/2023 a 24/05 /2024		R\$ 15.034,60	R\$ 13.254,12	
200364 07/2020	CURITIBA	01/01/2023 a 31/12 /2023	R\$ 11.966,46	R\$ 13.194,94		
	LONDRINA		R\$ 12.030,56	R\$ 13.265,70		
	MARINGÁ		R\$ 12.030,56	R\$ 13.264,44		
	PARANAGUÁ		R\$ 12.293,94	R\$ 13.556,22		
	PONTA GROSSA		R\$ 12.030,56	R\$ 13.265,70		
	GUARAPUAVA		R\$ 12.293,94	R\$ 13.999,68		
135029 17/2022	CURITIBA	01/03/2023 a 28/02 /2024	R\$ 11.718,56	R\$ 13.181,44		
MÉDIA			R\$ 12.182,41	R\$ 13.594,35	R\$ 13.254,12	
SANTA CATARINA						
UASG /PREGÃO	LOCALIDADE	VIGENCIA DO CONTRATO	POSTO DIURNO 12X36H	POSTO DIURNO DESARMADO 44H	POSTO DIURNO DESARMADO 12X36H	POSTO NOTURNO DESARMADO 12X36H
158516 01/2020	JOINVILLE	03/05/2023 a 03 /05/2024			R\$ 10.644,14	R\$ 12.424,66
70020 12/2023	JOINVILLE	04/04/2023 a 31 /08/2024		R\$ 5.560,35		
290002 104/2022	FLORIANÓPOLIS	24/01/2023 a 23 /07/2025	R\$ 10.066,66			
	JOINVILLE		R\$ 10.135,48			
	CRICIÚMA		R\$ 10.412,84			
158516 53/2021	SÃO JOSÉ	14/10/2023 a 14 /10/2024			R\$ 10.087,50	R\$ 11.876,61
MÉDIA			R\$ 10.204,99	R\$ 5.560,35	R\$ 10.365,82	R\$ 12.150,64

### 7.2.3 DOS FORNECEDORES

**7.2.3.1** O relatório relativo a essa pesquisa de preço encontra-se juntado ao e-processo ( fls. 1368).

**7.2.3.2** Foram entregues as solicitações de orçamento para as empresas a seguir relacionadas:

EMPRESA	CNPJ	E-MAIL
INTERSEPT SEGURANÇA LTDA	08.282.615/0001-60	comercialsc@intersept.com.br
ORBENK – Serviços de Segurança LTDA	14.576.552/0001-57	licitacoes@orbenk.com.br
SEGUPLUS Sistemas de Segurança LTDA	11.933.418/0001-78	licitacoes@grupossegplus.com.br

ONDREPSB Limp e Serviços Especiais LTDA	83.953.331/0001-73	supervisaocomercial@ondrepsb.com.br
MASTER Vigilância Especializada LTDA	77.998.912/0001-29	atendimento@mastervigilancia.com.br
VIGISOL – Vigilância Patrimonial LTDA	79.929.774/0001-51	vigisol@vigisol.com.br
KHRONOS Segurança Privada LTDA	04.629.488/0001-71	analista.contratos@grupokhronos.com.br
Souza Lima – Segurança Patrimonial LTDA	64.911.290/0001-80	analista.contratos@grupokhronos.com.br
VISUD Segurança Privada do Brasil LTDA	34.561.723/0001-81	info@visud.com

**7.2.3.3** A empresa SOUZA LIMA retornou ao e-mail informando que: “*Em nome do Grupo Souza Lima, agradecemos o convite e a oportunidade de participar deste processo de concorrência. Entretanto devido ao planejamento comercial para este período, não atendemos a licitações públicas. Desta forma, declinamos nossa participação..*”

**7.2.3.4** As empresas que encaminharam orçamentos foram: SEGPLUS Sistema de Segurança, Intersept Segurança LTDA e ORBENK – Serviços de Segurança LTDA .

**7.2.3.5** As demais empresas não responderam à solicitação.

**7.2.3.6** Os quadros a seguir demonstram a médias dos valores ofertados, obtidos na pesquisa direta aos prestadores dos serviços para os Estados do Paraná e de Santa Catarina:

NO PARANÁ							
EMPRESA	VALIDADE DA PROPOSTA	POSTO DIURNO 44H	POSTO DIURNO 12X36H	POSTO NOTURNO 12X36H			
INTERSEPT SEGURANÇA LTDA	23.10.2023	R\$ 7.135,00	R\$ 14.985,00	R\$ 16.725,00			
SEGPLUS SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA	04.09.2023	R\$ 7.533,33	R\$ 15.050,00	R\$ 16.450,00			
ORBENK – Serviços de Segurança LTDA	26.09.2023	R\$ 8.873,32	R\$ 16.693,72	R\$ 18.076,30			
MÉDIA		R\$ 7.847,22	R\$ 15.576,24	R\$ 17.083,77			
EM SANTA CATARINA							
EMPRESA	VALIDADE DA PROPOSTA	POSTO DIURNO 44H	POSTO DIURNO 12X36H	POSTO NOTURNO 12X36H	POSTO DIURNO DESARMADO 44H	POSTO DIURNO DESARMADO 12X36H	POSTO NOTURNO DESARMADO 12X36H
INTERSEPT SEGURANÇA LTDA	23.10.2023	R\$ 7011,00	R\$ 13725,00	R\$ 14698,00	R\$ 6997,00	R\$ 13713,75	R\$ 14652,5
SEGPLUS SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA	04.09.2023	R\$ 7900,00	R\$ 14850,00	R\$ 16250,00	R\$ 7900,00	R\$ 13650,00	R\$ 15200,00
ORBENK – Serviços de Segurança LTDA	26.09.2023	R\$ 7138,00	R\$ 13664,78	R\$ 16140,86	R\$ 6905,49	R\$ 13.200,16	R\$ 15956,88
MÉDIA		R\$ 7.349,67	R\$ 14.079,93	R\$ 15.696,29	R\$ 7.267,50	R\$ 13.521,30	R\$ 15.269,79



**7.2.3.7** O quadro abaixo apresenta a média da pesquisa realizada através do painel de preços (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>), contratações similares e fornecedores. E traz na última coluna o valor médio pago atualmente pela Administração.

POSTOS - ESCALAS	PAINEL DE PREÇOS	CONTRATAÇÕES SIMILARES	FORNECEDORES	MÉDIA CONSOLIDADA	CONTRATAÇÃO ATUAL DA 09RF
DIURNOS - 12X36 PR	R\$ 11.397,98	R\$ 12.718,27	R\$ 15.576,24	R\$ 13.230,83	R\$ 12.493,26
NOTURNOS - 12X36 PR	R\$ 13.083,46	R\$ 13.594,35	R\$ 17.083,77	R\$ 14.587,19	R\$ 13.507,59
DIURNOS - 44 HS PR	R\$ 6.218,60		R\$ 7.847,22	R\$ 7.032,91	R\$ 6.480,08
DIURNOS - 12X36 SC	R\$ 10.464,71	R\$ 10.285,40	R\$ 13.800,62	R\$ 11.516,91	R\$ 10.381,29
NOTURNOS - 12X36 SC	R\$ 12.391,18	R\$ 12.150,64	R\$ 15.483,04	R\$ 13.341,62	R\$ 12.140,16
DIURNOS - 44 HS SC	R\$ 5.384,07	R\$ 5.560,35	R\$ 7.308,59	R\$ 6.084,34	R\$ 5.334,04

**7.2.3.8** O valor mensal total pago atualmente pela administração para vigilância orgânica em suas Unidades da 09RF é de R\$ 2.099.390,74 (dois milhões, noventa e nove mil, trezentos e noventa reais e setenta e quatro centavos).

## 7.2.4 DA PESQUISA DE PREÇOS EM SÍTIOS ELETRÔNICOS

**7.2.4.1** Para a pesquisa de uniformes, materiais e equipamentos utilizou-se sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

**7.2.4.2** O detalhamento dessa pesquisa encontra-se na Nota Técnica (fls. 2559 a 2590 do processo) e Planilha de Custos e Formação de Preços (fls. 2558 do processo).

## 7.3 VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

**7.3.1** A solução oferecida pelo mercado para esse tipo de vigilância consiste no fornecimento e instalação dos equipamentos, com manutenção preventiva e corretiva, e serviço de monitoramento permanente pela empresa CONTRATADA.

**7.3.1.1** No caso concreto, a contratação deve ter como objeto a prestação do serviço de monitoramento, com fornecimento em regime de comodato dos equipamentos, conforme a Portaria DPF nº 18.045/2023, no seu art. 17:

*"Art. 17 As empresas de vigilância patrimonial não poderão desenvolver atividades econômicas diversas das que estejam autorizadas.*

*§1º Para o desenvolvimento de suas atividades, a empresa de vigilância patrimonial poderá utilizar toda a tecnologia disponível, desde que não represente ameaça à vida, à saúde e à dignidade da pessoa humana.*

*§ 2º Os equipamento e sistemas eletrônicos utilizados na forma do §1º somente poderão ser fornecidos pela empresa de vigilância patrimonial sob a forma de comodato."*

**7.3.1.2** As características para a contratação de vigilância eletrônica descritas nesse Estudo Técnico Preliminar possuem padrões de desempenho e qualidade normalmente encontradas no mercado, podendo ser objetivamente definidas no Edital para a licitação, possibilitando a modalidade Pregão em sua forma eletrônica.

**7.3.1.3** Em razão da característica de serviço comum, aplicável ao objeto a ser contratado, vislumbra-se a participação no processo licitatório de diversos fornecedores e, consequentemente, ampla disputa de preços pela

concorrência entre prestadores dos serviços, interessados em participar, haja vista a diversidade de empresas existentes neste ramo de atividade e por este motivo espera-se não haver dificuldades na condução de eventual certame.

### 7.3.2 DO PAINEL DE PREÇOS

**7.3.2.1** Fizemos a busca através dos filtros : código material (23868), UF (PR, SC, RS), ano da compra (2023) e modalidade da compra (pregão).

**7.3.2.2** Apesar de buscarmos pelo código de material que indica a "prestação de serviço de vigilância e segurança eletrônica 24hs diurnas", os resultados se mostraram imprecisos, conforme se observa no relatório, juntado ao e-processo ( fls. 1370).

**7.3.2.3** Por isso, não foi utilizado o painel de preços para o cálculo da estimativa do valor.

### 7.3.3 DAS CONTRATAÇÕES SIMILARES

**7.3.3.1** Para a pesquisa através de contratações similares, buscou-se pregões eletrônicos dos estados do Paraná e Santa Catarina.

**7.3.3.2** Conforme se observa nos quadros abaixo, apesar de existir similaridades entre os objetos das contratações pesquisadas e a contratação pretendida, esse parâmetro de pesquisa não foi utilizado, em virtude das especificidades que diferencia os contratos, como equipamentos , materiais, tamanho e características dos imóveis.

**7.3.3.3** O relatório relativo a essa pesquisa encontra-se juntado ao e-processo ( fls.1370).

UASG - PREGÃO	OBJETO	HOMOLOG
170153 10.2022	Instalação em regime de comodato de equipamentos para prestação de serviços de vigilância eletrônica 24 horas por dia, sete dias por semana com manutenção e assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como com atendimento por equipe motorizada de ocorrências, identificadas através do alarme contra intrusão (violações noturnas e diurnas), para proteção dos imóveis	12.12.2022
158125- 78.2023	Monitoramento, Atendimento e Assistência Técnica de Alarmes e Imagens – Circuito Fechado de Televisão (CFTV), abrangendo o fornecimento e instalação de todo equipamento necessário para sua perfeita execução, assim como todo cabeamento estruturado, gerenciamento, instalação, operação e manutenção preventiva e corretiva de todo o sistema, sob a forma de comodato, bem como o monitoramento por pessoal devidamente qualificado e habilitado para atendimento técnico em caso de ocorrências, disparos ou anormalidades verificadas, para atender ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Brusque	18.05.2023
090019 - 29.2022	Serviços técnicos de vigilância eletrônica, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, com a instalação de central de alarme, sensores de presença e sensores de fumaça, em regime de comodato, com a programação, a operação, a manutenção, a substituição dos equipamentos do sistema de alarme e o serviço de atendimento de emergência imediato, através de patrulhamento móvel, sem custos adicionais à Justiça Federal	13.12.2022

### 7.3.3 FORNECEDORES

**7.3.3.1** O relatório relativo a essa pesquisa de preço encontra-se juntado ao e-processo ( fls.1370).

**7.3.3.2** Para a pesquisa com fornecedores, encaminhamos e-mail às seguintes empresas com solicitação de orçamento, nos termos do artigo 5º, §2º, IV, da IN SEGES/ME nº 65/2021:

FORNECEDOR	FORNECEU RESPOSTA - SIM ou NÃO
VIGILÂNCIA TRIÂNGULO LTDA - CNPJ: 79.894.168/0001-48	sim, fls 1370 do processo
INTERSEPT SEGURANÇA LTDA - CNPJ: 08.282.615/0001-60	sim, fls 1370 do processo
FREENETWORKS SOLUÇÕES LTDA - CNPJ: 05.821.421/0001-05	sim, fora do prazo

PORTAL ENGENHARIA EM SEGURANÇA LTDA - CNPJ: 85.179.620/0001-92	não
DECISIVA SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 12.608.523/0001-02	não
AZIZ SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ: 07.301.055/0001-80	Sim, porém não enviou o orçamento
MOPEN MANUTENÇÃO LTDA - CNPJ: 05.027.397/0001-29	não
MS SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA - CNPJ: 17.772.398/0001-87	não
VIPTECH DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS LTDA - CNPJ: 22.823.882/0001-28	não
INVIO LAVEL - CIANORTE LTDA - CNPJ: 04.514.651/0001-50	não
SEGVILLE - VIGILÂNCIA PATRIMONIAL E ELETRÔNICA LTDA - CNPJ: 03.174.488/0001-61	não
ORSEGUPS - MONITORAMENTO ELETRÔNICO LTDA - CNPJ: 08.491.597/0001-26	não
ORBENK - SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ: 14.576.552/0001-57	sim, porém não enviou o orçamento
GENESY - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI - CNPJ: 05.338.024/0001-79	não

**7.3.3.3** Assim, apesar de ter sido realizado pedido de orçamento junto aos prestadores do serviço mencionados no quadro acima, apenas 2 (dois) encaminharam propostas dentro do prazo estabelecido: Intersept Segurança Ltda e Vigilância Triângulo Ltda.

## 8. Descrição da solução como um todo

**8.1** A solução que atende aos interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de vigilância orgânica - armada e desarmada, diurna e noturna, e de vigilância eletrônica monitorada, observando-se as disposições da Portaria nº 18.045/2023-DG/DPF, assim como a legislação atinente.

**8.2** A licitação regionalizada para vigilância orgânica e eletrônica monitorada que se pretende levar a efeito será dividida em 3 (três) grupos e contemplará as seguintes Unidades da RFB nos Estados do Paraná e de Santa Catarina:

- a) **GRUPO 01** - Paraná (exceto Foz do Iguaçu, Cascavel e Unidades da Fronteira) - orgânica e eletrônica
- b) **GRUPO 02** - Paraná: Foz do Iguaçu, Cascavel e Unidades da Fronteira - orgânica e eletrônica
- c) **GRUPO 03** - Santa Catarina - orgânica e eletrônica

### 8.3 DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ORGÂNICA - ARMADA E DESARMADA

**8.3.1** A prestação dos **serviços de vigilância orgânica** envolve a alocação, pela **CONTRATADA**, de mão de obra capacitada para:

- a) Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
- b) Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades.
- c) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas.
- d) Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas.
- e) Fiscalizar a entrada e saída de veículos das instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados.
- f) Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações.
- g) Comunicar à área de segurança da Administração todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco ao patrimônio da Administração.
- h) Colaborar com a Polícia Civil e a Polícia Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando da melhor forma possível a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.
- i) Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar.
- j) Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados nas instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou pelo responsável pela instalação.
- k) Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, em caso de desobediência.
- l) Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e nas suas imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos servidores e das instalações.
- m) Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros.
- n) Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários ao perfeito desempenho das funções e à manutenção da tranquilidade.
- o) Manter o(s) vigilante(s) no posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.
- p) Registrar e controlar, com a Administração, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços.

**8.3.2** Para o exercício da profissão de VIGILANTE, nos termos do art. 16 da Lei nº 7.102/83, o indivíduo deve preencher os seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro;

- b) ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- c) ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- d) ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da supracitada legislação;
- e) ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e em teste psicotécnico;
- f) não ter antecedentes criminais registrados; e
- g) estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

**8.3.3** A CONTRATADA deverá disponibilizar Preposto para coordenar, orientar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente de vigilantes que prestarão os serviços, e resolver quaisquer questões pertinentes à execução dos serviços, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da CONTRATANTE, além do que segue, entre outros:

- a) investigar causas de ocorrências;
- b) apurar fatos para prevenção de ocorrências;
- c) elaborar cronograma de trabalho;
- d) elaborar normas e procedimentos de trabalho, quando solicitados;
- e) adotar medidas corretivas;
- f) divulgar novas técnicas e metodologia;
- g) elaborar escala de serviço;
- h) conferir a frequência dos subordinados;
- i) verificar a apresentação pessoal dos subordinados (uniformes);
- j) fiscalizar procedimentos de trabalho dos subordinados;
- k) checar equipamentos e recursos de trabalho;
- l) prestar assistência a subordinados sempre que necessário;
- m) supervisionar a execução de rondas;
- n) relatar vistorias de rotina;
- o) apresentar à fiscalização a possibilidade de remanejar subordinados sempre que necessário;
- p) sugerir medidas preventivas e corretivas;
- q) acompanhar a elaboração de boletim de ocorrência;
- r) prestar esclarecimentos sempre que solicitado pela Administração;
- s) coletar informações sobre o atendimento e/ou serviço prestado;
- t) relatar ocorrências à fiscalização para que sejam tomadas as devidas providências;
- u) sempre que necessário, atender às solicitações que surgirem em decorrência da natureza dos serviços desempenhados pela CONTRATADA;
- v) informar e apresentar todas as coberturas e os locais em que as mesmas atuarão;
- x) atender às ocorrências decorrentes dos serviços prestados pela CONTRATADA.

**8.3.4** O rol apresentado acima, para o Preposto, é meramente exemplificativo, podendo abranger outros deveres, desde que façam parte das atribuições da CONTRATADA em atendimento ao instrumento contratual.

**8.3.5** Na assunção dos serviços a CONTRATADA deverá informar à Unidade Gestora do contrato o(s) nome (s) do (s) Supervisor(es) e os meios de contato e comunicação a serem utilizados para o pronto atendimento das solicitações.

**8.3.6** O Preposto deverá estar munido de meios de comunicação que permitam ser contatado a qualquer momento, o mesmo se estendendo ao(s) Supervisor(es).

**8.3.7** O Código Brasileiro de Ocupação enquadra o Vigilante sob o código 5173-30, com outros tipos de guardas e seguranças. Em sua formação e experiência são exigidos o ensino fundamental completo e a formação profissionalizante básica de 200 (duzentas) a 400 (quatrocentas) horas, em escolas especializadas em segurança, com utilização de armas de fogo.

**8.3.8** Tendo em vista o grande acesso de pessoas às dependências das Unidades da RFB na 9ªRF e a grande responsabilidade do cargo em questão, será exigida, para a alocação deste empregado, a existência de experiência comprovada em Carteira de Trabalho.

**8.3.9** Deverá ser exigida a comprovação de formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de Certificado de Cursos de Formação de Vigilantes, expedido por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas.

**8.3.10** Deverá ser exigida, igualmente, a comprovação de que no mínimo 45% (quarenta e cinco por cento) dos vigilantes de cada posto de serviço tenham conhecimento de técnicas de combate ao fogo, através de curso de prevenção de incêndios.

**8.3.11** A CONTRATADA deverá manter em perfeito funcionamento todos os equipamentos de uso dos vigilantes, efetuando manutenção periódica e substituindo de imediato aqueles que sofrerem danos, sem ônus adicional para as Unidades tomadoras dos serviços.

**8.3.12** Mesmo em casos de ocorrência de greves a CONTRATADA deverá prestar os serviços de vigilância ativos, através de vigilantes profissionalmente capacitados, com número de postos de serviço e quantidade de horas, correspondentes a 40% (quarenta por cento) do quadro contratado de vigilantes, através de esquema de emergência.

**8.3.13** Deverá a CONTRATADA inspecionar os postos de serviços no mínimo 1 (uma) vez por semana, em dias e períodos alternados (diurno 06h/18h e noturno 18h/06h), sem ônus para as Unidades usuárias dos serviços contratados.

**8.3.14** Os serviços serão prestados em regime de 12x36 horas - diurno, 12x36hs noturno e 44 horas semanais, conforme as Convenções Coletivas Trabalhistas estaduais e regionais, de acordo com a localidade da Unidade da RFB, e ainda seguindo as características, quantidades e distribuições dispostas neste Estudo Técnico Preliminar.

### **8.3.15 DOS HORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**8.3.15.1** Os serviços serão executados todos os dias, com as seguintes escalas:

- a) Para os postos de vigilância com carga horária de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, compreendendo o período das 07:00 às 22:00 horas, com intervalo de uma hora para almoço, de segunda a sexta-feira, não excedendo o total de 44 horas semanais.
- b) Para os postos de vigilância com 12 horas diurnas, de segunda a domingo, em turnos de 12x36 horas, das 07:00 às 19:00 horas.
- c) Para os postos de vigilância com 12 horas noturnas, de segunda a domingo, em turnos de 12x36 horas, das 19:00 às 07:00 horas.

**8.3.15.2** Os horários e turnos de prestação dos serviços poderão sofrer alterações a qualquer tempo, de acordo com a conveniência e necessidade da CONTRANTE.

### **8.3.16 DO CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO**

**8.3.16.1** Conforme o § 2º do art. 74 da Consolidação das Leis do trabalho - CLT, para os estabelecimentos com mais de 20 (vinte) trabalhadores, será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico:

*"Art. 74 - O horário de trabalho será anotado em registro de empregados.*

*§ 2º - Para os estabelecimentos com mais de 20 (vinte) trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções expedidas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, permitida a pré-assinalação do período de repouso. "*

**8.3.16.2** De acordo com a previsão da Portaria nº 373, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, de 25 de fevereiro de 2011, os empregadores poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, desde que autorizados por Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, porém o uso desta faculdade implica na presunção de cumprimento integral pelo empregado da jornada de trabalho contratual, convencionada ou acordada vigente no estabelecimento da prestação dos serviços.

**8.3.16.3** A CONTRATADA deverá observar as obrigações trabalhistas locais.

**8.3.16.4** A CONTRATADA deverá apresentar, quando do início da execução do contrato, atestado de que os empregados disponibilizados para a prestação dos serviços cumprem com os requisitos exigidos neste Estudo Técnico Preliminar.

**8.3.16.5** O profissional encaminhado para prestar os serviços objeto da contratação deverá, além de ser qualificado, ser pertencente ao quadro permanente da CONTRATADA, em situação regular, conforme prevê a legislação trabalhista, devendo apresentar a respectiva comprovação, quando solicitado pela fiscalização contratual.

**8.3.16.6** A CONTRATANTE não possuirá vínculo empregatício de qualquer natureza com os profissionais da CONTRATADA, mas se reserva o direito de recusar aqueles que não preencherem as condições necessárias para o bom desempenho dos serviços.

### **8.3.17 DOS UNIFORMES**

**8.3.17.1** Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto a seguir:

**8.3.17.2** O uniforme deverá compreender as seguintes peças de vestuário:

- a) Calça - 2 (duas) unidades;
- b) Camisa manga curta- 2 (duas) unidades;
- c) Camisa manga comprida- 2 (duas) unidades;
- d) Sapato ou bota coturno - 1 (um) par;
- e) Cinto de nylon - 1 (uma) unidade;
- f) Dispositivo tipo broche - 1 (uma) unidade;
- g) Japona ou jaqueta - 1 (uma) unidade;
- h) Capa de chuva - 1 (uma) unidade;
- i) Meias - 2 (dois) pares;
- j) Quepe ou boné ou boina - 1 (uma) unidade;
- l) Crachá - 1 (uma) unidade.

**8.3.17.3** As peças deverão ser confeccionadas com tecidos e materiais de qualidade, que assegurem a durabilidade por prazo indefinido e a boa apresentação pessoal dos vigilantes, cabendo à CONTRATADA:

**8.3.17.3.1** Fornecer os conjuntos completos ao empregado no início da execução do Contrato, devendo ser substituído a cada 6 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

**8.3.17.3.2** Não necessitam de substituição periódica semestral: o colete nível II-A, a capa para colete e o apito, que deverão observar a prescrição de vida útil ou validade própria definida pelo Fabricante; a capa de chuva, o dispositivo tipo broche e o crachá, enquanto atenderem às condições mínimas de apresentação;

**8.3.17.3.3** No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, devendo ser substituídos sempre que estiverem apertados, garantindo-se o conforto e saúde de gestante.

**8.3.17.3.4** Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do Contrato.

### **8.3.18 DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

**8.3.18.1** Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas qualidades e quantidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição sempre que necessário:

#### **8.3.18.1.1 para uso individual do vigilante**

- a) 1 (um) COLETE NÍVEL II-A - somente para postos de vigilância armada;
- b) 1 (um) Capa para Colete Balístico - somente para postos de vigilância armada;
- c) 1 (um) apito;

#### **8.3.18.1.2 para cada posto de vigilância**

- a) 1 (um) Livro de Ocorrências;
- b) 1 (um) tonfa;
- c) 1 (um) porta tonfa;
- d) 1 (um) revólver calibre 38 - somente para postos de vigilância armada;
- e) 6 (seis) munição calibre 38 - somente para postos de vigilância armada;
- f) 1 (um) cinto coldre e baleiro - somente para postos de vigilância armada;
- g) 1 (uma) lanterna recarregável - somente para postos noturnos;
- h) 1 (um) Kit 2 rádios portáteis (HT) digital; e
- i) 1 (cofre) - somente para as unidades onde existem postos 44hs diurno de vigilância armada (ALF/Paranaguá - Sede, DRF/Londrina, ALF/Foz do Iguaçu - CAC no Paraná, DRF/ALF - Florianópolis e DRF/Joinville em Santa Catarina).

**8.3.18.2** As armas destinadas ao uso dos vigilantes dos postos armados serão de propriedade e responsabilidade da CONTRATADA, de acordo com o inciso I do art. 21 da Lei nº 7.102/1983.

**8.3.18.3** Em relação ao vigilante armado, a permissão para o porte de armas será estritamente em serviço, em consonância com o art. 22 da Lei nº 7.102/1983.

**8.3.18.4** A CONTRATADA se obriga a realizar semestralmente a limpeza e a revisão do armamento disponibilizado aos profissionais prestadores dos serviços.

**8.3.18.5** Para os postos de 44 hs semanais diurnos armados (mencionados no subitem acima **8.3.18.1.2, i**), a CONTRATADA deverá fornecer cofre para o armazenamento da(s) arma(s) e sua munição.

**8.3.18.6** Conforme disposição do §3º do art. 132 da Portaria nº 18.045/2023 – DG/DPF, as armas devem ser acondicionadas em cofre, caixa metálica ou outro recipiente resistente e que seja afixado ou que de outro modo não



possa ser deslocado ou transportado com facilidade, possuindo cadeado ou fechadura de chave ou senha, que ficarão em poder dos vigilantes ou da CONTRATADA.

**8.3.18.7** O transporte e o manuseio de armas, munições e coletes à prova de balas é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

**8.3.18.8** Os custos referentes aos materiais e equipamentos/utensílios constarão como item específico da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços - PCCFP, devendo ser elaborada relação contendo as especificações, **compondo o valor total anual da proposta da CONTRATADA.**

**8.3.18.9** Os equipamentos/utensílios e/ou materiais permanentes serão de propriedade da CONTRATADA e deverão ser disponibilizados para a prestação dos serviços, sendo os custos expressados na PCCFP por meio do valor de depreciação.

**8.3.18.10** O custo destes equipamentos e materiais a ser incorporado na PCCFP deve considerar que esses insumos são de propriedade da CONTRATADA e que, após o encerramento do contrato, serão retirados e assim, para o cálculo desse custo deve ser considerado o período de vida útil dos equipamentos/materiais e o valor /percentual residual.

**8.3.18.11** Desse modo, a **CONTRATANTE não pagará à CONTRATADA o preço integral de eventual equipamento/material**, mas somente o custo da depreciação desse bem, durante a vigência do contrato, sendo esse custo revisto a cada eventual prorrogação do acordo.

**8.3.18.12** Para o cálculo da depreciação de equipamentos será adotada a vida útil e o percentual do valor residual informados na Planilha de custo e formação de preços da Administração (fls. 2558) pela seguinte fórmula:

$$\text{Depreciação Mensal} = [\text{Valor total dos equipamentos} \times (1,00 - \% \text{ valor residual})] / (12 \times \text{vida útil})$$

**8.3.18.13** Os demais materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para a execução dos serviços de vigilância orgânica, armada e desarmada, deverão ser quantificados pela CONTRATADA de acordo com as características de cada Unidade atendida.

**8.3.18.14** As distribuições dos tipos e quantitativos de postos atualmente contratados encontram-se nas tabelas a seguir:

GRUPO 01 - PARANÁ - SRRF09, CURITIBA, PONTA GROSSA, LONDRINA, MARINGÁ E JURISIDICIONADAS (EXCETO FOZ E CASCATEL)				
UNIDADE	POSTOS ARMADOS 44HS	POSTOS DIURNOS ARMADOS 12X36 HS	PORTOS NOTURNOS ARMADOS 12X36 HS	QT POSTOS
ALF/CURITIBA - DMA	0	2	2	3
ALF/CURITIBA - SJP/PVA	0	1	1	2
SRRF09 – DIREP/CURITIBA	0	1	1	2
SRRF09 – PVA/CURITIBA	0	2	2	4
SRRF09 – NUPAT	0	1	1	2
ALF/PARANAGUÁ - SEDE	0	1	1	2
ALF/PARANAGUÁ - DMA	0	1	1	2
DRF/PONTA GROSSA	0	2	1	3
DRF/PONTA GROSSA - DMA	0	1	1	2
DRF/LONDRINA	0	1	1	2
DRF/LONDRINA - TERRENO	1	1	2	4
DRF/LONDRINA - DMA	0	2	3	5
DRF/MARINGÁ	0	1	1	2
DRF/MARINGÁ - DMA1	0	1	1	2
DRF/MARINGÁ - DMA2	0	1	1	2
TOTAL POR TIPO DE POSTOS	1	19	19	39

TOTAL DE POSTOS GRUPO 01				39			
GRUPO 02 - FOZ DO IGUAÇU, CASCAVEL E REGIÃO							
UNIDADE	POSTOS ARMADOS 44HS	POSTOS DIURNOS ARMADOS 12X36 HS	PORTOS NOTURNOS ARMADOS 12X36 HS	QT POSTOS			
DRF/CASCAVEL - SEDE	0	1	1	2			
DRF/CASCAVEL - DMA	0	2	2	4			
DRF/CASCAVEL - PORTO SECO	0	2	2	4			
ALF/FOZ DO IGUAÇU - SEDE	0	1	1	2			
ALF/FOZ DO IGUAÇU - CAC	1	0	0	1			
ALF/FOZ DO IGUAÇU - DMA 1	0	1	1	2			
ALF/FOZ DO IGUAÇU - CENTRO DE RECEPÇÃO DIREP	0	1	1	2			
ALF/FOZ DO IGUAÇU - DIREP P4	0	1	1	2			
ALF/FOZ DO IGUAÇU - ASSEFAZ 1	0	1	1	2			
ALF/FOZ DO IGUAÇU - ASSEFAZ 2	0	0	1	1			
ALF/FOZ - NUPEI	0	0	0	0			
ALF/FOZ - PCVA	0	8	7	15			
ALF/FOZ/PIA - POSTOS SUPERVISOR	0	1	1	2			
ALF/FOZ/PIA - ADMINIST ENTRADA - POSTO LÍDER	0	2	2	4			
ALF/FOZ/PIA - ADMINISTRATIVO ENTRADA	0	2	4	6			
ALF/FOZ/PIA - DMA	0	2	1	3			
ALF/FOZ/PIA/SALA DI	0	1	1	2			
ALF/FOZ/PIA - GUARITAS FISCALIZAÇÃO ENTRADA	0	4	3	7			
ALF/FOZ/PIA - ADMINISTRATIVO SAÍDA	0	3	1	4			
ALF/FOZ/PIA - GUARITAS FISCALIZAÇÃO SAÍDA	0	4	3	7			
ALF/FOZ/PTN - POSTO LÍDER	0	1	1	2			
ALF/FOZ/PTN	0	1	1	2			
IRF/GUAIRA + DMA	0	1	1	2			
IRF/GUAIRA - PORTO SETE QUEDAS	0	2	2	4			
ARF/SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	0	1	1	2			
IRF/CAPANEMA	0	1	1	2			
IRF/CAPANEMA/ADUANA FRONTEIRA	0	1	1	2			
TOTAL DE POSTOS	1	44	39	44			
TOTAL DE POSTOS GRUPO 02		88					
GRUPO 03 - SANTA CATARINA							
UNIDADE	POSTOS ARMADOS 44H	POSTOS DIURNOS ARMADOS 12X36H	POSTOS NOTURNOS ARMADOS 12X36H	POSTOS DESARM 44H	POSTOS DIURNOS DESARM 12X36H	POSTOS NOTURNOS DESARM 12X36H	QT POSTOS
DRF/BLUMENAU	0	0	0	0	1	1	2
ALF/ITAJAÍ - SEDE / PRÉDIO ANEXO	0	0	0	0	1	1	2
ALF/ITAJAÍ - DMA	0	1	1	0	0	0	2
DRF & ALF FLORIANÓPOLIS	1	1	1	0	1	1	5
DRF/FNS - DMA (São José)	0	2	2	0	0	0	4
DRF/JOAÇABA (SEDE)	0	0	0	0	1	1	2
DRF/JOAÇABA - DMA - PVA	0	1	2	0	0	0	3
ALF/SÃO FRANCISCO DO SUL	0	0	0	2	0	0	2

DRF/JOINVILLE	1	1	1	0	0	0	3
DRF/JOINVILLE -DMA	0	1	2	0	0	0	3
ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA - SEDE + DMA	0	1	1	0	0	0	2
ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA - ADUANA TURISMO	0	2	2	0	0	0	4
ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA - ACI CARGAS	0	4	4	0	0	0	8
TOTAL DE POSTOS	2	14	16	2	4	4	42
TOTAL DE POSTOS GRUPO 03	42						

**8.3.18.15** Pelos critérios qualitativos e quantitativos da Portaria COPOL/SUCOR/RFB/ME Nº 24.896/2020, que estabelece diretrizes e parâmetros para a gestão de recursos orçamentários relativos ao serviço de vigilância, a SRRF09 possui os requisitos necessários para a contratação dos seguintes postos de vigilância distribuídos nos grupos 01, 02 e 03, conforme tabelas a seguir:

GRUPO 01 - POSTOS VIGILÂNCIA ORGÂNICA PORTARIA COPOL Nº 24.896/2020, ALTERADA PELA PORTARIA COPOL Nº 1.476 /2022 E PORTARIA COPOL Nº 3.903/2022				
UNIDADE	POSTOS 44H	POSTOS DIURNOS 12X36H	POSTOS NOTURNOS 12X36H	QT POSTOS
ALF/CURITIBA - DMA	3	1	2	6
ALF/CURITIBA - PVA	2	2	3	7
DIREP/CURITIBA SRRF09	1	0	2	3
PVA/CURITIBA SRRF09	3	1	3	7
ALF/PARANAGUÁ - SEDE	2	0	0	2
ALF/PARANAGUÁ - DMA	2	2	3	7
DRF/PONTA GROSSA	3	0	0	3
DRF/PONTA GROSSA - DMA	1	1	2	4
DRF/PONTA GROSSA - DMA 2	2	1	1	4
DRF/LONDRINA	3	0	1	4
DRF/LONDRINA - TERRENO	3	2	4	9
DRF/LONDRINA - DMA	2	1	2	5
DRF/MARINGÁ	2	0	1	3
DRF/MARINGÁ - DMA1	1	2	3	6
DRF/MARINGÁ - DMA2	2	2	3	7
TOTAL POR TIPO DE POSTOS	32	15	30	77
TOTAL DE POSTOS - 77				
GRUPO 02 - POSTOS VIGILÂNCIA ORGÂNICA PORTARIA COPOL Nº 24.896/2020, ALTERADA PELA PORTARIA COPOL Nº 1.476 /2022 E PORTARIA COPOL Nº 3.903/2022				
UNIDADE	POSTOS 44H	POSTOS DIURNOS 12X36H	POSTOS NOTURNOS 12X36H	QT POSTOS
ALF/FOZ – SEDE	1	1	1	3
ALF/FOZ – CAC	1	0	1	2
ALF/FOZ – DMA 1	3	2	2	7
ALF/FOZ – DMA 2	2	1	1	4
ALF/FOZ – DESTRUIÇÃO	1	0	0	1
ALF/FOZ – CENTRO RECEPÇÃO DIREP	2	0	1	3
ALF/FOZ – BARRACÃO FISCAL. - DIREP	1	0	1	2

ALF/FOZ – P4 – DIREP	2	0	1	3
ALF/FOZ – ESTANDE DE TIRO	1	0	0	1
ALF/FOZ – GARAGEM SETRANS	1	0	1	2
ALF/FOZ DO IGUAÇU - ASSEFAZ 1	2	0	2	4
ALF/FOZ DO IGUAÇU - ASSEFAZ 2	2	0	2	4
ALF/FOZ - NUPEI	0	0	1	1
ALF/FOZ - PCVA	2	1	1	4
ALF/FOZ/PIA - ADMINISTRATIVO ENTRADA	2	0	1	3
ALF/FOZ/PIA - DMA	2	0	1	3
ALF/FOZ/PIA/SALA DI	2	0	0	2
ALF/FOZ/PIA - GUARITAS FISCALIZAÇÃO ENTRADA	3	0	1	4
ALF/FOZ/PIA - ADMINISTRATIVO SAÍDA	3	0	1	4
ALF/FOZ/PIA - GUARITAS FISCALIZAÇÃO SAÍDA	3	0	1	4
ALF/FOZ/PTN	2	0	1	3
IRF/GUAIRA + DMA	0	1	1	2
IRF/GUAIRA - PORTO SETE QUEDAS	1	1	1	3
IRF/SANTA HELENA	0	0	1	1
IRF/CAPANEMA	0	0	1	1
IRF/CAPANEMA/ADUANA FRONTEIRA	0	0	1	1
ALF/FOZ/PIN	3	0	0	3
DRF/CASCADEL - SEDE	2	0	1	3
DRF/CASCADEL - GALPÃO ANEXO	2	1	1	4
DRF/CASCADEL - DMA	3	2	3	8
DRF/CASCADEL - PORTO SECO	1	2	3	6
TOTAL POR TIPO DE POSTOS	50	12	34	96
TOTAL DE POSTOS - 96				
GRUPO 03 - POSTOS VIGILÂNCIA ORGÂNICA PORTARIA COPOL Nº 24.896/2020, ALTERADA PELA PORTARIA COPOL Nº 1.476 /2022 E PORTARIA COPOL Nº 3.903/2022				
UNIDADE	POSTOS 44H	POSTOS DIURNOS 12X36H	POSTOS NOTURNOS 12X36H	QT POSTOS
DRF & ALF FLORIANÓPOLIS	4	1	3	8
DRF/FNS - DMA (São José)	2	2	3	7
IRF/IMBITUBA	1	0	1	2
ALF/SÃO FRANCISCO DO SUL	2	0	1	3
DRF/JOINVILLE	3	2	4	9
DRF/JOINVILLE -DMA*	2	0	0	2
DRF - BLUMENAU	2	1	2	5
ALF -ITAJAÍ (ANEXO)	2	0	1	3
ALF - ITAJAÍ Casarão	1	0	2	3
ALF - ITAJAÍ DMA	2	1	2	5
DRF/JOAÇABA	1	1	2	4
DRF/JOAÇABA - DMA - PVA	2	1	1	4
ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA - SEDE + DMA	2	1	1	4
ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA - ADUANA TURISMO	2	0	1	3
ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA - ACI CARGAS	2	0	1	3
TOTAL POR TIPO DE POSTOS	30	10	25	65
TOTAL DE POSTOS - 65				

**8.3.18.16** Ainda, conforme o § 4º do art. 6º c/c § 1º do art. 4º da Portaria, supramencionada, poderá ser contratado 01 posto de porteiro para cada uma das seguintes Unidades: ARF/Brusque, ARF/Tubarão, ARF/Chapecó, ARF/Jacarezinho, ALF/Paranaguá/Sede, ALF/Paranaguá/DMA, DRF/Ponta Grossa, DRF/Ponta Grossa/DMA, DRF/Ponta Grossa/DMA2.

**8.3.18.17** Os postos de porteiro não serão objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, pois foram contemplados em licitação de apoio administrativo e operacional, através do e-processo 10905.720176/2021-84.

**8.3.18.18** Atualmente, **tem-se 170 postos nas Unidades da 09ª RF** ( Santa Catarina e Paraná) e, de acordo com os critérios estabelecidos pela PORTARIA COPOL Nº 24.896/2020, alterada pela PORTARIA COPOL Nº 1.476/2022 e PORTARIA COPOL Nº 3.903/2022 , **ANEXO VII** deste Estudo Técnico Preliminar, **poderão ser contratados um total de 238 postos.**

**8.3.18.19 Dos locais de prestação dos serviços** - As unidades encontram-se nas seguintes localidades e endereços:

- 1) ALF/Curitiba – DMA - Rua Gustavo Rattman, 121 Bairro Bacacheri Curitiba, PR
- 2) ALF/Curitiba – PVA - Rua Cruz Machado, 350, São José dos Pinhais, PR
- 3) DIREP/Curitiba SRRF09 - André de Barros 398, Centro, Curitiba, PR
- 4) PVA/Curitiba SRRF09 - Marechal Floriano Peixoto, 3401, Curitiba, PR
- 5) NUPAT/Curitiba SRRF09 - Rua XV de Novembro, 608, Centro, Curitiba/PR
- 6) ALF/Paranaguá – SEDE - Av. Coronel José Lobo nº 2.300 – Oceania – Paranaguá, PR
- 7) ALF/Paranaguá – DMA - Rua Professor Cleto nº 2.450 – Alto São Sebastião Paranaguá, PR
- 8) DRF/Ponta Grossa - Av. Visconde de Taunay, 1051, Centro/Ponta Grossa/PR
- 9) DRF/Ponta Grossa - DMA – Depósito de Mercadorias - Rua Marquês do Paraná, 767, Ponta Grossa/PR
- 10) DRF/Ponta Grossa – DMA – Depósito de Mercadorias e Veículos - Rua Marquês do Paraná, esquina com a República do Panamá, Ponta Grossa/PR
- 11) ALF/Foz do Iguaçu – Sede, CAC, DMA, Destruição, Centro de Recepção DIREP, Barracão Fiscal – DIREP, P4 – DIREP , Estande de Tiro, Garagem SETRANS, Assefaz 01 e 02 - Avenida Paraná, 1227 – Polo Centro – Foz do Iguaçu, PR
- 12) ALF/Foz do Iguaçu – PCVA - Avenida José Maria de Brito 2985, Jardim das Nações – Foz do Iguaçu, PR
- 13) ALF/Foz do Iguaçu/PIA – Administrativo Entrada, DMA, Sala DI, Guaritas Fiscalização Entrada, Administrativo Saída, Guaritas Fiscalização Saída - BR 277, s/n , Vila Portes, Foz do Iguaçu, PR
- 14) ALF/Foz do Iguaçu/PTN - BR 469, s/nº, Jardim Veraneio, Foz do Iguaçu/PR
- 15) IRF/Guaíra + DMA, Porto Sete Quedas - Rua Castro Alves, 359, Guaíra, PR
- 16) IRF/Guaíra/Porto Sete Quedas - Rua Bandeirantes, s/nº - Porto lacustre de sete quedas - cep 85.980- 00 – Guaíra, PR
- 17) ARF/Santo Antônio do Sudoeste – Avenida Ramalho Piva, nº 78, entre rios, Santo Antônio do Sudoeste, PR
- 18) IRF/Capanema/Aduana Fronteira - rodovia PR 281, quilômetro 01, Fronteira Brasil-Argentina, Zona Rural, Capanema, PR
- 19) IRF/Capanema - Rua Padre Cirilo, 212, Centro, Capanema, PR
- 20) DRF/Cascavel – Sede - Rua Rio Grande do Sul, nº 1289, Centro, Cascavel, PR
- 21) DRF/Cascavel - Galpão ANEXO - Rua Visconde de Guarapuava, 1724, Centro, Cascavel, PR

- 22) DRF/Cascavel – DMA - Rua Galibis, nº 213, Parque Santo Onofre, Cascavel, PR
- 23) DRF/Cascavel - Porto Seco - Rodovia BR 277, 576 - ANEXO ao Pátio da Ferroeste, Centralito. Cascavel, PR
- 24) DRF/Londrina - Sede - Rua Brasil, 865, Centro, Londrina, PR
- 25) DRF/Londrina - DMA - Rua Amélio Riskallah Abib Tauil, 1427 - Parque das Indústrias Leves , saída para Ibiporã, Londrina, PR
- 26) DRF/Londrina - Terreno - Rua Alagoas, s/nº, Centro, Londrina, PR
- 27) DRF/Maringá - Rua XV de Novembro, 527, Centro, Maringá, PR
- 28) DRF/Maringá - DMA1 - Avenida Governador Bento Munhoz da Rocha, 454, Zona 7, Maringá, PR
- 29) DRF/Maringá - DMA2 - Avenida Colombo, 8987, Zona 6, Maringá, PR
- 30) DRF/ALF Florianópolis - Rua Claudino Bento da Silva, 11 – Centro – Florianópolis, SC
- 31) DRF/FNS - DMA (São José) - Rua Pedro Costa de Castro S/N – BR 101 – Roçado – São José, SC
- 32) ALF/São Francisco do Sul - Rua Fernandes Dias, 71 - Centro - São Francisco do Sul, SC
- 33) DRF/Joinville - Rua Prefeito Helmuth Fallgater, nº 221 - Bairro Boa Vista – Joinville, SC
- 34) DRF/Joinville -PVA - ( em fase final de construção), Joinville, SC
- 35) DRF – Blumenau - Rua Namy Deeke, 40, Centro, Blumenau, SC
- 36) ALF - Itajaí Casarão Malburg e ANEXO - Rua Dr. Pedro Ferreira, 34 - Centro – Itajaí, SC
- 37) ALF - Itajaí DMA - Rua Blumenau, 1774 - Barra do Rio – Itajaí, SC
- 38) DRF/Joaçaba - Rua Getúlio Vargas, nº 345, Centro, Joaçaba, SC
- 39) DRF/Joaçaba - DMA – PVA - Rua Vereador Hamilton Antônio Rossin, s/n, Bairro Clara Adélia, Joaçaba, SC
- 40) ALF/Dionísio Cerqueira – SEDE/DMA - Rua República Argentina, 140, Dionísio Cerqueira, SC
- 41) ALF/Dionísio Cerqueira - Aduana Turismo - Rua República Argentina, s/n - Centro, Dionísio Cerqueira SC
- 42) ALF/Dionísio Cerqueira - ACI CARGAS - Rodovia BR 163, 3500 - Centro, Dionísio Cerqueira, SC

**8.3.18.20** Também fazem parte das unidades da RFB09 as Agências, abaixo mencionadas, que, apesar de não contarem com vigilância orgânica, dispõem de vigilância eletrônica:

- 1) ARF/Francisco Beltrão - Rua Otaviano Teixeiras Santos, nº 1.111 - centro, Francisco Beltrão/PR
- 2) ARF/Pato Branco - Rua Aymoré, 389, centro, Pato Branco/PR
- 3) ARF/Toledo - Rua Rui Barbosa, nº 2510 - Centro, Toledo/PR
- 4) ARF/Apucarana - Rua Ponta Grossa, nº 1274, centro, Apucarana/PR
- 5) ARF/Santo Antônio do Sudoeste - Avenida Ramalho Piva, nº 78, Entre Rios, Santo Antônio do Sudoeste /PR
- 6) ARF/Chapecó - Rua Uruguai, nº 373-E, Chapecó/SC
- 7) ARF/Criciúma - Rua Desembargador Pedro Silva, nº 180 , Centro, Criciúma/SC
- 8) ARF/Tubarão - Rua Tubalcain Faraco, nº 85, 8º andar, Edifício Center Park, centro, Tubarão/SC
- 9) ARF/Lages - Rua Francisco de Paula Ramos, nº 158, 2º andar, Coral, Lages/SC

- 10) ARF/Mafra - Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 74, Sala 1, Mafra/SC
- 11) IRF/Imbituba - Rua João Rimsa, 490 – Centro – Imbituba, SC
- 12) IRF/Santa Helena - Avenida Brasil, 1481, Santa Helena, PR
- 13) ARF/Paranavaí - Av. Heitor Alencar Furtado, 4.047 PR
- 14) ARF/Umuarama - Avenida Rio Branco, nº 4.097, Umuarama/PR
- 15) ARF/Brusque - Rua Rodrigues Alves, 130 – Centro SC

**8.3.18.21** Desde a homologação dos Pregões Eletrônicos nº 09/2021 e nº 02/2022 de vigilância orgânica e eletrônica até a presente data houve a suspensão das atividades das seguintes Unidades:

PORTARIA	AGÊNCIA
RFB nº 157/2022	ARF/Arapongas/PR, ARF/Jandaia do Sul/PR, ARF/São José dos Pinhais/PR e ARF/Timbó/SC
RFB nº 180/2022	ARF/Caçador/SC, ARF/Jaraguá do Sul/SC e ARF/Medianeiras/PR
SRRF09 nº 505/2022	ARF/Canoinhas/SC
SRRF09 nº 675/2023	ARF/União da Vitória/PR
SRRF09 nº 676/2023	ARF/Irati/PR
SRRF09 nº 677/2023	ARF/São Miguel do Oeste/SC
SRRF09 nº 678/2023	ARF/Cornélio Procopio/PR
SRRF09 nº 679/2023	ARF/Campo Mourão/PR
SRRF09 nº 680/2023	ARF/Jacarezinho/PR
SRRF09 nº 681/2023	ARF/Concórdia/SC
SRRF09 nº 682/2023	ARF/Rio do Sul/SC
SRRF09 nº 683/2023	ARF/Ibaiti/PR
SRRF09 nº 684/2023	ARF/Xanxerê/SC
SRRF09 nº 685/2023	ARF/Cianorte/PR
SRRF09 nº 686/2023	ARF/Araranguá/SC

**8.3.18.22** E ainda, houve a devolução do seguinte imóvel: ARF/Jacarezinho/PR Imóvel 2.

**8.3.18.23** A ARF/Guarapuava/PR ocupa-se de um imóvel compartilhado com o edifício-sede da Justiça Federal – Subseção Judiciária de Guarapuava - que já dispõe do serviço de vigilância em contrato próprio do Órgão.

**8.3.18.24** E a ARF/Tubarão situa-se em um edifício que já dispõe de serviço de monitoramento custeado pelo condomínio.

**8.3.18.25** A despeito dos 238 postos contemplados pela PORTARIA COPOL Nº 24.896/2020, **haverá o aumento do quadro atual de 170 para 176 postos**, conforme detalhamento a seguir:

**8.3.18.25.1 GRUPO 01 - SRRF09 - UASG 170156 (DRF/CTA, ALF/CTA, DRF/PTG, ALF/PGA e DRJ/CTA), DRF /LON- UASG 170159 (DRF/MGA), e suas jurisdicionadas no Paraná**

a) **ALF/Paranaguá/PR** - Aumento de 1 posto armado 44 hs, de segunda às sextas-feiras para o Edifício Sede e aumento de 1 posto armado noturno 12x36 hs, de segunda a domingo para o Depósito de Mercadoria Apreendido (DMA).

a1) Razões para aumento dos postos, de acordo com relato do chefe da Unidade:

a2) em relação ao edifício sede - " Uma das razões, como já relatamos, seria por conta do modelo APA, que nos tem exigido uma presença mais constante de um vigia na frente do prédio, durante o expediente. Em face das nossas instalações possuírem duas entradas de estacionamento, uma entrada no CAC, 1 entrada do Administrativo e mais duas entradas do Prédio histórico e várias janelas diretamente para rua, o que representa, portanto, grande vulnerabilidade, a presença de um vigilante fixo no interior e o adicional na parte exterior (portão principal e porta do CAC) nos daria a segurança que acreditamos ser suficiente."

a3) em relação ao DMA - " a) Área externa muito grande para um vigilante à noite (enquanto faz uma ronda noturna, o posto na frente fica desocupado); b) O local onde o DMA está localizado possui uma incidência grande de usuários de drogas que costumam entrar em locais desocupados ou pouco vigiados para efetuar furtos (como já ocorreu aqui no caso da pessoa que entrou pelo teto do depósito para roubar cigarros e perfumes. Provavelmente a pessoa se enquadra nessa descrição). c) Pátio do DMA muito irregular (com casa, árvores, paredes, etc.) que favorece a um eventual invasor a facilidade de esconder-se de uma só pessoa. d) Caso falte energia (ou pane elétrica como agora) um vigilante estaria sozinho para qualquer eventualidade...."

**8.3.18.25.2 GRUPO 03 - DRF/FNS - UASG 170169 (ALF/FNS e DRJ/FNS), DRF/JOI - UASG 170171 (ALF/SFS), DRF/BLU - UASG 170314 (ALF/ITJ), UASG 170589 (ALF/DC) e a DRF/JOA - UASG170170, e suas jurisdicionadas em Santa Catarina.**

a) **ALF/Dionísio Cerqueira/DMA/SC** - 1 posto 12x36 diurno e 1 posto 12x36 noturno

a1) Razões para aumento dos postos, de acordo com relato da Unidade: "...atualmente nosso DMA não tem nenhum vigilante, somente um aqui na Alfandega, ele fica na área da recepção e o DMA é lá pra trás ... não tem vigilante no DMA, apenas fica de olho nas câmeras. Entendo que sim, precisamos de um vigilante a mais aqui na sede para dar uma atenção especial ao DMA exatamente."

b) **DRF/Joaçaba/DMA/SC** - 1 posto armado 12x36 hs diurno

b2) Razões para aumento dos postos, de acordo com o chefe de logística da Unidade: " a adição de um posto diurno 12x36 (armado) aos atuais três postos existentes (um diurno e dois noturnos) seria suficiente para nossas necessidades. Dessa forma, retornaríamos a um cenário de maior segurança, que tínhamos há alguns anos, com 2 postos diurnos e 2 postos noturnos (todos armados). A presença de dois vigilantes no turno diurno facilita a ronda pelo pátio sem que o portão fique desguarnecido. Além disso, um segundo vigilante vai auxiliar na segurança do DMA em algumas situações em que temos necessidade de circulação de outras pessoas, que não os servidores e terceirizados que já trabalham no local."

c) **DRF/Blumenau/SC** - 1 posto 12x36 diurno e 1 posto 12x36 noturno

c3) Razões para aumento de postos, de acordo com a unidade: Existe o depósito de mercadorias apreendidas usado pelo EVR que, a despeito de ser menor que os DMA, precisam de um aumento da segurança, pois veículos apreendidos, com mercadorias apreendidas eventualmente são lacrados e guardados na garagem, podendo ser um "chamariz" para invasões.

d) **DRF/Joinville/PVA/SC** - 1 posto 12x36 diurno e 1 posto 12x36 noturno

d1) Razões para os postos, de acordo com a unidade: "Muitos veículos são apreendidos com as mercadorias lacradas para posterior verificação. À noite, há possibilidade de furto ou roubo dessas mercadorias lacradas"

\* O Pátio de Veículos Apreendidos está em fase final de construção. O quantitativo se encontra na previsão de postos para a Unidade, visto que, pela Portaria Copol nº 24.896/2020 e suas alterações, a DRF/Joinville pode contratar até 2 postos diurnos 12x36 e 4 postos noturnos 12x36 e somando-se os postos do PVA e Sede haverá o seguinte quantitativo: DRF/Joinville 1 posto diurno 12x36 e 1 posto noturno 12x36, DRF/PVA/Joinville 1 posto diurno 12x36 e 1 posto noturno.

**8.3.18.26** As Unidades de Santa Catarina e Paraná, através dos grupos 01, 02 e 03, possuem o seguinte quadro atual de postos de vigilância orgânica:

UNIDADES	POSTOS ARMADOS 44 H	POSTOS DIURNOS ARMADOS 12X36 H	POSTOS NOTURNOS ARMADOS 12X36 H	POSTOS DESARMADOS 44 H	POSTOS DIURNOS DESARMADOS 12X36 H	POSTOS NOTURNOS DESARMADOS 12X36 H
GRUPO 01	1	19	20			
GRUPO 02	1	45	42			
GRUPO 03	2	14	16	2	4	4
TOTAL	4	78	78	2	4	4



TOTAL GLOBAL NA 09RF 170

**8.3.18.27** Com os acréscimos pretendidos, as Unidades de Santa Catarina e Paraná, através dos grupos 01, 02 e 03, ficarão com o seguinte quadro de postos de vigilância orgânica:

UNIDADES	POSTOS ARMADOS 44 H	POSTOS DIURNOS ARMADOS 12X36 H	POSTOS NOTURNOS ARMADOS 12X36 H	POSTOS DESARMADOS 44 H	POSTOS DIURNOS DESARMADOS 12X36 H	POSTOS NOTURNOS DESARMADOS 12X36 H
GRUPO 01	2	19	21			
GRUPO 02	1	45	42			
GRUPO 03	2	17	17	2	4	4
TOTAL	5	81	80	2	4	4
TOTAL GLOBAL NA 09RF 176						

**8.3.18.28** Em relação ao aumento do quantitativo de postos, importante destacar as disposições normativas da Portaria COPOL nº 24.896/2020, alterada pela Portaria COPOL nº 1473/2022:

*"Art. 10 Observados os limites orçamentários mensurados a partir dos quantitativos de postos definidos com base nos critérios estabelecidos nesta Portaria, as Unidades Gestoras poderão aumentar ou reduzir os quantitativos de postos contratados relativos a determinada categoria. (Redação dada pelo(a) Portaria Copol nº 1473, de 16 de fevereiro de 2022)*

*§ 1º. Poderão ser contratados postos de categorias diferentes dos estabelecidos nesta Portaria, com utilização parcial dos limites orçamentários previstos no caput. (Incluído(a) pelo(a) Portaria Copol nº 1473, de 16 de fevereiro de 2022)*

*§ 2º Os recursos orçamentários necessários às contratações de que trata o parágrafo 1º reduzirão os limites estabelecidos no caput e serão alocados na Despesa Gerencial de Custeio Regional da respectiva Região Fiscal. (Incluído(a) pelo(a) Portaria Copol nº 1473, de 16 de fevereiro de 2022)*

*Art. 11 As unidades que apresentem necessidades de contratação de serviços de vigilância acima dos limites orçamentários estabelecidos por esta Portaria, poderão submeter pedido fundamentado à apreciação da Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol), para análise e decisão. (Redação dada pelo(a) Portaria Copol nº 1473, de 16 de fevereiro de 2022)."*

#### 8.4 DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA MONITORADA

**8.4.1** O serviço de monitoramento eletrônico visa garantir a preservação e a integridade física dos servidores e contribuintes, dos prédios, instalações e demais bens móveis e imóveis, mercadorias apreendidas, bem como a documentação guardada nas Unidades da RFB na 9ªRF, observando-se as disposições da Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, e suas alterações, assim como a legislação atinente.

**8.4.2** Os serviços de monitoramento eletrônico, com ou sem monitoramento à distância de alarmes com sensores de presença, com ou sem atendimento presencial nas ocorrências, serão prestados nos locais indicados no **ANEXO V**.

**8.4.3** A IN nº 5/2017 estabelece em seu ANEXO VI-A, Serviço de Vigilância, item 9, que:

*"9. É permitida a licitação:*

*a) para a contratação de serviços de instalação, manutenção ou aluguel de equipamentos de vigilância eletrônica em conjunto com serviços contínuos de vigilância armada/desarmada ou de monitoramento eletrônico, sendo vedada a comercialização autônoma de equipamentos de segurança eletrônica, sem a prestação do serviço de monitoramento correspondente.*

**8.4.4** Ademais, o art. 17 da Portaria nº 18.045/2023 - DG/DPF, estabelece o que segue:

*"Art. 17. As empresas de vigilância patrimonial não poderão desenvolver atividades econômicas diversas das que estejam autorizadas.*

*§1º Para o desenvolvimento de suas atividades, a empresa de vigilância patrimonial poderá utilizar toda a tecnologia disponível.*

*§2º Os equipamentos e sistemas eletrônicos utilizados na forma do §1º somente poderão ser fornecidos pela empresa de vigilância patrimonial sob a forma de comodato.*

*§3º As atividades de instalação, vistoria e atendimento técnico de acionamento de alarmes não poderão ser realizadas por vigilante, o qual é responsável apenas pelas atividades previstas no art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983."*

**8.4.5** Deste modo, a RFB adota preferencialmente a contratação de serviços de segurança eletrônica integrada, com a aquisição de equipamentos em comodato, com a prestação dos serviços de instalação e manutenção correspondentes, além do serviço de monitoramento eletrônico.

**8.4.6** Além de outros requisitos estabelecidos neste Estudo Preliminar e no Termo de Referência, são deveres da CONTRATADA:

- a)** A CONTRATADA deverá prestar os serviços de monitoramento eletrônico nos horários fixados ou nos períodos em que o sistema estiver acionado, por profissionais treinados, garantindo a segurança integral do local, inclusive:
- b)** Monitorar a ativação e desativação do sistema de alarme, quando efetuado por servidor previamente habilitado.
- c)** Garantir que o alarme contemple sensores magnéticos para portas e janelas externas, bem como sensores infravermelhos de presença nos ambientes sensíveis/críticos.
- d)** Verificar o acionamento do sistema nos horários preestabelecidos, checando in loco as razões de possíveis não acionamentos, corrigindo de imediato as falhas detectadas.
- e)** Treinar as pessoas indicadas pela Administração, que deterão senhas, orientando como utilizá-las, correndo às suas expensas todos os materiais didáticos e outros custos adicionais para este fim.
- f)** Sempre que houver um sinistro, de qualquer natureza, deverá comunicar imediatamente a CONTRATANTE.
- g)** Apresentar relatório mensal das ocorrências.
- h)** Os equipamentos disponibilizados para a prestação dos serviços deverão ser novos, sem defeitos, na data da contratação inicial, e deverão atender às normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- i)** A CONTRATADA deverá afixar em cada pavimento dos prédios uma placa de identificação com telefone da empresa, informando que o local é protegido por sistema de segurança monitorada.
- j)** Em caso de **constatação de evento de disparo ou acionamento de alarme**, a Central de Operações da CONTRATADA, através de seu apoio tático, deverá deslocar-se imediatamente até o local, adotando todas as providências necessárias e, em caso de arrombamento ou invasão, deverá acionar o órgão policial competente e, se for o caso, disponibilizando inclusive um ou mais TÉCNICOS EXTERNOS DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA (atendentes de alarme) até que o problema seja solucionado, sem ônus adicional para a Administração.\*

\* Especificamente em relação a este último subitem, **será admitida a subcontratação, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA perante a Administração.**

**8.4.7** Os serviços serão prestados em regime de 24 horas, de "segunda a segunda", de acordo com a localidade da Unidade da RFB, e ainda seguindo as características, quantidades e localizações definidas a seguir:

								nº de	total (até o
--	--	--	--	--	--	--	--	-------	--------------

Unidade	Área (m²)	Descrição da solução	Nível monit.	Porte NT Copol nº 18 /2017	Valor Mensal R\$	Início estimado da vigência	meses (até o final do contrato)	final do contrato) (R\$ mensal x meses)
<b>GRUPO 01 - PARANÁ - SRRF09, CURITIBA, PONTA GROSSA, LONDRINA, MARINGÁ E JURISIDICIONADAS (EXCETO FOZ E CASCAVEL)</b>								
ARF/APUCARANA	459,00	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	Mínimo	Escritório Peq. Porte		02/02/2024	24	
ARF/PARANAÍ	591,82	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	Mínimo	Escritório Peq. Porte		02/02/2024	24	
DRF/PONTA GROSSA - DMA	1196,7	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA Peq. Porte		02/02/2024	24	
DRF/PONTA GROSSA - DMA 2	2178,00	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA Peq. Porte		02/02/2024	24	
ARF/UMUARAMA	594,62	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório Peq. Porte		02/02/2024	24	
ALF/CURITIBA - DMA	2.000	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA Peq. Porte		02/02/2024	24	
ALF/CURITIBA - SJP/PVA*	8.000	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório > 2.000 m²		02/02/2024	24	
DIREP/CURITIBA SRRF09	2.760	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório > 2.000 m²		02/02/2024	24	
PVA/CURITIBA SRRF09	27.636,61	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório > 2.000 m²		02/02/2024	24	
DMA - CTBA SRRF09	312,00	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA Peq. Porte		02/02/2024	24	
ALF/PARANAGUÁ	2.973	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório >		02/02/2024	24	

- SEDE		NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)		2.000 m²			
ALF/PARANAGUÁ - DMA	16.742	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA > 4.000 m²		02/02/2024	24
DRF/PONTA GROSSA	3.934	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório > 2.000 m²		02/02/2024	24
DRF/LONDRINA	4.500	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório > 2.000 m²		02/02/2024	24
DRF/LONDRINA - TERRENO	3.937,5	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA Peq. Porte		02/02/2024	24
DRF/LONDRINA - DMA	5.650,18	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA > 4.000 m²		02/02/2024	24
DRF/MARINGÁ	4.978,54	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório > 2.000 m²		02/02/2024	24
DRF/MARINGÁ - DMA1	1186,23	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA Peq. Porte		02/02/2024	24
DRF/MARINGÁ - DMA2	19937,1	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA > 4.000 m²		02/02/2024	24
CEOAR/SRRF09	1252,45	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório Peq. Porte		02/02/2024	24
<b>GRUPO 02 - FOZ DO IGUAÇU, CASCAVEL E REGIÃO</b>							
DRF/CASCAVEL - PORTO SECO	9.523,00	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório > 2.000 m²		12/04/2024	24
ARF/FRANCISCO BELTRÃO	376	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	Mínimo	Escritório Peq. Porte		12/04/2024	24

ARF/PATO BRANCO	422	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	Mínimo	Escritório Peq. Porte		12/04/2024	24	
ARF/TOLEDO	337	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	Mínimo	Escritório Peq. Porte		12/04/2024	24	
IRF/GUAIRA + DMA	804,07	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA Peq. Porte		12/04/2024	24	
IRF/GUAIRA - PORTO SETE QUEDAS	4.200	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório > 2.000 m²		12/04/2024	24	
IRF/SANTA HELENA	525,56	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório Peq. Porte		12/04/2024	24	
ARF/SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	1.438,76	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	Mínimo	Escritório Peq. Porte		12/04/2024	24	
IRF/CAPANEMA	844,02	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	Mínimo	Escritório Peq. Porte		12/04/2024	24	
IRF/CAPANEMA PONTE	294	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	Mínimo	Escritório Peq. Porte		12/04/2024	24	
ALF/FOZ DO IGUAÇU - SEDE E CAC	6182,62	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório > 2.000 m²		12/04/2024	24	
ALF/FOZ DO IGUAÇU - DMA 1 e 2, DESTRUIÇÃO, CENTRO RECEPÇÃO DIREP	9.716,11	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA > 4.000 m²		12/04/2024	24	
ALF/FOZ DO IGUAÇU - DIREP (barracão fiscalização), DIREP P4, ESTANDE TIRO, GARAGEM SETRANS	7.518,61	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA > 4.000 m²		12/04/2024	24	
ALF/FOZ DO IGUAÇU -	1.032,09	CFTV (MONITORAMENTO	Médio	Escritório		12/04/2024	24	

ASSEFAZ 1 e 2		NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)		Peq. Porte				
ALF/FOZ - PCVA	77	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório Peq. Porte		12/04/2024	24	
ALF/FOZ/PIA - ADM ENTRADA e SAÍDA, DMA, SALA DI, GUARITAS FISC ENTRADA E SAÍDA	17.512,64	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA > 4.000 m²		12/04/2024	24	
ALF/FOZ/PTN	1.208,2	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório Peq. Porte		12/04/2024	24	
DRF/CASCADEL - SEDE	2.800	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório > 2.000 m²		12/04/2024	24	
DRF/CASCADEL - GALPÃO ANEXO	1.020	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA Peq. Porte		12/04/2024	24	
DRF/CASCADEL - DMA	6.032	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA > 4.000 m²		12/04/2024	24	
<b>GRUPO 03 - SANTA CATARINA</b>								
ARF/CRICIÚMA	312,68	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	Mínimo	Escritório Peq. Porte		03/04/2024	24	
IRF/IMBITUBA	700	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	Mínimo	Escritório Peq. Porte		03/04/2024	24	
ALF - ITAJAÍ Casarão	918	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório Peq. Porte		03/04/2024	24	
ARF/MAFRA	262,32	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	Mínimo	Escritório Peq. Porte		03/04/2024	24	
ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA - ADUANA TURISMO	802,16	CFTV (GRAVAÇÃO LOCAL) - ALARME (sistema de presença)	Mínimo	Escritório Peq. Porte		03/04/2024	24	
		CFTV						

ARF/LAGES	742,8	(MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório Peq. Porte		03/04/2024	24	
ARF - BRUSQUE	357,76	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório Peq. Porte		03/04/2024	24	
DRF/FNS - DMA (São José)	3500	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA Peq. Porte		03/04/2024	24	
DRF - BLUMENAU	2.299,62	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório > 2.000 m²		03/04/2024	24	
ALF - ITAJAÍ (ANEXO)	2010	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório > 2.000 m²		03/04/2024	24	
ALF - ITAJAÍ DMA	2046	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA Peq. Porte		03/04/2024	24	
DRF/JOAÇABA (SEDE)	2.650	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório > 2.000 m²		03/04/2024	24	
DRF/JOAÇABA - DMA - PVA	10.000	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	DMA > 4.000 m²		03/04/2024	24	
ARF/CHAPECÓ	1.500	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório Peq. Porte		03/04/2024	24	
ALF/SÃO FRANCISCO DO SUL	1.100	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório Peq. Porte		03/04/2024	24	
ALF/DIONISIO CERQUEIRA - SEDE + DMA	1.432,98	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório Peq. Porte		03/04/2024	24	
ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA - ACI CARGAS	2.639,48	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sistema de presença)	Médio	Escritório > 2.000 m²		03/04/2024	24	

DRF & ALF FLORIANÓPOLIS	8.925	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sist. presença) - APOIO LOCAL	MÁXIMO	Escritório > 2.000 m²		03/04/2024	24	
DRF/JOINVILLE	7.104,58	CFTV (MONITORAMENTO NA EMPRESA) - ALARME (sist. presença) - APOIO LOCAL	MÁXIMO	Escritório > 2.000 m²		03/04/2024	24	

#### 8.4.8 DOS EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E SUAS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS MÍNIMAS

**8.4.8.1** Os serviços deverão ser prestados conforme **endereços e descrições** indicadas no quadro no **ANEXO V** deste Estudo Técnico Preliminar.

**8.4.8.2** Os serviços de vigilância monitorada deverão seguir também à normatização interna trazida pela Norma Técnica RFB/SUCOR/COPOL nº 18/2017 e a Portaria RFB nº 354/2017, da Receita Federal do Brasil, que estabelece as normas relativas à contratação de serviços de vigilância no âmbito das Unidades da RFB, que indica um padrão referencial, detalhado a seguir.

**8.4.8.3** A tabela a seguir, (Serviço de Vigilância de acordo com Pontuação por Grau de Risco - Portaria COPOL/SUCOR /RFB/ME Nº 24896/2020) demonstra a distribuição dos serviços de monitoramento eletrônico de acordo com o grau de risco calculado para a Unidade:

PONTUAÇÃO	GRAU DE RISCO	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA A SER UTILIZADO
Até 13	1	<b>ARF:</b> Eletrônica Mínima, sem vigilância orgânica Demais unidades: Eletrônica Mínima, vigilância orgânica de acordo com o art.º 5 desta Portaria
de 14 a 29	2	Eletrônica Média, vigilância orgânica de acordo com o art.º 5 desta Portaria
de 30 a 34	3	Eletrônica Máxima, vigilância orgânica de acordo com o art.º 5 desta Portaria

**8.4.8.4** Assim, observa-se que a Segurança Eletrônica está presente em todas as situações, de forma variável conforme o Grau de Risco, onde:

"§1º Vigilância Eletrônica Mínima: corresponde ao Circuito Fechado de TV (CFTV) com gravação local e alarme com sistema de presença;

§2º Vigilância Eletrônica Média: corresponde ao CFTV com monitoramento na empresa e alarme com sistema de presença;

§3º Vigilância Eletrônica Máxima: corresponde ao CFTV com monitoramento na empresa, apoio local e alarme com sistema de presença."

**8.4.8.5** Embora a Portaria RFB nº 354/2017 cite a Vigilância Eletrônica Mínima para o Grau de Risco 1, a Nota Técnica nº 18/2017 recomenda a adoção de Vigilância Eletrônica Média e Máxima, sempre que possível, havendo disponibilidade de serviço de monitoramento eletrônico por empresa especializada na localidade, por ser mais conveniente, tendo em vista a RFB não contar, em geral, com corpo técnico especializado e dedicado ao exercício dessa função.

**8.4.8.6** Devido a atualização da pontuação por Grau de Risco - Portaria COPOL/SUCOR /RFB/ME Nº 24896/2020, alterada pela Portaria COPOL nº 1.473/2022 e Portaria COPOL nº 3.909/2022 - conforme se observa abaixo, as seguintes unidades terão alteração no serviço de vigilância:

a) ARF/BRUSQUE - de vigilância eletrônica mínima para vigilância eletrônica média

b) ALF/FOZ/PIA - DMA - de vigilância eletrônica mínima para vigilância eletrônica média



**8.4.8.7** Seguindo recomendação da Nota Técnica, supramencionada, as seguintes unidades também contarão com vigilância média:

- a) ALF/ITAJAÍ - CASARÃO
- b) ARF/UMUARAMA
- c) DMA/CURITIBA/SRRF09
- d) DMA1/DRF/PONTA GROSSA
- e) DMA2/DRF/PONTA GROSSA
- f) IRF/GUAIRA/DMA
- g) IRF/GUAIRA - PORTO SETE QUEDAS
- h) ARF/LAGES - a Portaria, supramencionada, alterou para mínima, mas permanecerá média
- i) ARF/APUCARANA - Portaria, supramencionada, alterou para mínima, mas permanecerá média

**8.4.8.8** Em conformidade com a Norma Técnica RFB/SUCOR/COPOL nº 18, de 23 de agosto de 2017, encaminhamos abaixo uma **listagem de referência** para os equipamentos de alarme monitorado.

**8.4.8.9.** Importante destacar que a relação dos equipamentos constantes no **ANEXO VI** desse Estudo Técnico Preliminar possuem as especificações e quantidades mínimas necessárias e devem ser considerados apenas como **REFERÊNCIA** para **AS LICITANTES** formularem suas **PROPOSTAS**

**8.4.8.9.1** Outrossim, reforça-se que para a **CONTRATADA**, serão fornecidos os esquemas gráficos (as built), descrição dos equipamentos instalados, fotos e outras informações sobre o que está em uso, separados por Unidade da RFB na 9ª RF.

**8.4.8.10** Tal indicação **não exige a CONTRATADA** de apresentar - no momento da formalização da proposta - a sua própria listagem de equipamentos, que contemple as necessidades para a perfeita execução dos serviços, sob sua inteira responsabilidade:

**8.4.8.10.1 Central de Alarme - CA (referência para imóveis de pequeno porte, até 2.000m² de área construída)**

: O software da CA deverá possuir planta digitalizada do local com representação do sensor de presença no ambiente, visando facilitar a informação do agente da CONTRATADA junto ao segurança no local. O sistema de alimentação elétrica deverá permitir funcionamento ininterrupto de todo o sistema em relação a variações, transientes ou falhas na rede elétrica da operadora local. Deverá realizar comunicação com a CA todas as vezes em que o sistema for habilitado/deshabilitado, com identificação e usuário, data e horário; permitir programação independentes para todos os setores e permitir a habilitação/deshabilitação dos setores de forma independente, inclusive com temporização; possuir recurso de travamento do sistema em caso de 3 (três) tentativas incorretas de entrada de senha; acionamento diurno, a partir de ação manual em teclados ou botões de pânico, e acionamento noturno, acompanhado 24 horas pela Central de Monitoramento e Controle - CMC; entre outros.

**8.4.8.10.2** Recomenda-se a adoção de Central de Alarme com módulo Ethernet e circuito de comunicação Internet para a transmissão das informações de alarmes para a empresa de serviços de monitoramento eletrônico.

**8.4.8.10.3** Verifica-se que, por questão de segurança, não será permitida a utilização/compartilhamento da rede de internet (seja provedor, roteador, cabeamento ou qualquer outro equipamento) das unidades da RFB. Para estabelecer a comunicação dos equipamentos de vigilância eletrônica monitorada com a empresa de monitoramento, é necessário que a **CONTRATADA providencie por sua conta um provedor independente da rede utilizada pela RFB que cumpra com sua finalidade de forma segura e eficaz.**

**8.4.8.10.4 Sensores, Baterias, Câmeras e outros:** Estes equipamentos são responsáveis pelo monitoramento do ambiente, detectando a presença de pessoas não autorizadas, emitindo sinal à CA, onde ocorrerá o disparo de alarme/sirene. Podem ser de uso interno ou externo, com fio ou sem fio.

**8.4.8.10.5 Sensor com fio:** Sensor Magnético de Sobrepor usado em alarmes residenciais e comerciais, acionadores de relés etc. Ideal para uso em janelas e portas. Fixação por parafuso ou adesivo; borne aparafusável; distância de acionamento de 20mm; alimentação de 12 Volts.

**8.4.8.10.6 Sensor sem fio:** Sensor de abertura sem fio para portas e janelas, usado em alarmes residenciais. Apresenta ótimo desempenho em ambientes fechados. Bateria de lítio de longa duração; indicação de bateria fraca no sensor; Reed Switch SMD; frequência de 433,92 MHz; alcance RF mínimo de 50 metros em área livre de obstáculos; alimentação 3 VDC com bateria de lítio inclusa.

**8.4.8.10.7 Sensor de Presença Passivo, Sem Fio, Infravermelho:** Esse tipo de sensor não emite luz infravermelha. Pelo contrário, ele faz uma leitura das mudanças do infravermelho do ambiente. Quando o sensor é energizado ele faz uma leitura do infravermelho que retorna do ambiente que não possui movimento. A leitura é feita por um fotodetector (PIR). O PIR é um componente que converte variação infravermelha em pulsos elétricos. Ângulo de abertura de 90° ou 115°; alcance do pirosensor de pelo menos 12 metros; tempo de estabilização de 20 segundos; necessária homologação da ANATEL; bateria inclusa; modulação OOK; aviso de bateria em nível baixo.

**8.4.8.10.8 Sirenes:** Sirene compacta de alta potência com 1 (um) tom diverso de sons próprios de viaturas policiais e de ambulâncias. Sirene piezoelétrica, potência de 12V, respeitando os limites da legislação de 120 dB, 15/30W, com programação para funcionamento de 01 até 20 minutos. Deve ser auto-acionada nos casos de corte de energia pública e da interface com a CA. Ocorrendo apenas o corte de energia, tal situação deve ser identificada pela CA que enviará alerta de ocorrência para a CMC – Supervisor. Deve ser do tipo auto-alimentada, dotada de alimentação 12V e também de bateria recarregável interna com duração aproximada de 20 minutos em plena potência, para funcionamento durante a falta de energia elétrica da rede pública. Não deve ocupar zona ou setor da CA. Consumo de 180mA a 300mA; suporte de fixação preparado para instalações na vertical e na horizontal.

**8.4.8.10.9 Baterias:** A bateria utilizada é de chumbo-ácido de 12volts, regulada por válvula selada VRLA, recarregável, livre de manutenção e protegida contra vazamentos. Uma bateria para uso geral e com vida útil de até 5 (cinco) anos em regime de flutuação, sendo adequada para o uso em sistemas de segurança. Tensão de 12Vdc; capacidade de 6Ah (C20); flutuação de 13,6V a 13,8V; corrente inicial de 1,6A a 1,8A.

**8.4.8.10.10 Receptor:** Um receptor de Rádio Frequência é utilizado no sistema de alarme com a finalidade de cadastrar dispositivos sem fio com o sensor magnético e o sensor de presença IVP, operando com tecnologia OOK ou FSK. Frequência de trabalho de 433,92 MHz, alimentação de 12 a 16V; recepção OOK ou FSK; decodificador SMART CODE de 24 bits.

**8.4.8.10.11 Câmeras de CFTV:** Apesar de tecnicamente viável, deve ser evitado o uso de câmeras IP na rede da RFB pois sobrecarrega os recursos de TI da Instituição. As câmeras serão compostas por sensores de imagens, dispositivos para captação da imagem, sendo usual o uso de sensores Charge Coupled Device - CCD e também os do tipo Complementary Metal-Oxide Semicinductor - CMOS. Sensores do tipo CCD são responsáveis pela conversão das imagens visuais em sinais elétricos. A resolução do CFTV é medida em linhas de TV, sendo imprescindível que a imagem tenha uma boa resolução, a qual se obtém com a alta qualidade do conjunto câmera, lente, meio de transmissão e monitor, sendo que quanto maior a resolução das câmeras, melhor será a qualidade da imagem gerada. Para o monitor, cuja resolução é medida em linhas de varredura vertical, quanto maior este número de linhas verticais, melhor sua resolução, sendo que a resolução do monitor sempre deverá ser superior à das câmeras. As lentes mais utilizadas são: 1) tipo íris fixa, que possui apenas ajuste de foco, com baixa variação de iluminação constante; 2) tipo íris manual, com ajuste de quantidade de iluminação para o sensor CCD, usada em locais de iluminação de intensidade variável, devendo contar com obturador eletrônico; 3) tipo auto íris, as quais são ajustadas automaticamente de acordo com o nível e iluminação do local, com motor interno que corrige a abertura ou fechamento da íris, mantendo a qualidade da imagem; 4) tipo varifocais, com distância de foco ajustável, ou zoom manual, podendo ser corrigidas no momento da implantação; 5) tipo Zoom, que possuem a função zoom, foco e íris motorizadas e não motorizadas com auto-íris incorporada, dando a possibilidade de visualizar objetos bem pequenos com a ampliação da cena; e 6) tipo fixas, cujas distâncias focais não variam.

**8.4.8.10.12 Armazenamento de Imagens:** Todo o sistema de CFTV implantado deverá armazenar imagens pelo período mínimo de 60 (sessenta) dias, gravadas pelo Digital Video Record - DVR, que gerencia e armazena as imagens diretamente das câmeras. Aconselha-se o uso, sempre que possível, de DVR Stand Alone, equipamento que além da gravação de imagens opera como processador e sequenciador de imagens, multiplexador etc, contando com sistema de armazenamento de imagem por HD externo, possibilitando a troca do HD sem o desligamento do equipamento e consequente perda de imagens.

**8.4.8.10.13 Cabos:** Para a alimentação da CA, sua interligação com a sirene e ligação com a rede elétrica, devem ser usados cabos dimensionados de acordo com a NBR 5410, dos tipos flexível ou rígido. Para a ligação entre

sensores poderão ser utilizados cabos do tipo "manga", parecido aos de telefonia, mas com características técnicas diversas destes, sendo constituídos de fios de cobre nu, envolto em material isolante de PVC branco externamente, e internamente por cores variadas, podendo ser blindados ou não, constituídos por 3 ou 4 vias. Não se admite o uso de cabos de telefonia para a ligação dos sensores à CA. Para as instalações externas os cabos deverão ser do tipo blindado. O sistema será interligado através de cabo flexível 4 vias multicores, confeccionado em fio de cobre estanhado eletrolítico mole, revestido com polietileno de baixa densidade colorido, envolto em PVC branco ou cinza com componente antichama, bitola 28AWG.

**8.4.8.10.14** As quantidades de sensores e demais equipamentos deverão ser definidas de acordo com a área de cada Unidade, observando sempre o alcance máximo admitido pelo Fabricante do equipamento.

**8.4.8.10.15** O sistema de segurança, como um todo, deverá proporcionar de forma automática a integração dos diversos dispositivos instalados - CFTV, intrusão, acionamento de portas etc - além do envio de alarmes sonoros e /ou visuais à Central de Monitoramento e Controle - CMC, também registrando os atos através de imagens e relatórios, tornando verdadeiramente eficiente a detecção e a solução do evento.

**8.4.8.10.16** As informações obtidas pelo sistema de monitoramento serão gerenciadas em um ponto de controle e gravação, doravante denominado Central de Monitoramento e Controle - CMC, que deverá estar instalada nas dependências da CONTRATADA, de onde esta poderá controlar as câmeras e visualizar todas as imagens obtidas, e para onde serão convergidos todos os sinais de alarme e registros de acesso.

**8.4.8.10.17** A premissa do sistema de segurança é garantir a integração entre todo os subsistemas, de forma a tornar automática a atuação da segurança - eletrônica e orgânica - frente a um evento. Assim, considera-se imperativo o fornecimento de sistemas de CFTV e Alarme de um mesmo fabricante, como forma de eliminar falhas e discrepâncias na integração dos sistemas.

#### **A. DESCRIÇÃO BÁSICA DO SISTEMA DE SEGURANÇA**

A1. O funcionamento do sistema deverá se dar pela gravação e transmissão de imagens, geração de alarmes e outros, por detecção de movimento, sem a necessidade de instalar sensores adicionais nas câmeras, enviando imagens com alarme, instantaneamente, para a CMC. Uma análise prévia dos locais onde serão instalados os sistemas deverá definir as configurações do funcionamento do alarme sonoro, por sirene, do alarme visual, por luzes de emergência, e demais recursos dos equipamentos de alarme de intrusão e controle de acesso.

A2. O sistema de segurança deverá ser basicamente composto dos sistemas descritos a seguir, variando apenas o quantitativo dos equipamentos em função das dimensões de cada prédio ou da área a ser monitorada e de suas particularidades:

**A2.I. CFTV PARA ÁREAS EXTERNAS** - câmeras móveis tipo DOME ou PT, com zoom óptico mínimo de 26x, instaladas em postes e interligadas através de fibra óptica, localizadas em pontos estratégicos e em quantidade suficiente para permitir abranger toda a área do imóvel. Junto às câmeras deverão ser instaladas caixas para proteção contra ação do clima, para acomodação de equipamentos auxiliares, nobreak, terminadores de fibra óptica e todos os demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento. A gravação e o controle das imagens deverão ser feitos pela CMC.

**A2.II. CFTV PARA ÁREAS INTERNAS** - deverá ser instalado um sistema local composto por gravador digital de vídeo (DVR) e câmeras fixas ou móveis, internas e/ou externas, dispostas em locais estrategicamente definidos, de forma a abranger as principais áreas da edificação, especialmente os acessos ao seu interior. A gravação das imagens, bem como a visualização de todas as câmeras, deverá ser feita na CMC, sendo que o sistema deverá estar interligado à rede de segurança da CONTRATADA através de cabo de fibra óptica, ou outro meio físico, que permita o acesso remoto para a visualização e gravação pela CMC. Deverá ser considerada a criação de rotinas de backup das imagens gravadas em cada prédio, utilizando meios físicos ou a própria rede de transmissão de dados, de forma a manter registros na CMC.

**A2.III. ALARME DE INTRUSÃO** - deverá ser instalada uma Central de Alarme - CA, que deverá gerenciar os dispositivos de detecção de intrusos e que possua facilidades para agregação na mesma base de outros dispositivos, como botões de pânico e controle de acesso, entre outros, compartilhando teclado, sirenes e saídas de alarme. Deverá possuir áreas programáveis com partições, saídas programáveis para integração com outros sistemas, permitindo histórico das ocorrências e garantindo a comunicação com a CMC por no mínimo 2 (dois) caminhos distintos. Ainda, deverão ser utilizados sensores de infravermelho inteligentes, com níveis distintos de detecção, imunes a insetos e a pequenos animais, com fio. A CA deverá, também permitir a programação individual de cada saída de alarme e relés em função do tipo de sinal de entrada, de forma a permitir ações distintas para cada combinação de atuação dos sensores.

**A2.IV. CONTROLE DE ACESSO À EDIFICAÇÃO** - para acionamento de portas específicas em cada prédio, através de leitoras de cartão e/ou biometria e fechaduras elétricas, com registro do usuário e da hora do acesso, devendo ser possível o envio de alerta de acesso à CMC.

**A2.V. BOTÃO DE PÂNICO** - acionadores com fio que poderão ser instalados em local oculto, porém de fácil acesso, e que permita a sinalização sonora e/ou visual à CMC e à vigilância local, estando interligado à mesma central única CA, possuindo tratamento específico de sinal.

**A2.VI. CENTRAL DE MONITORAMENTO E CONTROLE - CMC** - estará localizada em dependência da CONTRATADA, sendo de sua inteira responsabilidade a definição e manutenção da mesma. Para esta CMC serão convergidos todos os sinais do sistema de CFTV e alarme dos prédios, sendo estes sinais identificados, armazenados e monitorados 24 horas por dia, sete dias por semana, por operadores da CONTRATADA adequadamente preparados para analisar as ocorrências e tomar decisões baseadas em procedimentos padronizados pela CONTRATADA e acordados com a CONTRATANTE.

**A2.VII. INFRAESTRUTURA** - será considerada toda a infraestrutura necessária para a fixação dos equipamentos e a acomodação dos condutores elétricos e de sinal para todos os sistemas, de forma a subterrânea, aérea ou aparente, sendo atendidas as recomendações técnicas básicas de separação dos condutores por tipo, seção mínima e ocupação máxima, assim como acessórios de fixação e mudança de direção, entre outros, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA.

**A2.VIII. LIGAÇÕES ELÉTRICAS E DE SINAIS** - deverão ser considerados todos os tipos de cabos para a ligação de cada equipamento e sistema a partir de fontes existentes, também devendo ser atendidas as recomendações dos fabricantes e as normas técnicas vigentes para cada componente do sistema e suas demais variáveis, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA.

## **B. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO SISTEMA**

B1. Cada sistema deverá ser capaz de atuar de forma autônoma, isolada, mesmo em regime de falha de parte do sistema de segurança, e realizar as funções pré-determinadas no próprio prédio e de forma remota. Deverá ser possível realizar configurações e alterações de programações de forma remota e local. A integração entre todos os sistemas de vigilância deverá ser total e escalável, em função de provável e possível crescimento do sistema ou das instalações.

B2. A rede de segurança será constituída por um anel óptico exclusivo, cujos pontos de acesso serão caixas de passagem ou caixas de emenda, junto a câmeras ou pontos de concentração de sinais. Todos os prédios de um mesmo imóvel deverão ser interligados a este anel através de infraestrutura específica e cabo de fibra óptica. Todos os cabos serão terminados em estruturas apropriadas e deverão ser utilizados cordões para continuidade da comunicação com a CMC, ou outro meio tecnologicamente capaz para esta interligação. Os equipamentos ativos de comunicação - conversores, switches e outros - deverão ser instalados unicamente no interior do prédio, não sendo aceitos equipamentos de comunicação em áreas externas, mesmo que acondicionados em caixas estanques.

**B3.a) MONITORAMENTO DE CFTV PARA ÁREAS EXTERNAS** - o cabeamento elétrico e óptico deverá ser lançado em tubulação subterrânea ou de forma aérea, a partir do ponto de acesso da rede de comunicação em fibra óptica até a caixa de equipamentos de cada câmera, que deverá ser instalada em poste ou afixada à parede do prédio. Todas as câmeras do sistema deverão estar conectadas através de fibra óptica ao ponto de acesso mais próximo ao anel da rede de segurança.

I. O meio de comunicação a ser utilizado pelo sistema de monitoramento será analógico até a CMC. Junto aos pontos de acesso, o cabo de fibra óptica deverá ser interligado a um conversor FO. Esses equipamentos também receberão os sinais de controle PTZ (Pan, Tilt and Zoom) e os disponibilizarão para as câmeras via porta RS433 ou RS485.

II. A CMC será responsável pelo monitoramento, gravação, reprodução, supervisão e controle das diversas câmeras de vídeo, com utilização de equipamentos capazes de permitir visualização da imagem em tempo real, com qualidade de TV, controle de PTZ e interferência no sistema de vigilância, se for preciso.

III. A definição do local de instalação da câmera, sua altura em relação ao solo e o fornecimento e instalação do poste ou dos elementos de fixação em parede, quando for o caso, fazem parte do escopo da instalação do sistema, estando dentro das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA.

**B3.b) MONITORAMENTO DE CFTV PARA ÁREAS INTERNAS** - cada câmera digital instalada deverá processar a imagem identificando padrões de comportamento que possam comprometer a segurança do ambiente monitorado, maximizando a atenção dos agentes durante o tempo de vigilância monitorada no local e na CMC.

I. As imagens deverão ter qualidade suficiente para permitir a identificação da pessoa e de suas principais características durante a visualização, gravação e disponibilização das imagens, em meio digital, independentemente das condições de luminosidade no momento. Não deverá ocorrer delay entre a geração da imagem no local e sua transmissão remota, de forma a não comprometer o acompanhamento da movimentação do objeto ou pessoa monitorada pela CMC.

II. A análise das imagens dos ambientes, realizada pelo software de controle, deverá e basear em recursos de inteligência artificial, permitindo que a solução implantada tome decisões de enviar à CMC informações de resposta quanto a situações pré- configuradas pelo software.

III. O sistema deverá possibilitar o envio do sinal de alerta de movimento ou de sensor de presença para a CMC, local ou remota, conforme programação individual por câmera. Toda gravação deverá ser iniciada por movimento, reduzindo o espaço gravado no DVR, que deverá possuir o mínimo de 600 (seiscentos) Gigabytes de espaço para gravação, para DVRs de 4 (quatro) câmeras. O DVR deverá, ainda, possuir controles adicionais para câmeras móveis.

IV. O DVR deverá proporcionar sistema de zoom digital, arranjo automático das câmeras habilitadas, posicionamentos configuráveis, rodízio automático tipo sequencial, com tempo configurável, alarme visual e sonoro de perda de sinal de vídeo, modo pop-up de exibição automática em modo de tela cheia e funções de gravação e reprodução.

V. Deverá, também, garantir taxa de gravação de até 480 fps (quatrocentos e oitenta frames por segundo), marca d'água digital, qualidade e velocidade configurável, gravação contínua e agendamento de data e hora, por detecção de movimento de gravação. Reprodução automática de até 16 (dezesseis) câmeras, sistema de busca de imagem por data/hora, velocidade de reprodução configurável e exportação de imagens nos formatos JPEG e AVI ou proprietária, desde que seja anexado o player de visualização.

VI. Ainda, o DVR deverá possuir modos de transmissão via WEB, Cliente, rede LAN e Celular. A transmissão deverá ser programável, ter qualidade e velocidade de transmissão programável, controle de acesso por Usuário (com login e senha), controle de acesso por IP (Internet Protocol), player remoto de imagens gravadas no servidor, proporcionar gravação local das imagens visualizadas, backup das imagens gravadas em DVD remoto e reconexão automática com o servidor, em caso de perda da transmissão.

VII - Também deverá emitir relatórios de eventos e ocorrências (logs), contar com ativação e desativação remota das câmeras para visualização no local, software e possuir manuais em Português.

**B3.c) ALARME DE INTRUSÃO** - juntamente com as câmeras de vigilância, a solução integrará recursos de monitoramento por alarmes em locais estratégicos, inibindo e/ou impedindo o acesso de pessoas não autorizadas em locais e cômodos específicos, ou mesmo de pessoas autorizadas, entretanto com cesso fora do horário normal de expediente.

I. Os alarmes e recursos eletrônicos disponibilizados serão interligados à CMC, com acompanhamento ininterrupto por profissionais capacitados da CONTRATADA, os quais acionarão de forma imediata as equipes de segurança do local, ou externas, para que tomem as medidas cabíveis em casos de intrusão.

II. O subsistema deverá ser composto por sensores de alarmes de intrusão tipo infravermelho, sensores de alarme tipo feixe de luz e uma Central de Alarme - CA, a serem instalados em cada prédio. Todos os sensores instalados deverão enviar os sinais capturados à CA e, em função da programação realizada por local e horário, esta repassará à CMC os alarmes quando acionados. A CMC da CONTRATADA deverá ser capaz de fazer a varredura constante dos alarmes e do estado de funcionamento de cada Central de Alarme e apresentar os alarmes acionados.

III. Uma CA básica deve possuir no mínimo 24 (vinte e quatro) zonas de supervisão total, bidirecional, comunicação multiplex digital coletiva, com flexibilidade de expansão para 40 (quarenta) zonas, 4 (quatro) entradas de zonas, microprocessador RISC, memória para os últimos 1024 (hum mil e vinte e quatro) eventos, 64 (sessenta e quatro) códigos de usuários, 2 (duas) partições independentes com chamadas dirigidas por partição. Também deverá ser possível ampliar a configuração da CA através da inserção de placas específicas de forma a garantir a ligação de todos os dispositivos necessários.

IV. Todos os recursos instalados - equipamentos, sensores e linhas de comunicação - deverão possuir ligação com a CA, por fios ou outros meios tecnologicamente capazes, que deverá possuir gerência dos elementos sensores e de comunicação, enviando alarme para os casos de violação de seus modos normais de funcionamento, inclusive de interrupção nos canais de comunicação.

V. Os alarmes deverão contar com recursos de redundância para envio de seus sinais via rede dedicada, por conexão telefônica discada ou por rede telefônica tipo GSM. No caso de conexão discada, o dispositivo deverá reconhecer os tons de linha e permitir múltiplas rediscagens para números não atendidos ou ocupados, de forma a permitir a imediata comunicação da CA com a Receptora de Comunicação de Alarme - RCA.

VI. Deverá ser possível o acionamento diurno, por ação manual em teclados ou botões de pânico, e acionamento automático noturno, acompanhado 24 horas pela CMC. O acionamento por botão de pânico deverá ser imediatamente reportado à CMC, com acionamento de indicação visual no local, junto à vigilância e o representante designado pela CONTRATANTE, mas sem alarme sonoro no local da intrusão.

VII. Deverá, também, possuir recurso de travamento do sistema em caso de 3 (três) tentativas incorretas de entrada de senha, programação independente de todos os setores, habilitação /desabilitação dos setores de forma independente, inclusive com temporização, e também deverá realizar comunicação com a CMC todas as vezes que o sistema for habilitado/desabilitado, com identificação do usuário, data e horário.

VIII. O acesso a recursos de ativação/desativação e programação por teclado alfanumérico no local, bem como pela CMC via RCA, via rede dedicada (upload/download) ou via redes telefônicas tipo GSM, com autorização por senha, é imprescindível.

IX. O sistema de alimentação elétrica da CA deverá permitir o funcionamento ininterrupto de todo o sistema em relação a variações, transientes (surtos) ou falhas na rede elétrica da operadora local.

X. O software da CA deverá possuir desenho esquemático digitalizado (planta baixa) do local, com representação do sensor de presença no ambiente, visando facilitar a informação do agente da CONTRATADA junto ao agente de segurança no local.

**B3.d) CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS NOS PRÉDIOS E AMBIENTES** - através da CA, um ou mais controles de acessos deverão ser disponibilizados para acionamento por senhas ou cartões de identificação, na porta principal e/ou em áreas específicas, de forma a controlar e registrar o fluxo de pessoas ao local. Este acesso será provido pela CA para que esteja integrado ao sistema de segurança, permitindo o monitoramento remoto e o registro pelas câmeras de CFTV da movimentação de pessoas e objetos, entre outros a serem definidos pela CONTRATANTE, para cada localidade atendida.

**B3.e) BOTÃO DE PÂNICO** - este tipo de botão-trava deve ser instalado em áreas tais como recepções, gabinetes, salas de chefia ou outras áreas a serem definidas pela COTRATANTE em conjunto com a CONTRATADA, e serve como alarme de coação ou alerta. Seu acionamento deverá enviar um sinal de alerta à CMC e à segurança local, sem acionar sirenes, devendo ainda estar interligado `CA e indicar com exatidão o local onde foi feito o acionamento, registrando data e hora.

**B3.f) SENSOR DE APOIO** - a CA deverá ser capaz de receber a interligação de sensores diversos, tais como contratores, relés e outros, de forma a serem enviados sinais de alarme, ou pulsos de acionamento, remotamente, a partir da CMC.

**B3.g) CENTRAL DE MONITORAMENTO E CONTROLE** - CMC - será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a definição, configuração, composição, equipamentos, operação, instalação e manutenção da CMC, em suas próprias dependências, não cabendo à CONTRATANTE qualquer ônus a ela relacionado. Entretanto, alguns aspectos gerais básicos devem ser atendidos, tais como:

**I. TAREFAS BÁSICAS** - armazenamento das imagens do sistema de vídeo monitoramento e eventos de alarme obtidos via link de comunicação; armazenamento do backup das imagens dos DVRs dos prédios, obtidos por transferência de arquivos através de dispositivos físicos ou a através de link de comunicação, considerando a transferência de todas as imagens de todas as câmeras instaladas no imóvel da CONTRATANTE, por um período mínimo correspondente a 3 (três) meses de observação; gerenciamento dos dispositivos de telemetria, sensores e equipamentos ativos de rede, monitorando a situação operacional no imóvel da CONTRATANTE; controle, através de equipes de profissionais especialmente treinados para a operação de todos os recursos instalados, monitorando assim o imóvel da CONTRATANTE em regime de 24 horas, sete dias por semana, 365 dias ao ano; cadastramento de usuários e grupos de usuários, para operação do sistema de videomonitoramento, alarme e controle de acesso no imóvel da CONTRATANTE e na CMC; entre outras.

**II. PRECAUÇÃO** - ATIVOS e PASSIVOS de rede deverão estar em armários fechados, instalados no ambiente da CMC e também nas localidades atendidas, do tipo rack, sendo adotadas medidas de garantia de não violação do rack, tais como a colocação de chaves, grades metálicas ou outro sistema, de forma a não permitir a retirada dos dispositivos de gravação de imagens do local.

### **C. INFRAESTRUTURA BÁSICA DE INSTALAÇÃO RECOMENDADA**

**C1. TUBULAÇÕES** - recomenda-se a utilização de eletrodutos metálicos semipesados, nos diâmetros necessários e suficientes para a devida acomodação dos cabos, devendo ser usadas caixas de passagem ou condutores com tampa aparafusada e fixação por braçadeiras e parafusos com buchas plásticas.

**I.** Por se tratar de sistema de segurança, susceptível a atos de vandalismo, recomenda-se que toda a infraestrutura de tubulações seja executada tendo como premissa básica a adoção de medidas que dificultem ao máximo a possibilidade de interrupção dos cabos elétricos ou de sinal dos sistemas. Não é aceitável, portanto, a existência de condutores expostos, mesmo que em trechos de ligação dos elementos do sistema, tais como câmeras, sensores e outros.

**II.** Recomenda-se que a infraestrutura de distribuição dos condutores seja feita a uma altura mínima de 2,50 metros (dois metros e cinquenta centímetros) do solo/piso, como forma de minimizar as chances de acesso às mesmas, sem a utilização de equipamentos como escadas, rampas, cordas etc.

**III.** Para a ligação de equipamentos em áreas externas do prédio, recomenda-se que seja criada uma rede de dutos subterrâneos, executada a uma profundidade mínima de 30 (trinta) centímetros abaixo do solo/piso, devendo ser feito o recobrimento com concreto.

**IV.** Ademais, recomenda-se que seja elaborado um desenho esquemático da infraestrutura, no qual seja detalhada a rede de eletrodutos, demais equipamentos (central de alarme, câmeras etc) e acessórios (sirenes, sensores etc) a serem instalados, uma vez que apenas após a aprovação do esquema de instalação, pela CONTRATANTE, é que o sistema poderá ser implantado pela CONTRATADA.

**D. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA PARA O SISTEMA DE SEGURANÇA** - o ideal é que haja um circuito elétrico exclusivo para os equipamentos de segurança, a partir do Quadro Elétrico de Distribuição de cada prédio, o qual deve ter dispositivo de tranca, impossibilitando o desligamento acidental ou intencional da alimentação do sistema. Este circuito deve ser perfeitamente identificado em ambas as extremidades.

**I.** Para o sistema de CFTV, não se considera aceitável a instalação de fontes de energia próximas às câmeras. Recomenda-se que sejam utilizadas fontes de tensão individuais, instaladas junto ao rack e distribuídas através de cabos elétricos até as câmeras, considerando as distâncias máximas permitidas para a distribuição de energia contínua. Entende-se que todo o sistema deve ser alimentado por um nobreak específico e exclusivo, de forma a garantir o funcionamento das câmeras, alarmes e demais sistemas de segurança por um período mínimo de 2 (duas) horas.

**II.** Para câmeras externas recomenda-se que a alimentação de energia seja feita a partir do ponto de acesso mais próximo da rede elétrica da área externa, e que cada câmera externa possua um nobreak e protetores contra surtos elétricos, para garantir seu funcionamento por um período mínimo de 2 (duas) horas.

**E. CONDUTORES DE SINAIS** - recomenda-se que as câmeras de CFTV no interior dos prédios estejam interligadas ao DVR por meio de cabo coaxial 75Ohms e conectores tipo BNC acondicionados em infraestrutura específica, assim como que a alimentação elétrica das câmeras seja feita com o uso de condutores elétricos fundidos no mesmo cabo de sinal desde que a tensão da fonte de energia seja de 12Vcc ou 24Vca, não se admitindo o uso de cabo coaxial com malha inferior a 95% de cobertura.

I. Recomenda-se que os sensores de alarmes, botões de pânico e demais estejam interligados à CA através de cabo metálico de 1 um ou mais pares, de 22 AWG, e que estejam totalmente acondicionados em infraestrutura exclusiva, e que os cabos de fibra óptica da rede externa sejam do tipo multimodo.

**F. RACK DE EQUIPAMENTOS** - recomenda-se que seja instalado um rack de parede de 24U em cada prédio para que nele sejam instalados os equipamentos e acessórios necessários ao funcionamento do sistema, devendo estar a uma altura mínima de 2,10 m (dois metros e dez centímetros) do piso, de forma a dificultar o acesso aos equipamentos sem a utilização de escadas, rampas, cordas etc. Considera-se que este rack abrigue, no mínimo, os seguintes dispositivos: DVR de gravação de imagens; fonte de alimentação das câmeras; nobreak do sistema de segurança; central de alarme de intrusão (CA), duas bandejas para apoio dos dispositivos e um kit de ventilação. Recomenda-se, também, que sejam instalados meios de garantir a não violação do interior do rack, como chaves, trancas, grades metálicas e outros.

**8.4.8.11** Os demais materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para a execução dos serviços de vigilância eletrônica monitorada deverão ser quantificados pela CONTRATADA de acordo com as características de cada Unidade atendida.

#### **8.4.9 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**8.4.9.1** O monitoramento eletrônico, como atividade-meio da Administração, sendo um serviço contínuo exercido por empresa especializada, devidamente autorizada, garantindo buscar a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio local, deverá adotar políticas de sustentabilidade, tanto nos aspectos que regulem a interação do Homem com a Natureza em atividades cotidianas, quanto na questão social, com atenção especial à proteção aos Direitos Humanos e, para o atingimento destas políticas:

**8.4.9.2** Deverá ser firmado, entre o órgão/entidade e a empresa CONTRATADA, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea.

**8.4.9.3** É obrigação da CONTRATADA a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

**8.4.9.4** A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

**8.4.9.5** A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008 para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites para metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

**8.4.9.6** A gestão de segurança patrimonial da CONTRATADA deverá utilizar monitores de LCD ou de LED, que reduzam o consumo de energia face aos convencionais.

**8.4.9.7** É obrigação da CONTRATADA destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais que foram utilizados na prestação de serviços.

#### **8.4.10 DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**8.4.10.1** O objeto será aceito após a verificação do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes do Contrato, do Edital e dos demais documentos integrantes do procedimento licitatório, e ainda em conformidade com a legislação de regência.



**8.4.10.2** O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de Instrumento de Medição de Resultado - **IMR** - **ANEXO III** deste Estudo Técnico Preliminar, que assegure a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas, com as seguintes condições:

- a) A adequação dos recursos humanos empregados, em especial diante da formação profissional exigida;
- b) A qualidade dos recursos materiais utilizados;
- c) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- d) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato;
- e) A satisfação do público usuário

#### **8.4.11 DA GESTÃO DO CONTRATO E DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**8.4.11.1** A gestão do Contrato e a fiscalização da sua execução, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, serão exercidas por representantes da CONTRATANTE, especialmente designados na forma dos artigos 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021, do art. 6º do Decreto 2.271/1997 e dos artigos 39 a 50 da Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 05/2017.

**8.4.11.2** São atribuições do Gestor do Contrato, auxiliado, quando couber, pela fiscalização administrativa, técnica, setorial e pelo público usuário, a execução das atividades de gestão e fiscalização citadas nos artigos 39 e 40 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

**8.4.11.3** Havendo complementação gradativa do Contrato de prestação de serviços, os pagamentos à CONTRATADA serão realizados obedecendo a estes critérios.

**8.4.11.4** A remuneração dos serviços de monitoramento eletrônico será realizada por local de prestação de serviço, mensalmente, conforme a relação de endereços definida no **ANEXO V** deste Estudo Técnico Preliminar.

**8.4.11.5** O fornecimento e instalação, assim como sua manutenção - preventiva e corretiva - são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo qualquer ônus à CONTRATANTE em relação a estes.

#### **8.4.12 DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**8.4.12.1** A execução dos serviços será iniciada após notificação formal pela Administração, a ser realizada com no **mínimo 10 (dez)** dias úteis de antecedência.

**8.4.12.2** O início da execução dos serviços poderá dar-se de forma gradativa, o que deverá ser detalhado na notificação formal.

#### **8.4.13 DAS VEDAÇÕES**

**8.4.13.1** Não poderão participar do certame as empresas que estejam reunidas em consórcio, e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.

**8.4.13.2** Tal vedação se deve pelo fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, e assim amplia-se sobremodo a competitividade do certame.

**8.4.13.3** Também não será permitida a participação de Cooperativas de Trabalho, uma vez que o objeto ora licitado não tem possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a Cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados. A vedação consta na Cláusula Primeira, alínea "c" do Termo de Conciliação Judicial firmado entre a Advocacia-Geral da União e o Ministério Público do Trabalho (autos nº 01082- 2002-020-20-00-0, Juízo da 20ª Vara do Trabalho do Distrito Federal).

## 9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### 9.1 DA VIGILÂNCIA ORGÂNICA

**9.1.1** Para o quantitativo de postos, considerou-se a contratação atual das Unidades de Santa Catarina e Paraná, as necessidades e especificidades de cada localidade, conforme mencionadas no item 8 (Descrição da solução como um todo), observando os critérios estipulados pela Portaria COPOL/SUCOR/RFB/ME Nº 24.896/2020 (**ANEXO II**).

**9.1.2** Os referidos quantitativos foram definidos a partir de levantamento e análise do grau de risco em cada uma das localidades, que levou em consideração aspectos como a área do imóvel, a quantidade de pavimentos, os acessos, a localização em área de risco, o número de atendimentos a contribuintes e os valores patrimoniais existentes no local.

**9.1.3** Os quantitativos de postos pretendidos para vigilância orgânica se distribuem conforme os quadros a seguir:

GRUPO 01				
Unidade	Postos Armados 44hs	Postos Diurnos Armados 12x36h	Postos Noturnos Armados 12x36h	QT POSTOS
ALF/CURITIBA - DMA	0	2	2	4
ALF/CURITIBA - SIP/PVA	0	1	1	2
SRRF09 – DIREP/CURITIBA	0	1	1	2
SRRF09 – PVA/CURITIBA	0	2	2	4
SRRF09 – NUPAT	0	1	1	2
ALF/PARANAGUÁ - SEDE	1	1	1	3
ALF/PARANAGUÁ - DMA	0	1	2	3
DRF/PONTA GROSSA	0	2	1	3
DRF/PONTA GROSSA - DMA	0	1	1	2
DRF/LONDRIINA	1	1	1	3
DRF/LONDRIINA - TERRENO	0	1	2	3
DRF/LONDRIINA - DMA	0	2	3	5
DRF/MARINGÁ	0	1	1	2
DRF/MARINGÁ - DMA1	0	1	1	2
DRF/MARINGÁ - DMA2	0	1	1	2
<b>TOTAL POR TIPO DE POSTOS</b>	<b>2</b>	<b>19</b>	<b>21</b>	
<b>TOTAL DE POSTOS GRUPO 01</b>				<b>42</b>

GRUPO 02				
Unidade	Postos Armados 44hs	Postos Diurnos Armados 12x36h	Postos Noturnos Armados 12x36h	QT POSTOS
DRF/CASCADE - SEDE	0	1	1	2
DRF/CASCADE - DMA	0	2	2	4
DRF/CASCADE - PORTO SECO	0	2	2	4
ALF/FOZ DO IGUAÇU - SEDE	0	1	1	2
ALF/FOZ DO IGUAÇU - CAC	1	0	0	1
ALF/FOZ DO IGUAÇU - DMA 1	0	1	1	2
ALF/FOZ DO IGUAÇU - CENTRO DE RECEPÇÃO DIREP	0	1	1	2
ALF/FOZ DO IGUAÇU - DIREP P4	0	1	1	2
ALF/FOZ DO IGUAÇU - ASSEFAZ 1	0	1	1	2
ALF/FOZ DO IGUAÇU - ASSEFAZ 2	0	0	1	1
ALF/FOZ - NUPEI	0	0	0	0
ALF/FOZ - PCVA	0	8	7	15
ALF/FOZ/PIA - POSTOS SUPERVISOR	0	1	1	2
ALF/FOZ/PIA - ADMINISTR. ENTRADA - POSTOS LIDER	0	2	2	4
ALF/FOZ/PIA - ADMINISTRATIVO ENTRADA	0	2	4	6
ALF/FOZ/PIA - DMA	0	2	1	3
ALF/FOZ/PIA/SALA DI	0	1	1	2
ALF/FOZ/PIA - GUARITAS FISCALIZAÇÃO ENTRADA	0	4	3	7
ALF/FOZ/PIA - ADMINISTRATIVO SAÍDA	0	3	1	4
ALF/FOZ/PIA - GUARITAS FISCALIZAÇÃO SAÍDA	0	4	3	7
ALF/FOZ/PTN - POSTOS LIDER	0	1	1	2
ALF/FOZ/PTN	0	1	1	2
IRF/GUAIRA + DMA	0	1	1	2
IRF/GUAIRA - PORTO SETE QUEDAS	0	2	2	4
ARF/SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	0	1	1	2
IRF/CAPANEMA	0	1	1	2
IRF/CAPANEMA/ADUANA FRONTEIRA	0	1	1	2
TOTAL DE POSTOS	1	45	42	
<b>TOTAL DE POSTOS GRUPO 02</b>				<b>88</b>

GRUPO 03							
Unidade	Postos Armados 44hs	Postos Diurnos Armados 12x36h	Postos Noturnos Armados 12x36h	Postos Desarmados 44hs	Postos Diurnos Desarmados 12x36h	Postos Noturnos Desarmados 12x36h	QT POSTOS
DRF/BLUMENAU	0	1	1	0	1	1	4
ALF/ITAJAI - SEDE / PRÉDIO ANEXO	0	0	0	0	1	1	2
ALF/ITAJAI - DMA	0	1	1	0	0	0	2
DRF & ALF FLORIANÓPOLIS	1	1	1	0	1	1	5
DRF/FMS - DMA (São José)	0	2	2	0	0	0	4
DRF/JOAÇABA (SEDE)	0	0	0	0	1	1	2
DRF/JOAÇABA - DMA - PVA	0	2	2	0	0	0	4
ALF/SÃO FRANCISCO DO SUL	0	0	0	2	0	0	2
DRF/JOINVILLE	1	1	1	0	0	0	3
DRF/JOINVILLE - PVA	0	1	1	0	0	0	2
ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA - SEDE + DMA	0	2	2	0	0	0	4
ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA - ADUANA TURISMO	0	2	2	0	0	0	4
ALF/DIONÍSIO CERQUEIRA - ADO CARGAS	0	4	4	0	0	0	8
TOTAL DE POSTOS	2	17	17	2	4	4	
<b>TOTAL DE POSTOS GRUPO 03</b>							<b>46</b>

9.1.4 A quantidade geral para os grupos 01, 02 e 03, de acordo com a tipologia dos postos será distribuída da seguinte forma:

- Postos armados 44 hs semanais, de segunda a sexta-feira – 5 postos
- Postos armados diurnos 12x36 hs, de segunda-feira a domingo – 81 postos, sendo 1 supervisor e 3 líderes

- c) Postos armados noturnos 12x36 hs, de segunda-feira a domingo – 80 postos, sendo 1 supervisor e 3 líderes
- d) Postos desarmados 44 hs semanais, de segunda a sexta-feira – 2 postos
- e) Postos desarmados diurnos 12x36 hs, de segunda-feira a domingo – 4 postos
- f) Postos desarmados noturnos 12x36 hs, de segunda-feira a domingo – 4 postos

**9.1.5** Estima-se que seja contratado um quantitativo de **176 postos de vigilância orgânica**.

GRUPOS 01, 02 E 03 - PARANÁ E SANTA CATARINA - SRRF09											
GRUPOS	Postos Armados 44h	Postos Diurnos Armados SUPERVISOR 12x36h	Postos Diurnos Armados LIDER 12x36h	Postos Diurnos Armados 12x36h	Postos Noturnos Armados SUPERVISOR 12x36h	Postos Noturnos Armados LIDER 12x36h	Postos Noturnos Armados 12x36h	Postos Desarmados 44h	Postos Diurnos Desarmados 12x36h	Postos Noturnos Desarmados 12x36h	TOTAL POR GRUPO
GRUPO 01	2			19			21				42
GRUPO 02	1	1	3	41	1	3	38				88
GRUPO 03	2			17			17	2	4	4	46
TOTAL	5	1	3	77	1	3	76	2	4	4	176
TOTAL DE POSTOS											176

## 9.2 DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

**9.2.1** Para as quantidades a serem contratadas considerou-se:

**9.2.1.1** o porte de cada unidade (escritório ou depósito), de acordo com a Nota Técnica COPOL nº 18/2017, conforme se observa a seguir:

Escritórios de pequeno porte (<= 2.000 m²)

Escritórios de médio e grande porte (> 2.000 m²)

Depósitos de Mercadorias de pequeno e médio porte (<= 4.000 m²)

Depósitos de Mercadorias de médio e grande porte (> 4.000 m²)

**9.2.1.2** O nível de monitoramento eletrônico, mencionados na Nota Técnica COPOL nº 18/2017 (anexo I), de acordo com a pontuação e grau de risco para cada unidade, estipulados pela Portaria COPOL/SUCOR/RFB/ME Nº 24.896 /2020 (anexo II).

Pontuação	Grau de risco	Serviço de vigilância a ser utilizado
até 13	1	Vigilância Eletrônica Mínima: corresponde ao Circuito Fechado de TV (CFTV) com gravação local e alarme com sistema de presença
de 14 a 29	2	Vigilância Eletrônica Média: corresponde ao CFTV com monitoramento na empresa e alarme com sistema de presença
de 30 a 34	3	Vigilância Eletrônica Máxima: corresponde ao CFTV com monitoramento na empresa, apoio local e alarme com sistema de presença

**9.2.1.3** A relação dos equipamentos e materiais (**ANEXO VI**) com o **QUANTITATIVO MÍNIMO** que deverão ser instalados em cada unidade, de acordo com o porte (área), tipo (escritório ou depósito) e nível de monitoramento eletrônico para cada localidade.

**9.2.1.4** As especificidades de cada localidade, conforme mencionadas no item 8.4.7 (Descrição da solução como um todo) e **ANEXO V**.

**9.2.1.5** E ainda, foram observados os critérios estipulados pela Portaria COPOL/SUCOR/RFB/ME Nº 24.896/2020 e as recomendações da Nota Técnica COPOL nº 18/2017 (**anexos I e II**).

## 10. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Considerando que a licitação será composta por 3 (três) grupos, que contemplarão, cada um deles, os serviços de vigilância orgânica e vigilância eletrônica e que, para obtenção do valor estimado da vigilância eletrônica, houve dificuldade na pesquisa de preços pelos parâmetros priorizados no § 1 do art. 5º da IN SEGES nº 65/2021, visando a melhor proposta para a Administração, com preços mais justos e razoáveis, entendemos que os valores da licitação deverão ser sigilosos. ]

## 11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

**11.1** No tocante ao parcelamento da solução, o inciso II do § 1º do art. 47 da Lei nº 14.133/2021 disciplina que:

*"§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:*

*II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;*

**11.2** Conforme estabelece o dispositivo legal, para aplicação do princípio do parcelamento, deve-se considerar o custo/benefício.

**11.3** No presente caso, o parcelamento do objeto não seria econômico e administrativamente vantajoso para a Administração, senão vejamos:

**11.4 Do ganho de escala para a Administração - procedimento interno e externo durante o processo licitatório e fiscalização dos contratos, economicidade**

**11.4.1** Com o advento do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil no Ministério da Economia, aprovado pela Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, do Gabinete do Ministério da Economia, criou-se à SALIC - Seções de Licitações e também à SELIC - Serviços de Licitações. Assim, segundo o artigo 265 do Regimento Interno da RFB, compete aos serviços de licitações e às seções de licitações, no âmbito da respectiva região fiscal, gerir e executar as atividades relativas:

I - às licitações, em suas diversas modalidades;

II - às dispensas e às inexigibilidades de licitações; e

III - ao planejamento de aquisições e contratações.

**11.4.2** Em seu parágrafo único está previsto que os setores requisitantes das aquisições e contratações atuarão, no que couber, nas atividades listadas nos incisos I a III do caput.

**11.4.3** De modo que, estão a cargo da SELIC/SALIC todos os procedimentos das fases interna e externa da licitação, estando adicionalmente incluída como participante da elaboração de Estudos Técnicos Preliminares e Termo de Referência, traduzindo nestes documentos as demandas de responsabilidade das unidades jurisdicionadas demandantes.

**11.4.4** Desde então, em busca de otimização dos procedimentos e recursos públicos disponíveis, melhor atendimento das demandas das unidades jurisdicionadas, visando a realização de licitações mais competitivas e atrativas ao mercado, os processos licitatórios tem sido conduzidos de forma centralizada pela SRRF09 e os contratos tem sido regionalizados, segundo critérios de localização, conveniência e pertinência.

**11.4.5** Diante disso, foram realizados os pregões eletrônicos nº 09/2021 para vigilância orgânica e nº 01/2022 para vigilância monitorada, resultando em seis grupos.

#### **11.5 VIGILÂNCIA ORGÂNICA E VIGILÂNCIA ELETRÔNICA**

**a) GRUPO 01 - Paraná (exceto Foz do Iguaçu, Cascavel e Unidades da Fronteira)**

**b) GRUPO 02 - Paraná: Foz do Iguaçu, Cascavel e Unidades da Fronteira**

**c) GRUPO 03 - Santa Catarina**

**11.5.1** Ao separar por grupos, a Administração é beneficiada com a gestão de cada contrato sendo feita por um único mantenedor dos serviços, propiciando agilidade na resolução de problemas contratuais e notadamente na fiscalização dos serviços prestados.

**11.5.2** Apesar do parcelamento ser a regra, a divisão por grupos se mostra necessária pois um serviço prestado por uma única CONTRATADA para cada grupo proporciona uma gestão centralizada do contrato, melhor administração dos serviços, menor gasto de tempo e pessoal envolvido, tendo em vista que os itens dos grupos possuem características de atividades semelhantes, observando-se o princípio da eficiência, de acordo com o caput do art. 37 da Constituição Federal/1988.

**11.5.3** Haverá importante ganho de escala para a Administração em termos de recursos humanos, pois a análise da documentação que acompanha os documentos de cobrança de uma empresa com um posto de trabalho e, por exemplo, dez postos de trabalho, é praticamente a mesma. De modo que, a contratação do objeto em itens separados oneraria sobremaneira a fiscalização e gestão dos contratos.

**11.5.4** Destarte, verifica-se que, em que pese a prestação/execução dos serviços em endereços distintos, a contratação centralizada das localidades, bem como o agrupamento dos itens, é a forma de contratação mais vantajosa para a Administração ao se considerar que a gestão do contrato de forma centralizada reduz o custo administrativo relativo a recursos humanos (fiscalização e formalidades), análises jurídicas, publicações de extratos de termos aditivos etc.

#### **11.6 VANTAJOSIDADE PARA AS EMPRESAS**

**11.6.1** Quanto maior o valor do contrato, mais se torna atraente para as empresas do segmento, que podem se beneficiar da compra dos insumos, equipamentos e uniformes em escala.

**11.6.2** O parcelamento implicaria em maiores gastos com despesas administrativas e operacionais.

**11.6.3** O agrupamento objetiva, portanto, uma maior participação de empresas interessadas, alcançando maior competitividade ao certame, proporcionando ganho de escala, pois a prestação de serviços de modo parcelado poderia não despertar interesse no Mercado.

**11.6.4** Os itens agrupados em grupos permite ao(s) fornecedor(es) detentor(es) do(s) melhor(es) lance(s) ofertar (em) preço(s) mais vantajoso(s) para a Administração Pública.

**11.6.5** As licitantes poderão ofertar propostas para todos os grupos da licitação ou somente para aqueles do seu interesse.

**11.6.6** Em relação aos serviços de vigilância eletrônica, o não parcelamento será de suma importância para a rotina de manutenção preventiva e corretiva das CONTRATADAS, uma vez que as instalações das unidades possuirão características comuns de marca, tipo de uso e ano de instalação.

**11.6.7** Logo, entendemos que as empresas organizarão seu processo para que alcancem a máxima utilização da sua produtividade, com redução de gastos para oferecer o menor preço, via economia de escala, ou seja, o custo médio fica mais barato à medida que aumenta a quantidade de serviços prestados por uma única empresa. Isso garante a possibilidade de oferecer preços mais competitivos e vantajosos para a Administração.

#### **11.7 CONCLUSÃO**

**11.7.1** O não-parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo

da licitação, visando apenas assegurar gerência segura da contratação e, principalmente, a mais ampla competição, assim como atingir a finalidade e efetividade da licitação, atendendo às necessidades da Administração.

**11.7.2** Trata-se, aqui, de solução unificada de segurança patrimonial - orgânica e eletrônica - para localidades geograficamente contidas em parcelas regionalizadas dos Estados do Paraná e Santa Catarina, sob jurisdição da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil de 9ª Região Fiscal. Pelas características dos serviços, sua forma de execução, natureza dos postos de trabalho e precificação, os serviços são tratados como itens dentro de cada grupo.

**11.7.3** Assim, os serviços serão subdivididos em razão dos tipos de escalas dos postos de vigilância e dos tipos de atendimento monitorado, considerando a diferenciação de preços entre as escalas e os monitoramentos, conforme dispostos neste Estudo Técnico Preliminar.

**11.7.4** Diante do exposto, tem-se que o agrupamento das localidades de prestação dos serviços e dos itens é vantajosa para a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal, alcançando melhor aproveitamento do Mercado e, conseqüentemente, menores valores quando realizada a aquisição conjunta da solução, em consonância com a Súmula 247 do TCU, que dispõe que *"É imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala"*.

## **12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

**1.1** A contratação dos serviços de vigilância substituirá os contratos que atendem às Unidades de Santa Catarina e Paraná.

**1.2** Considerando que existem várias contratações ainda vigentes na 09RF, certamente, haverá interdependência entre as novas contratações e as anteriores, de forma a não ocorrer nenhuma sobreposição.

## **13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

**13.1** O serviço continuado de vigilância está previsto no PGC/PAC - Plano Anual de Contratações, documento que consolida a previsão de compras e de contratações do órgão.

**13.2** A contratação de vigilância patrimonial está inserida no Plano Estratégico Institucional da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para o período de 2021 a 2023, conforme Anexo V (Objetivo de Pessoas e Recursos, da Portaria RFB nº 5.078/2020 (OR-10 - Otimizar o uso de recursos institucionais: Otimizar o uso dos recursos materiais, orçamentários, financeiros e patrimoniais é fator indeclinável para viabilizar as condições necessárias para o desenvolvimento de nossa instituição).

**13.3** A contratação pretendida tem consonância com o planejamento estratégico da Superintendência da receita Federal do Brasil da 09ª Região Fiscal (SRRF09), uma vez que consta na sua programação orçamentária e financeira anual.

## **14. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

**14.1** Assegurar a integridade física dos servidores, colaboradores, contribuintes e visitantes enquanto no interior dos imóveis guarnecidos;

**14.2** Resguardar os prédios, instalações, documentações que tramitam nas unidades e a integridade dos bens móveis e imóveis, garantindo a preservação do patrimônio público e evitando sua depredação, violação ou furto.

**14.3** Espera-se que sejam atendidas de forma eficaz as tarefas descritas no CBO do cargo, incluindo as exigências de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade, generalidade, cortesia e segurança que são indispensáveis para uma boa prestação de serviços.

**14.4** A prestação dos serviços de vigilância orgânica e monitorada são importantes para o desenvolvimento das rotinas operacionais das unidades da Receita Federal do Brasil, essenciais para que os servidores possam desempenhar suas atividades regimentais da melhor maneira possível.

## 15. Providências a serem Adotadas

**15.1** Em relação a vigilância monitorada, a SRRF09 providenciará o acesso aos locais necessários para a instalação dos equipamentos e para as devidas manutenções.

**15.2** Em relação a vigilância orgânica, não há necessidade de adequações estruturais, pois os serviços já são prestados em todas as unidades em condições semelhantes.

**15.3** Ao final da licitação, os fiscais do(s) contrato(s) serão comunicados a respeito de todos os requisitos da contratação, de forma a estarem aptos para fiscalizar o(s) contrato(s).

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

**16.1** A Contratada deverá adotar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e demais legislações em vigor, baseando-se na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental.

**16.2** E ainda, deverá a contratada:

- a)** Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança de medicina do trabalho para seus empregados,
- b)** Orientar sobre o cumprimento, por parte dos seus empregados, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas de prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança,
- c)** Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação dos serviços e eventualmente venham a ser descartados por desgaste ou substituição,
- d)** Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços,
- e)** Respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- f)** Procurar utilizar materiais/equipamentos que possuam maior vida útil e menor custo de manutenção.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.



### 17.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe declara viável a pretensa contratação, com base nas exposições do presente Estudo Técnico Preliminar.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JULIANA LICESKI BARBOSA**

Equipe de apoio

**SIGRID HAGER STRAMBI**

Equipe de apoio

**ANDRE ELIAS CHEDIAK ROQUIM**

Equipe de apoio

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - NOTA TECNICA Copol no 18 - Seguranca Eletronica - Ago 2017.pdf (3.51 MB)
- Anexo II - ANEXO II DO ETP - PORTARIA COPOL Nº 24896, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.pdf (1.48 MB)
- Anexo III - ANEXO III DO ETP - IMR.pdf (581.01 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV DO ETP - ENDEREÇOS VIGILÂNCIA ORGÂNICA.pdf (384.03 KB)
- Anexo V - ANEXO V DO ETP - ENDEREÇOS E DESCRIÇÕES - VIGILÂNCIA ELETRÔNICA.pdf (586.19 KB)
- Anexo VI - ANEXO VI DO ETP - RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.pdf (199.4 KB)
- Anexo VII - ANEXO VII DO ETP PLANILHA REGIONAL CONSOLIDADA.pdf (716.88 KB)
- Anexo VIII - ANEXO VIII DO ETP - CONTATOS AGENDAMENTO.pdf (409.38 KB)

**Anexo I - ANEXO I - NOTA TECNICA Copol no 18 -  
Seguranca Eletronica - Ago 2017.pdf**



**Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 18, de 23 de agosto de 2017.**

Assunto: Sistemas de Segurança Eletrônica - Recomendações

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Trata a presente Nota Técnica de recomendações da Divisão de Engenharia, da Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol), quanto à implantação de Sistemas de Segurança Eletrônica na Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

A Nota Técnica abrangerá principalmente Sistemas de Alarmes e de Circuito Fechado de TV (CFTV), abordando os procedimentos para projetá-los, instalá-los e mantê-los. O objetivo é contribuir com informações e peculiaridades do segmento de segurança eletrônica, para facilitar a elaboração de Termos de Referência e Editais de licitações.

## I – INTRODUÇÃO

Esta Nota Técnica tem o intuito de buscar por soluções que promovam a segurança institucional e, ao mesmo tempo, reduzam custos operacionais. Deve-se destacar que o entendimento de segurança institucional é amplo, no sentido de proteção dos ativos tangíveis e intangíveis da RFB, sejam os bens materiais, mas também as pessoas e os valores da organização, como imagem, reputação, informações, documentos, políticas e estratégias.

2. No jargão da área, a primeira questão a ser respondida é sempre a “análise de riscos”, entendida aqui como um processo de identificação e avaliação de cada ameaça, em relação à probabilidade de ocorrência e à vulnerabilidade do objeto protegido contra a mesma. Também é importante conceituar a expressão “risco”, como a probabilidade de o patrimônio sujeitar-se a fatores (incidentes, vulnerabilidades e ameaças) que venham colocar em perigo, gerar perda ou danos aos ativos, comprometendo a continuidade das atividades da corporação.

3. Dessa forma, conceitua-se o sistema de segurança eletrônica, como o “conjunto de elementos técnicos destinados a advertir **in loco** ou à distância qualquer evento que possa acarretar risco para vidas, bens ou continuidade das atividades” (Ref. Miriam Bazote).

## II – FUNDAMENTAÇÃO

4. A Nota Técnica tem como referência material produzido pela Divisão de Segurança em Ambientes de Negócio da Diretoria de Segurança Institucional do Banco do Brasil (Disan/Di-sin) e pela Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança, do Crea/PR, além de artigos e catálogos da Internet. Adicionalmente, foram aplicadas as diretrizes estabelecidas pela Portaria da Diretoria Geral do Departamento de Polícia Federal (DG/DPF) nº 3.233, de 10 de dezembro de 2012, pela Portaria RFB Nº 354, de 23 de março de 2017, pela Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) nº 5, de 25 de maio de 2017, e pela Decisão Normativa Confea nº 106, de 17 de abril de 2015.

## III – CONCLUSÃO

5. Portanto, embora se trate de tema dinâmico, com rápida evolução tecnológica, assim como as demandas da instituição neste segmento, sugere-se o encaminhamento da presente Nota Técnica aos administradores da RFB para conhecimento e aplicação das suas recomendações no que concerne às características técnicas desejadas para os sistemas de segurança eletrônica no âmbito da Receita Federal.

À consideração superior.

*Assinado digitalmente*

**EUCLIDES SCHLOTTFELDT FAGUNDES**

Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil – Matrícula 1294705

Chefe da Divisão de Engenharia

De acordo. Encaminhe-se ao Coordenador-Geral de Programação e Logística.

*Assinado digitalmente*

**FÁBIO COIMBRA MIRANDA**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil – Matrícula 1954495

Coordenador de Logística

De acordo. Encaminhe-se na forma proposta.

*Assinado digitalmente*

**NILTON COSTA SIMÕES**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil – Matrícula 65427

Coordenador-Geral de Programação e Logística

Coordenação-Geral de Programação e Logística

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Edifício-Anexo, 2º Andar, CEP. 70048-900 – Brasília-DF

<http://rfb.gov.br/>

Documento de 49 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização AP23.0817.12095.0469 no endereço <http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml> consulte a página de autenticação no final deste documento.

# ANEXO I – CONCEITUAL

## 1. Introdução

A norma que serve de referência para as atividades de segurança eletrônica em órgãos públicos é a Portaria Nº 3.233 da Diretoria Geral do Departamento de Polícia Federal (DG/DPF), de 10 de Dezembro de 2012, que disciplina as atividades de segurança privada, armada ou desarmada, desenvolvidas pelas empresas especializadas, pelas empresas que possuem serviço orgânico de segurança e pelos profissionais que nelas atuam, bem como regula a fiscalização dos planos de segurança dos estabelecimentos financeiros. O parágrafo 3º do art. 1º desta Portaria dispõe sobre a abrangência das atividades de segurança privada:

*§ 3º São consideradas atividades de segurança privada:*

*I - vigilância patrimonial: atividade exercida em eventos sociais e dentro de estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio*

*II - transporte de valores: atividade de transporte de numerário, bens ou valores, mediante a utilização de veículos, comuns ou especiais;*

*III - escolta armada: atividade que visa garantir o transporte de qualquer tipo de carga ou de valor, incluindo o retorno da equipe com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários;*

*IV - segurança pessoal: atividade de vigilância exercida com a finalidade de garantir a incolumidade física de pessoas, incluindo o retorno do vigilante com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários; e*

*V - curso de formação: atividade de formação, extensão e reciclagem de vigilantes.*

O art. 2º da Portaria estabelece os seguintes conceitos:

*Art. 2º Para os efeitos desta Portaria são utilizadas as seguintes terminologias:*

*I - empresa especializada: pessoa jurídica de direito privado autorizada a exercer as atividades de vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal e cursos de formação;*

*II - empresa possuidora de serviço orgânico de segurança: pessoa jurídica de direito privado autorizada a constituir um setor próprio de vigilância patrimonial ou de transporte de valores, nos termos do art. 10, § 4º da Lei no 7.102, de 20 de junho de 1983;*

*III - vigilante: profissional capacitado em curso de formação, empregado de empresa especializada ou empresa possuidora de serviço orgânico de segurança, registrado no DPF, e responsável pela execução de atividades de segurança privada; e*

*IV – plano de segurança: documentação das informações que detalham os elementos e as condições de segurança dos estabelecimentos referidos no Capítulo V. (texto alterado pela Portaria nº 3.258/13-DG/DPF, publicada no D.O.U em 14/01/2013).*

## 2. A Importância do Projeto

Para implantação de sistemas eletrônicos de segurança a primeira coisa a fazer é a elaboração de um projeto.

Neste projeto deve estar explícito tudo que irá compor a instalação, ou seja, é no projeto que irá aparecer a localização dos equipamentos, a localização da infraestrutura (eletrodutos, eletrocalhas, cabos etc.), os detalhes da instalação, os cálculos de dimensionamento e tudo o que for necessário para uma perfeita implantação. Tudo deverá ser feito dentro de normas técnicas nacionais ou internacionais, e na falta delas, dentro das especificações dos fabricantes.

É na fase de projeto que se evitam os erros de instalação, o desperdício de material, de tempo e de pessoal e as possíveis falhas nos equipamentos.

Com um projeto bem elaborado, além de evitar diversos erros, se evita o desperdício financeiro, pois os custos podem ser bem inferiores aos de uma implantação sem projeto. Com um bom projeto fica muito difícil haver surpresas nos valores da implantação, porque tudo estará especificado com antecedência.

A grande vantagem de um projeto é que se pode elaborar um planejamento financeiro e de implantação, documentação de onde estão localizados os equipamentos, passagem de cabos etc., facilitando a manutenção, ampliação dos sistemas, troca dos sistemas por tecnologias mais avançadas, entre outras vantagens.

Cabe destacar a Decisão Normativa Confea Nº 106, de 17/4/2015, que estabelece o seguinte:

*Art. 1º Conceituar o termo “Projeto” como a somatória do conjunto de todos os elementos conceituais, técnicos, executivos e operacionais abrangidos pelas áreas de atuação, pelas atividades e pelas atribuições dos profissionais da Engenharia e da Agronomia, nos termos das leis, dos decretos-lei e dos decretos que regulamentam tais profissões*

*Art. 2º Para efeito desta decisão normativa, considera-se o termo genérico “Projeto” como:*

*I – o Projeto Básico, abordado pela Resolução nº 361, de 1991, e pela Orientação Técnica IBRAOP/OT - IBR 001/2006, que consiste nos principais conteúdos e elementos técnicos correntes aplicáveis às obras e serviços, sem restringir as constantes evoluções e impactos da ciência, da tecnologia, da inovação, do empreendedorismo e do conhecimento e desenvolvimento do empreendimento social e humano, nas seguintes especialidades:*

.....

*k) projeto de Instalações Especiais (lógicas, CFTV, alarme, detecção de fumaça)*

### 3. A Importância do Plano de Segurança

A Portaria Nº 3.233/2012 da Diretoria Geral do Departamento de Polícia Federal (DG/DPF), de 10/12/2012 dispõe sobre normas direcionadas às atividades de Segurança Privada. Embora este ato normativo discipline as atividades de segurança privada e regule a fiscalização dos planos de segurança de estabelecimentos financeiros, os conceitos nele contidos deverão ser adotados dentro da realidade das unidades da RFB.

O artigo 98 da referida Portaria preconiza que “os estabelecimentos financeiros que realizarem guarda de valores ou movimentação de numerário deverão possuir serviço orgânico de segurança, autorizado a executar vigilância patrimonial ou transporte de valores, ou contratar empresa especializada, devendo, em qualquer caso, **possuir plano de segurança** devidamente aprovado pelo DREX”. O Artigo 99 da mesma Portaria dispõe que “*o plano de segurança deverá descrever todos os elementos do sistema de segurança, que abrangerá toda a área do estabelecimento, constando:*

- I - a quantidade e a disposição dos vigilantes, adequadas às peculiaridades do estabelecimento, sua localização, área, instalações e encaixe;*
  - II - alarme capaz de permitir, com rapidez e segurança, comunicação com outro estabelecimento, bancário ou não, da mesma instituição financeira, empresa de segurança ou órgão policial;*
  - III - equipamentos hábeis a captar e gravar, de forma imperceptível, as imagens de toda movimentação de público no interior do estabelecimento, as quais deverão permanecer armazenadas em meio eletrônico por um período mínimo de trinta dias;*
  - IV - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; e*
  - V - anteparo blindado com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.*
- § 1º Os elementos previstos nos incisos I e II são obrigatórios, devendo, contudo, integrar o plano pelo menos mais um dentre os previstos nos incisos III a V.*
- § 2º Os elementos de segurança previstos nos incisos III a V serão utilizados observando-se os projetos de construção, instalação e manutenção, sob a responsabilidade de empresas idôneas, observadas as especificações técnicas asseguradoras de sua eficiência, bem como as normas específicas referentes à acessibilidade de pessoas idosas e portadoras de deficiência”.*



## 4. A Contratação de Serviços de Vigilância Eletrônica

A Instrução Normativa N° 5 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) de 25/5/2017, dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. O Anexo VI-A, Serviço de Vigilância, item 9, estabelece que (grifos nossos):

*9. É permitida a licitação:*

*a) para a contratação de serviços de instalação, manutenção ou aluguel de equipamentos de vigilância eletrônica em conjunto com serviços contínuos de vigilância armada/desarmada ou de monitoramento eletrônico, **sendo vedada a comercialização autônoma de equipamentos de segurança eletrônica, sem a prestação do serviço de monitoramento correspondente.***

*9.1. Os serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV ou de quaisquer outros meios de vigilância eletrônica **são serviços de engenharia**, para os quais devem ser contratadas empresas que estejam registradas no CREA e que possuam profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado.*

O art. 17 da Portaria N° 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, estabelece ainda o seguinte:

*Art. 17. As empresas de vigilância patrimonial não poderão desenvolver atividades econômicas diversas das que estejam autorizadas.*

*§ 1º Para o desenvolvimento de suas atividades, a empresa de vigilância patrimonial poderá utilizar toda a tecnologia disponível.*

*§ 2º Os equipamentos e sistemas eletrônicos utilizados na forma do § 1º somente poderão ser fornecidos pela empresa de vigilância patrimonial sob a forma de comodato.*

*§ 3º As atividades de instalação, vistoria e atendimento técnico de acionamento de alarmes não poderão ser realizados por vigilante, o qual é responsável apenas pelas atividades previstas no art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983.*

Desta forma, a RFB adotará preferencialmente a contratação de serviços de segurança eletrônica de forma integrada, isto é, a aquisição de equipamentos com a prestação do serviço de instalação e manutenção correspondente, além do serviço de monitoramento eletrônico. Além disso, por tratar-se de serviços de engenharia, as empresas contratadas devem estar registradas no CREA e possuir profissional qualificado (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis.

## 5. O Grau de Risco

A Portaria RFB nº 354/2017 que estabelece as normas relativas à contratação de serviços de vigilância no âmbito das unidades da RFB, no Anexo Único, Art. 3º preceitua que o padrão dos serviços de vigilância a serem contratados corresponderá à pontuação por Grau de Risco, de acordo com a seguinte Tabela:

Pontuação	Grau de risco	Serviço de Vigilância a ser utilizado
Até 13	1	ARF: Eletrônica Mínima, sem Vigilância Orgânica
		Demais Unidades: Eletrônica Mínima, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 5º desta Portaria.
De 14 a 29	2	Eletrônica Média, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 5º desta Portaria.
De 30 a 34	3	Eletrônica Máxima, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 5º desta Portaria.

Desta forma, pode-se observar que a Segurança Eletrônica estará presente em todas as situações, em abrangências variáveis, conforme o grau de risco, onde:

§ 1º *Vigilância Eletrônica Mínima*: corresponde ao Circuito Fechado de TV (CFTV) com gravação local e alarme com sistema de presença;

§ 2º *Vigilância Eletrônica Média*: corresponde ao CFTV com monitoramento na empresa e alarme com sistema de presença;

§ 3º *Vigilância Eletrônica Máxima*: corresponde ao CFTV com monitoramento na empresa, apoio local e alarme com sistema de presença.

Embora a Portaria cite a Vigilância Eletrônica Mínima para o Grau de Risco 1, esta Nota Técnica recomenda a adoção da Vigilância Eletrônica Média ou Máxima, sempre que possível, havendo disponibilidade de serviço de monitoramento eletrônico por empresa especializada na localidade, por ser mais conveniente, tendo em vista a RFB não contar, em geral, com corpo técnico especializado e dedicado ao exercício dessa função.

## 6. Sistema de Alarme

O alarme contra invasão tem como objetivo proteger as edificações e seus ocupantes da entrada de pessoas não autorizadas. Os sistemas de alarme contra invasão podem ser de dois tipos: monitorados e não monitorados.

Os alarmes contra invasão monitorados são sistemas que contam com uma empresa dando suporte ao usuário no caso de invasão. O alarme pode ser utilizado de duas formas, por meio do disparo pela sirene ou pelo uso do botão de pânico. Quando o alarme dispara ou o cliente dispara propositalmente por meio do botão de pânico, a empresa envia uma equipe para verificação e intervenção se for o caso até a chegada da polícia, ou seja, o cliente terá o apoio de uma empresa para a sua segurança.

Os alarmes contra invasão não monitorados não têm a empresa dando suporte, ficando a cargo da pessoa que estiver na edificação tomar as providências para a proteção da mesma.

O alarme por si só tem a função de inibir a pessoa não autorizada mediante o acionamento da sirene e ao mesmo tempo alertar que a edificação está sendo invadida.

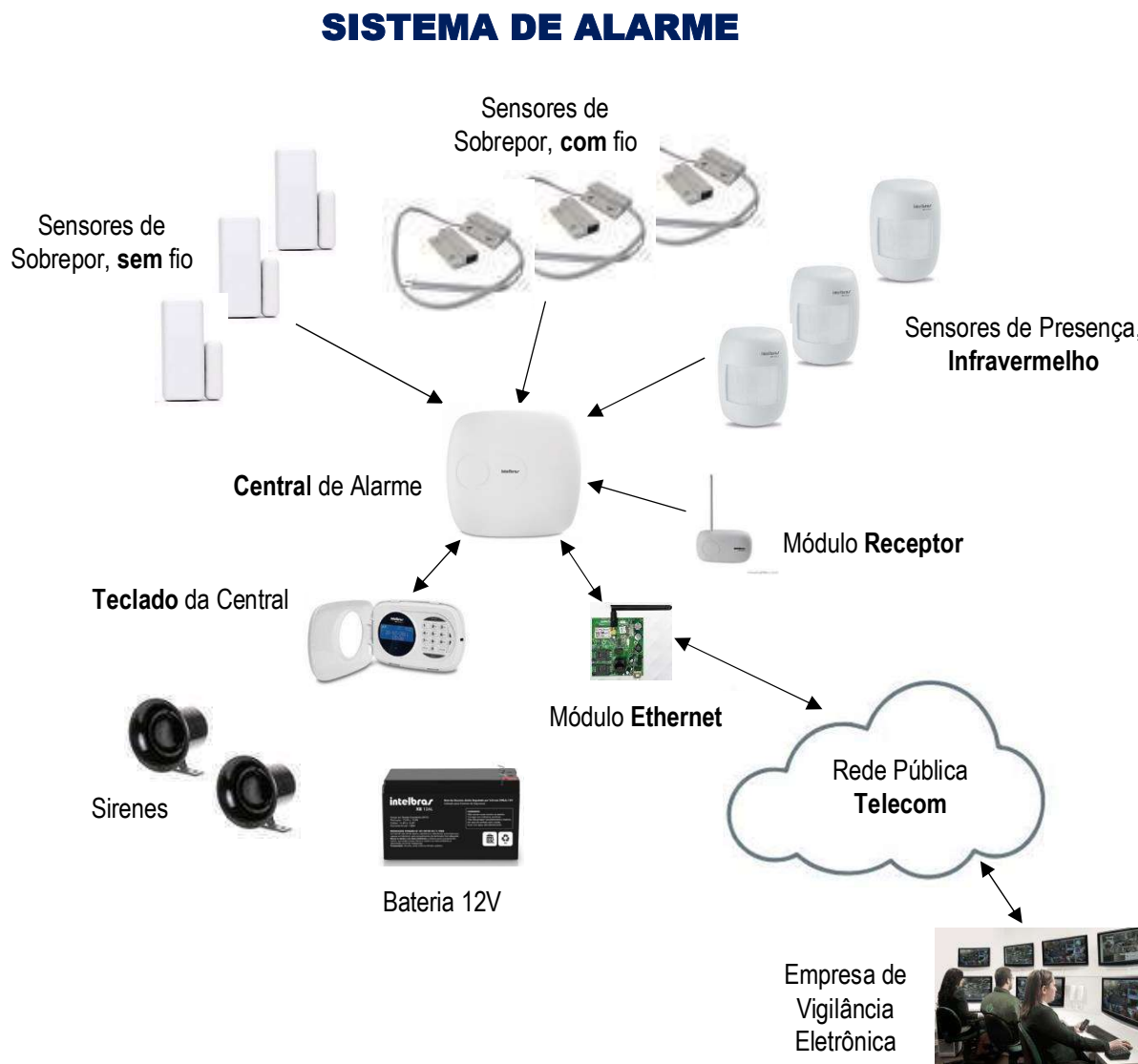
A Unidade da RFB deve sempre exigir em edital de licitação que a empresa especializada seja autorizada pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) a exercer a atividade de vigilância patrimonial, de acordo com a Portaria DPF de Nº 3233/12 (*Art. 4º O exercício da atividade de vigilância patrimonial, cuja propriedade e administração são vedadas a estrangeiros, dependerá de autorização prévia do DPF, por meio de ato do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, publicado no Diário Oficial da União - DOU*) e quando da venda do sistema de alarme e/ou monitoramento ela exija o projeto e o responsável técnico devidamente habilitado no CREA, conforme dispõe o art. 1º da Lei 6496, de 07 de dezembro de 1977:

*“Art. 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à “Anotação de Responsabilidade Técnica” (ART)”.*

## 6.1. Elementos que compõem um Sistema de Alarme

Os sistemas de alarme contra invasão são compostos por: projeto, infraestrutura, central de alarme, controles, sensores, sirene e bateria auxiliar.

No esquema abaixo exemplificamos uma instalação simplificada de um sistema de alarme contra invasão.



## 6.2. Projeto e Infraestrutura

O projeto é de grande importância para o sistema de alarme contra invasão, pois o projetista pode estudar todas as vulnerabilidades que existem no imóvel. De posse destes dados, ele deverá dimensionar a quantidade de setores, especificar as funções da central que deve ser usada no local. Deve dimensionar a área de atuação dos sensores, a posição onde devem ser localizados, os tipos de sensores a serem utilizados, o posicionamento da sirene, o dimensionamento da infraestrutura e a interligação a rede elétrica predial a ser utilizada. A infraestrutura deve ser montada de forma a prover a segurança das instalações e deve ser dimensionada de acordo com as normas técnicas.

## 6.3. Central de Alarme

Existem no mercado diversos tipos de centrais de alarmes. O mais importante na escolha da central de alarme é que ela atenda todos os preceitos definidos no projeto, que tenha uma boa relação custo benefício e a escolha de um fabricante que ofereça uma boa assistência técnica, rede autorizada e que tenha uma reposição de peças rápida e ágil.

O projetista deve prever o número de zonas a serem monitoradas de acordo com a vulnerabilidade da edificação. O projetista deve evitar a utilização de mais de um sensor na mesma zona, que é uma prática comum e muito usada, mas impede que se descubra num caso de falha ou tentativa de invasão o local que foi invadido, confundindo as pessoas num momento de pânico. Cada zona de monitoramento deve ter o seu sensor exclusivo.

Os tipos de centrais de alarmes mais usuais:

- Com fio: são centrais que são conectadas totalmente por fios, não utilizam nenhum tipo de conexão “wireless”.
- Sem fio: são centrais nas quais os sensores são interligados por conexão *wireless*. Tem a vantagem de terem uma instalação mais fácil e mais limpa, porque dispensam a infraestrutura para interligação dos cabos. As centrais sem fio são mais complexas, porque dependem da área de cobertura e também das interferências eletromagnéticas do ambiente, que podem atrapalhar o seu funcionamento.

Esta Nota Técnica recomenda a adoção de Central de Alarme com módulo Ethernet e circuito de comunicação Internet para transmissão das informações de alarmes a empresa de serviços de vigilância eletrônica.

#### 6.4. Sensores de alarme

Os sensores de alarme para centrais contra invasão são os responsáveis pelo monitoramento do ambiente, eles servem para detectar a presença de pessoas não autorizadas, emitindo um sinal à central onde ocorrerá o disparo da sirene. Existem diversos tipos e modelos de sensores e finalidades de uso que deverão ser definidos pelo projetista de acordo com a vulnerabilidade da edificação e conforme a especificação do sensor.

Os sensores podem ser de uso interno ou externo, podendo ser com fio ou sem fio, conforma abaixo:

- Sensores de abertura ou magnético: são sensores utilizados diretamente nas portas ou janelas, funcionando através do contato elétrico com um ímã, podem ser com fio ou sem fio e serem instalados embutidos ou aparentes.
- Sensores por ruídos: são sensores que captam o som de uma pancada na superfície e também na quebra da superfície. Este sensor é conhecido também por sensor de quebra vidro, usualmente utilizado em vitrines.
- Sensores infravermelhos passivos IVP: são sensores que detectam se há movimentação de pessoas no ambiente, através do calor gerado pelos seres humanos. Eles são considerados passivos porque não emitem, mas apenas detectam movimentação de luz infravermelha na sua área de atuação. Estes sensores em alguns modelos podem ter a função dupla, acionando um sistema de iluminação. São sensores que podem ser utilizados internamente e externamente. Estes sensores são fabricados com e sem fio, sendo que para os sensores sem fio o usuário deve sempre tomar o cuidado de verificar o nível da bateria que fica junto ao sensor, estes sensores trabalham com transmissão de dados via RF (Rádio Frequência). Estes sensores possuem ajustes internos de sensibilidade e alcance. Há vários tipos de cobertura disponível.
- Sensores por micro-ondas: são sensores que detectam movimento pelo chamado efeito Doppler, o funcionamento é igual ao de um radar, emitindo pulsos e analisando os sinais recebidos.
- Sensores de barreira: são sensores que dispõem de sistema infravermelho, possuem tecnologia antineblina que permite a sua instalação em locais com alta densidade de neblina sem prejudicar seu funcionamento, que fará o monitoramento perimetral. Estes sensores funcionam um de frente para o outro, sendo um transmissor e um receptor, são sensores cujo funcionamento baseia-se na emissão de um feixe de luz infravermelha. A ativação se dá na interrupção do feixe infravermelho. Existem sensores de barreiras com vários feixes. São aplicados em distâncias de até 200metros.

- Sensores por ultrassom: estes sensores também utilizam o efeito Doppler, diferenciando do sensor de micro-ondas pelo fato dele não usar ondas de alta frequência, mas sim sinais acústicos de ultrassom com frequência entre 22kHz e 45 kHz, este sensor somente deve ser utilizado em ambientes internos.

O projetista deve fazer uma análise detalhada do local antes de fazer a escolha do sensor, levando em consideração vários parâmetros como posição de janelas, incidência do sol, climatizadores de ar, lareiras, arbustos, árvores, vento, tipo de iluminação, cortinas e etc. Em muitos casos o local a ser monitorado necessita da utilização de dois tipos de sensores com duas tecnologias distintas.

## **6.5. Sirenes**

As sirenes são responsáveis pelo alerta de quando houver a invasão. É muito importante que no projeto as sirenes estejam bem localizadas e de difícil acesso, para evitar a possibilidade do desligamento pelo intruso. É muito comum a utilização de duas sirenes, uma como proteção extra, sendo que em caso de falha da primeira a segunda continuará atuando.

As sirenes de alarme são normalmente bitonais, significa que possuem dois tipos de sons e têm a intensidade de som em torno de 120db. É proibida a utilização de sirenes que emitam os sons de autoridades como sirenes de bombeiros, carro de polícia etc.

## **6.6. Baterias**

As baterias são de fundamental importância nas centrais de alarmes contra invasão. Elas são responsáveis pelo funcionamento da central em caso de falta de energia. O projetista deve especificar no projeto o tempo que as baterias deixam a central ligada no caso de falta de energia elétrica e se em caso de necessidade ele poderá projetar um sistema paralelo para que a central permaneça por mais tempo ligada com mais baterias ou baterias de maior capacidade.

A bateria deve ser do tipo "selada". Existem baterias para 6, 12 ou mais horas. A bateria fica ligada diretamente à central onde a mesma possui uma fonte de alimentação que carrega em flutuação a bateria, além de alimentar a própria central e todos os equipamentos nela ligados.

A bateria deve obedecer a um programa de manutenção preventivo a fim de se verificar o tempo de permanência da carga na bateria. A bateria tem vida útil e deve ser trocada conforme especificação do fabricante.

## 6.7. Cabos

Os cabos utilizados em instalações de sistema de alarmes contra invasão são os seguintes.

Para a alimentação da central e interligação da sirene, ligação à rede elétrica, devem ser utilizados cabos dimensionados de acordo com a norma NBR 5410 dos seguintes tipos:

- Flexível, ou
- Rígido.

Para ligação entre sensores deverão ser utilizados cabos do tipo manga. Este cabo é muito parecido com cabo de telefonia, mas tem as características técnicas totalmente diferentes dos cabos de telefonia. Os cabos manga são constituídos de fios de cobre nu, envolto em material isolante de PVC branco externamente e internamente por cores variadas, podendo ser blindados ou não e são constituídos por 3 ou 4 vias.

Não deve ser permitido que se utilizem cabos de telefonia para a ligação dos sensores à central, no caso de dúvida peça à empresa instaladora que apresente a comprovação do material que está utilizando. Existem no mercado cabos específicos para este fim. Para as instalações externas os cabos deverão ser do tipo blindado.

## 7. CFTV - Circuito Fechado de Televisão

O CFTV é um sistema que se utiliza de câmeras para fazer o acompanhamento dos locais remotamente, onde se consegue verificar diversos locais ao mesmo tempo. Existem dois tipos de sistema de monitoramento por CFTV, que são do tipo ativo e passivo.

O sistema ativo, conta com uma pessoa ou equipe o tempo inteiro cuidando e analisando cada imagem e em caso de necessidade podem atuar imediatamente ao fato que esta ocorrendo.

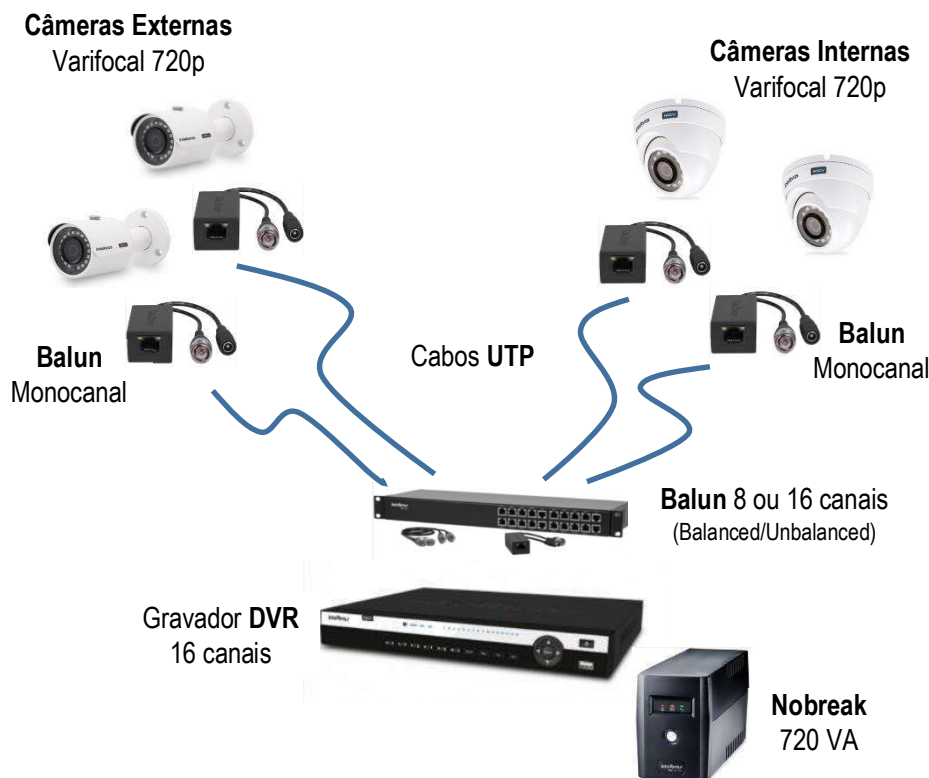
O sistema passivo é um sistema onde não se tem ninguém analisando as imagens, as imagens são gravadas e caso ocorra algum fato os administradores recorrem às imagens gravadas para comprovar o que aconteceu de fato e tomar as medidas cabíveis.



### 7.1. Elementos que compõem um sistema de CFTV

Os sistemas de CFTV são compostos por: projeto, infraestrutura, câmeras, gravadores de vídeo, fonte, nobreak, cabeamento, caixas de proteção, detectores de movimento, etc conforme figura a seguir:

#### SISTEMA CFTV



### 7.2. Projeto e Infraestrutura

No projeto o projetista define a localização de todas as câmeras e o tipo de câmera a ser usada, dimensionando seu alcance, abertura da imagem, o tipo de lente para que a imagem fique nítida e clara. Um dos pontos de grande importância num projeto de CFTV é a iluminação da cena que deve ser monitorada. O projetista deve analisar se para o local de monitoramento necessitará de implantação de luz artificial, o que deve ser dimensionado recorrendo a um projeto luminotécnico, deve analisar a iluminação externa em seus diversos horários do dia, principalmente se a câmera for externa, porque a posição do sol poderá ofuscar a imagem. O projetista também deve dimensionar o gravador de vídeo, deve considerar o tamanho dos dispositivos de armazenamento de imagem e as funções necessárias de acordo com as necessidades do cliente.

A infraestrutura para um sistema de CFTV deve ser montada de forma a prover a segurança das instalações e dimensionada de acordo com as normas NBR5410 e pertinentes. O sistema de CFTV também poderá ser instalado junto com sistemas de cabeamento estruturado, desde que se obedeça às normas EIA TIA 568A, B e NBR14565. Contudo não será possível que o sistema se utilize da rede da RFB ou mesmo da banda do link contratado para acesso remoto.

### 7.3. Câmeras de CFTV

As câmeras são compostas por sensores de imagem, dispositivos para captação da imagem. Normalmente são utilizados os CCD (Charge Coupled Device). Os fabricantes têm se utilizado também de sensores do tipo CMOS (Complementary Metal-Oxide Semiconductor). Os CCDs são responsáveis pela conversão das imagens visuais em sinais elétricos.

A resolução de um sistema de CFTV é medida normalmente em linhas de TV, mas para que a imagem tenha uma boa resolução vai depender da qualidade do conjunto câmera, lente, meio de transmissão e monitor. A resolução das câmeras é medida em pixels, quanto maior a quantidade de pixels, melhor será a qualidade de imagem. A resolução do monitor é medida em linhas de varredura vertical, independentemente de seu tamanho, o importante é analisar a quantidade de linhas verticais na hora da definição de qual monitor utilizar, quanto maior o número de linhas, melhor será a sua resolução. O monitor sempre deverá ter uma resolução melhor que a câmera.

As lentes têm a função de focar a cena para o sensor CCD. Existem diversos tipos de lentes, as principais lentes utilizadas são:

- Lente do tipo íris fixa: é a lente mais simples, possui somente ajuste do foco, aceita baixa variação de iluminação e com iluminação constante, são amplamente utilizadas em micro câmeras.
- Lente do tipo íris manual: esta lente permite que seja ajustada a quantidade de iluminação para o sensor CCD. Esta lente é utilizada em locais onde a iluminação é muito intensa ou é pouco intensa. A sua utilização deve ser junto com um obturador eletrônico.
- Lentes auto íris: são lentes que são ajustadas automaticamente de acordo com o nível de iluminação do local, possuem um motor interno que faz a correção da abertura ou do fechamento da íris sempre que necessária para poder manter a qualidade da imagem.
- Lentes varifocais: são lentes que têm a distância focal ajustável, são conhecidas como lentes com zoom manual, porque podem usar o zoom diretamente no corpo da lente. Este tipo de lente permite muitas vezes a correção no momento da implantação.

- Lentes zoom: são lentes que possuem as funções de zoom, foco e íris motorizados e não motorizados com a auto-íris incorporada. Estas lentes têm a possibilidade da visualização de objetos bem pequenos através da ampliação da cena.
- Lentes fixas: são lentes que não variam as distâncias focais, elas são adquiridas para distâncias fixas, sendo que se precisar alterar tem que trocar a lente.

#### **7.4. Tipos de câmeras de CFTV**

Existem diversos tipos de câmeras para diversas aplicações, onde o projetista deve definir qual a melhor a ser empregada de acordo com as premissas do projeto.

A escolha da RFB será por câmeras analógicas com resolução de 720p, em que o número “720” representa 720 linhas de resolução de tela horizontal, enquanto a letra “p” representa que se trata de uma varredura progressiva. Ao ser transmitido na velocidade de 60 quadros por segundo, 720p apresenta a maior resolução temporal possível sob o padrão ATSC. A varredura progressiva reduz a necessidade de prevenir cintilação filtrando pequenos detalhes.

Além disso, optou-se por câmeras analógicas, alimentadas por cabo UTP, por terem custo mais baixo. O uso de câmeras IP na rede RFB, embora tecnicamente viável, deve ser evitado para não sobrecarregar os recursos de TI da instituição.

#### **7.5. Armazenamento de imagens**

Todo sistema de CFTV pode se utilizar de um sistema de armazenamento de imagem. Um sistema de CFTV com sistema de armazenamento de dados é o mais adequado a ser utilizado nos sistemas de segurança, em que no caso de algum evento acontecer os responsáveis poderão recorrer às imagens.

Sistemas de gravação DVR: quer dizer Digital Vídeo Record, é um sistema responsável por gerenciar e armazenar imagens diretamente das câmeras.

O DVR “Stand Alone” é um equipamento que possui diversas funções, além da gravação de imagens, opera como processador e sequência de imagens, multiplexador etc. Os “Stand Alone” possuem sistema de armazenamento de imagem por HD interno, com a possibilidade de troca do HD sem ter de desligar o equipamento e sem perda de imagens.

## 7.6. Cabos

Os cabos utilizados para sistemas de CFTV são cabos para transmissão de sinais e cabos para alimentação elétrica em CA (Corrente Alternada) e CC (Corrente Contínua). Os cabos para transmissão de sinais mais comumente utilizados em CFTV são os cabos coaxiais, cabos UTP e fibras ópticas.

Os cabos UTP são cabos usualmente utilizados em rede de computadores. São cabos formados por quatro pares de fio entrelaçado e revestidos por uma capa de PVC. Os cabos UTP não têm blindagem e não devem ser instalados onde há campos eletromagnéticos. Uma das vantagens dos cabos UTP é a possibilidade de instalação em grandes distâncias. Este cabo necessita de conversores nas suas pontas, chamados de “Baluns”. A distância máxima fica em torno de 1500m para sistemas coloridos. Os cabos UTP devem ser sempre utilizados em instalações internas, para utilizações externas deverá ser do tipo STP, que são cabos blindados.

A RFB utilizará de forma preferencial soluções com cabeamento UTP por terem melhor qualidade do sinal de vídeo, por permitirem a alimentação de energia centralizada das câmeras e por abrirem a possibilidade de uso de novas tecnologias, no futuro, em particular, as câmeras IP.

## 7.7. Balun

Quando forem utilizados cabos do tipo UTP, deverá obrigatoriamente ser utilizado um conversor do tipo balun para interligação dos cabos ao equipamento, que é a conversão de cabo coaxial para par trançado. A palavra Balun é a união das palavras inglesas “Balanced” + “Unbalanced”, pelo qual se converte um sinal de uma linha balanceada em desbalanceada e vice-versa.

A RFB utilizará de forma preferencial soluções com Balun de 8 ou 16 canais, capazes de conduzir alimentação e sinal de vídeo para câmeras distantes até 300 metros através de cabos UTP CAT5E ou CAT6.

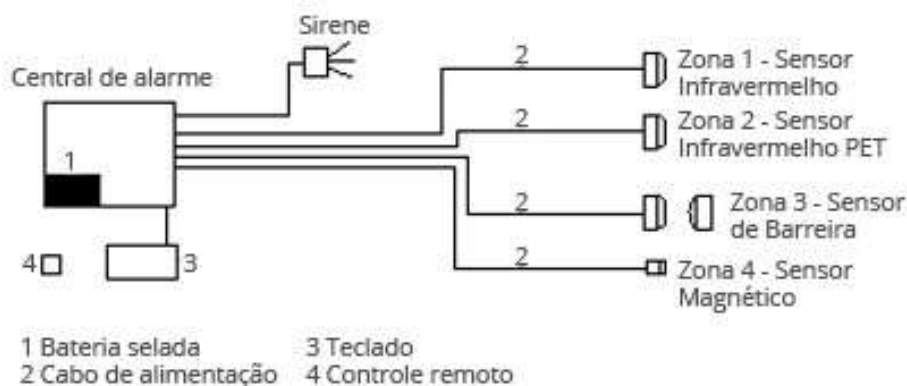
## ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS

### 1. Sistema de Alarme

#### 1.1. Projeto e Infraestrutura

Os sistemas de alarme contra invasão são compostos por: projeto, infraestrutura, central de alarme, controles, sensores, sirene e bateria auxiliar.

O projeto é de grande importância para o sistema de alarme contra invasão. Pois o projetista pode estudar todas as vulnerabilidades que existem no imóvel. De posse destes dados ele deverá dimensionar a quantidade de setores, especificar as funções da central que deve ser usada no local. Deve dimensionar a área de atuação dos sensores, a posição onde devem ser localizados, os tipos de sensores a serem utilizados, o posicionamento da sirene, o dimensionamento da infraestrutura e a interligação a rede elétrica predial a ser utilizada. A infraestrutura deve ser montada de forma a prover a segurança das instalações e deve ser dimensionada de acordo com as normas técnicas.



Esquema simplificado de uma instalação de alarme contra invasão

#### 1.2. Central de Alarme

- a) Imóveis de **pequeno porte** (até 2.000 m<sup>2</sup> de área construída): central de alarmes com capacidade para 18 sensores com fio + 24 sensores sem fio.

Central de Alarme 18 Com Fio + 24 Sem Fio	Especificações
Tensão de alimentação	Bivolt
Corrente de saída de sirene	1 A com bateria de gel selada (7 A/h /12 V) 400 mA sem bateria
Carregador de bateria	Carregador inteligente
Buffer de eventos	256 eventos com data e hora
Memória para dispositivo sem fio	128 dispositivos
Número de dispositivos no barramento BUS	4 teclados e 4 receptores
Supervisão e proteção do barramento BUS	Sim
Distancia máxima entra a central e os dispositivos BUS	100 m com cabo 26 AWG
Número de zonas com fio	Máximo de 24 (com 4 teclados)

Resistência máxima de cabeamento de zona	100 $\Omega$ por zona
Número de zonas sem fio	24
Número de memória para discagem	8 com 20 dígitos cada (2 empresa de monitoramento 1 Download/upload 5 pessoas)
Modo de discagem	DTMF Homologado Anatel
Deteção de corte da linha telefônica	Sim, necessária programação
Protocolo de comunicação	Contact ID, Contact ID programável e Adenco Xpress
Proteção de entrada de linha telefônica	Protetor a Gás e PTC
Teste periódico	Programável em horas ou agendada por horário
Software para download e upload plataforma windows padrao V.21 compatíveis: Us Robotics, Motorola, Lucent e Agere	Sim. Necessário modem padrão V.21
Número de memória para envio de eventos via IP	2 destinos, fixos ou dinâmicos
Base de velocidade	10/100Mbps
Base do protocolo	TCP/IP
Consumo de banda	< 1 KB por evento
Teste periódico	Programado em minutos. Mínimo de 1 minuto
Software para download e upload plataforma windows	Sim, gratuito. Necessário conexão com internet banda larga e porta 9010 liberada

b) Imóveis de **médio e grande porte** (acima de 2.000 m<sup>2</sup>): central de alarmes com capacidade para 64 sensores com fio + 48 sensores sem fio.

Central de Alarme 64 Com Fio + 48 Sem Fio	Especificações
Tensão de alimentação	Bivolt
Corrente de saída de sirene	1 A com bateria de gel selada (7 A/h /12 V) 400 mA sem bateria
Supervisão contra corte e curto-circuito na saída sirene	Sim, é necessário um resistor de 2,2k
Carregador de bateria	Carregador inteligente
Buffer de eventos	256 eventos com data e hora
Número de dispositivos no barramento	18
Distância máxima barramento T1T2	100 m com cabo 26 AWG
Distância máxima barramento AB	1000 m com cabo 24 AWG blindado e trançado e ligação em cascata
Barramento para comunicação via Rádio	Sim
USB para programação local	Sim
Resistor instalação de zonas	Zona alta 3K9 $\Omega$ , zona baixa 2K2 $\Omega$ , resistor final de linha 2K2 $\Omega$ (incluso)
Resistência máxima de cabeamento de zona	100 $\Omega$ por zona
Número de zonas sem fio	24
Número de memória para discagem	8 com 20 dígitos cada (2 empresa de monitoramento 1 Download/upload 5 pessoas)
Modo de discagem	DTMF Homologado Anatel
Deteção de corte da linha telefônica	Sim, necessária programação
Protocolo de comunicação	Contact ID, Contact ID programável e Adenco Xpress
Proteção de entrada de linha telefônica	Protetor a Gás e PTC
Teste periódico	Programável em horas ou agendada por horário

Software para download e upload plataforma windows	Sim, gratuito
Número de memória para envio de eventos via IP	2 destinos, fixos ou dinâmicos
Base de velocidade	10/100Mbps
Base do protocolo	TCP/IP
Consumo de banda	< 1 KB por evento
Teste periódico	Programado em minutos. Mínimo de 1 minuto
Software para download e upload plataforma windows	Sim, gratuito. Necessária conexão com internet banda larga e porta 9010 liberada
Frequência de operação do módulo	Modulação quad-band (800, 900, 1800 e 1900 MHz) 2G
Número de SIM cards	2, modulo desbloqueado
Ganho da Antena	0 dBi
Número de destinos via GSM	2 IPs e 5 números para SMS
Teste periódico	Programado em minutos. Mínimo de 1 minuto
Número de zonas com fio na central	8 zonas (4 + 4 zonas)
Número de zonas com fio expansível	48 zonas através de 6 expansores de 8 zonas cada
Número de zonas nos teclados	8 zonas através de 4 teclados (2 zonas por teclados)
Número total de zonas com fio	64 zonas
Resistores das zonas duplas e final de linha	3,9K para zona alta, 2,2K para zona baixa e 2,2K para resistor de final de linha
Número de zonas sem fio	48 zonas através de 4 receptores de RF

### 1.3. Sensores

#### 1.3.1. Sensor com fio

Sensor Magnético de Sobrepor usado em alarmes residenciais e comerciais, acionadores de relés, etc. Ideal para uso em janelas e portas.

- - Fixação por adesivo ou parafuso.
- - Borne parafusável.
- - Distância de acionamento 20mm.
- - Alimentação 12 volts.

#### 1.3.2. Sensor sem fio

- Sensor de abertura sem fio para portas e janelas, usado em alarmes residenciais. Apresenta ótimos desempenhos em ambientes fechados.
- Bateria de lítio de longa duração
- Indicação de bateria fraca no sensor
- Reed switch SMD
- Frequência de 433,92 MHz
- Alcance RF: mínimo de 50m em área livre de obstáculos
- Alimentação: 3 VDC bateria de lítio inclusa

### **1.3.3. Sensor de Presença Passivo, Sem Fio, Infravermelho**

Esse tipo de sensor não emite luz infravermelha. Pelo contrário, ele faz uma leitura das mudanças do infravermelho do ambiente. Quando o sensor é energizado ele faz uma leitura do infravermelho que retorna do ambiente que não possui movimento. A leitura é feita por um fotodetector (PIR). O PIR é um componente que converte variação infravermelha em pulsos elétricos.

- Ângulo de abertura: 90° ou 115°
- Alcance do pirosensor: Pelo menos 12m;
- Tempo de estabilização: 20segundos;
- Homologação da Anatel: É necessário;
- Bateria inclusa: Sim
- Modulação ook: Sim;
- Aviso de bateria em nível baixo: Sim

### **1.4. Sirenes**

Sirene compacta de alta potência com 1 (um) tom diverso de sons próprios de viaturas policiais e de ambulâncias.

- Alimentação: 12V;
- Consumo: 180 mA a 300mA;
- Capacidade: 120dB;
- Suporte de fixação preparado para instalações na vertical e horizontal

### **1.5. Baterias**

A bateria utilizada é de chumbo-ácido 12V, regulada por válvula selada VRLA recarregável, livre de manutenção e protegida contra vazamento. Uma bateria para uso geral e com uma vida útil de até 5 anos em regime de flutuação, sendo adequada para o uso em sistemas de segurança.

- Tensão: 12 Vdc;
- Capacidade: 6 Ah (C20);
- Flutuação: 13,6V a 13,8V;
- Corrente inicial: 1,6 A a 1,8 A



## 1.6. Cabos

O sistema de alarme é interligado através de cabo flexível 4 vias multicores, atendendo ainda as seguintes especificações:

- Confeccionado em fio de cobre estanhado eletrolítico mole;
- Revestido com polietileno de baixa densidade colorido
- Envoltória de PVC branca ou cinza com componente anti-chama;
- Bitola 28 AWG.

O cabo de rede UTP categoria 5E ou 6 também é utilizado para um sistema de alarme.

## 1.7. Receptor

Um receptor de Rádio Frequência é utilizado no sistema de alarme com a finalidade de cadastrar dispositivos sem fio como o sensor magnético e o sensor de presença IVP, operando com tecnologia OOK ou FSK, nas seguintes especificações:

- Frequência de trabalho: 433,92 MHz
- Alimentação: 12 a 16V;
- Recepção: ook ou fsk;
- Decodificador: Smart code de 24 bits.

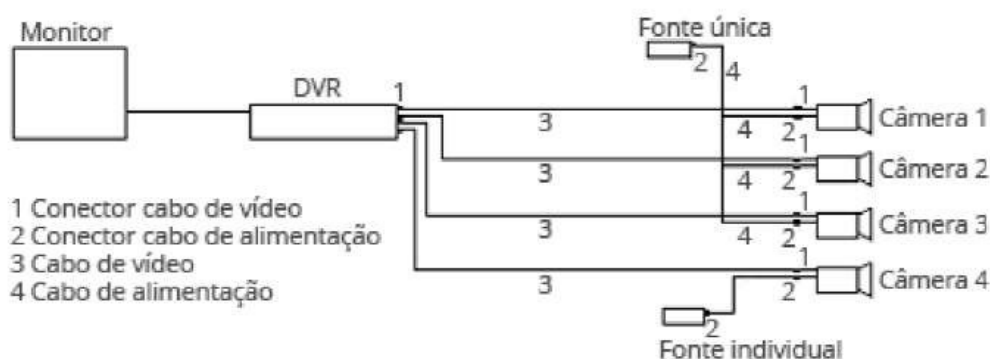
## 2. CFTV – Circuito Fechado de Televisão

### 2.1. Projeto e Infraestrutura

CFTV é um sistema que se utiliza de câmeras para fazer o acompanhamento dos locais remotamente, onde se consegue verificar diversos locais ao mesmo tempo. Existem dois tipos de sistema de monitoramento por CFTV, que são do tipo ativo e passivo. O sistema ativo, conta com uma pessoa ou equipe o tempo inteiro cuidando e analisando cada imagem e em caso de necessidade podem atuar imediatamente ao fato que está ocorrendo. O sistema passivo é um sistema onde não se tem ninguém analisando as imagens, as imagens são gravadas e caso ocorra algum fato os administradores recorrem às imagens gravadas para comprovar o que aconteceu de fato e tomar as medidas cabíveis.

Existem empresas que já estão atuando com o monitoramento remoto, sendo que o cliente contrata uma empresa que dispõe de uma equipe que fica o tempo inteiro cuidando e analisando as imagens. Esta Nota Técnica não recomenda a utilização de rede de dados (Internet) para envio de imagens à empresa de monitoramento devido à limitação de tráfego dos dados (em grande volume) que pode ocorrer e ainda sobrecarregar o armazenamento desses dados na empresa.

No esquema abaixo exemplificamos uma instalação simplificada de um sistema de CFTV.



Esquema simplificado de uma instalação de CFTV

## 2.2. Câmeras de CFTV – 720p

### 2.2.1. Câmera Dome Interna

Para ambientes internos utiliza-se, geralmente, a câmera dome. Ela é mais indicada para instalação no teto ou na parede, com altura e posicionamento em que seja fácil mudar a direção da lente. Seguem, abaixo, as especificações dessa câmera:

Câmera Dome Interna	Especificações
Alcance do Infravermelho (IR)	20m
Lente	2,8mm
Alimentação	Conector P4 fêmea
Resolução Real	720p
Saída de Vídeo	BNC Fêmea
Consumo Máximo de Corrente	220 mA
Tensão	12V
Infravermelho (IR) Inteligente	Sim, ajustando a luminosidade dos leds
Controle automático de ganho	Sim, (AGC - Automatic Gain Control).
Compensação de luz de fundo	Sim, (BLC – Backlight Compesation), para as aplicações onde a câmera estiver em situação de visualização com forte contraluz
Ampla faixa dinâmica	Sim, (WDR - Wide Dynamic Range) igual ou superior a 90 dB, para as aplicações onde há grande contraste de luz e o conteúdo da imagem deve ser visível nas áreas de menor e maior luminosidade
Deteção de movimento	Sim.

### 2.2.2. Câmera Bullet Externa.

Para ambientes externos utiliza-se geralmente a câmera bullet. Ela é indicada para postes e paredes em que o acesso não será frequente. Outra diferença está em que alguns modelos Dome possuem uma capsula que oculta a câmera, impedindo que as pessoas saibam onde a lente está direcionada, algo que não é possível com as câmeras Bullet. Seguem, abaixo, as especificações dessa câmera:

Câmera Bullet Externa	Especificações
Alcance Infravermelho IR	30m
Lente	2,8mm
Alimentação	Conector P4 fêmea
Resolução Real	720p
Saída de Vídeo	BNC Fêmea
Consumo Máximo de Corrente	330 mA
Tensão	12Vcc
Infravermelho (IR) Inteligente	Sim, ajustando a luminosidade dos leds
Controle automático de ganho	Sim, (AGC - Automatic Gain Control).
Compensação de luz de fundo	Sim, (BLC – Backlight Compesation), para as aplicações onde a câmera estiver em situação de visualização com forte contraluz
Ampla faixa dinâmica	Sim, (WDR - Wide Dynamic Range) igual ou superior a 90 dB, para as aplicações onde há grande contraste de luz e o conteúdo da imagem deve ser visível nas áreas de menor e maior luminosidade
Deteção de movimento	Sim.

### 2.3. Armazenamento de imagens – DVR 16 canais

- Compatível com as tecnologias HD, IP e Analógica;
- Modo DVR/NVR;
- 16 Canais de vídeo BNC + 4 Canais de vídeo IP;
- Gravação em resolução 720p ou superior;
- Compressão inteligente de vídeo em H.264+;
- Saída de vídeo HDMI e VGA;
- Edição de áudio e vídeo;
- Áudio: entrada com 4 canais (RCA), saída com 1 canal (RCA) e áudio bidirecional: 1 canal (RCA)
- Saída spot: 1 saída de vídeo spot configurável (HDMI ou VGA);
- Modo de gravação: Manual, contínua, contínua com condição de sobrescrever, agendada, detecção de movimento, mascaramento de câmera, perda de vídeo e alarme;
- Intervalos de gravação 1~60 min (padrão: 60 min), Pré-gravação: 1~30 seg., Pós-Alarme: 1~300 seg.;
- Modo de busca Hora/data com precisão de segundos, por tipo de evento; alarme e/ou detecção de movimento;
- Funções de reprodução: reprodução, pausa, parar, retrocesso, reprodução rápida, reprodução lenta, próximo arquivo, arquivo anterior, próximo canal, canal anterior, tela cheia, repetição aleatória, seleção do arquivo para backup;
- Modos de backup: pen drive, disco flash, disco rígido USB, DVD RW USB, download por rede;
- Interface RJ-45 (10/100/1000 Mbps) em acordo com o padrão IEEE802.3z;
- Acesso remoto via celular ou tablete (IOS e Android);
- Qtd. de HDs suportado 2 HDs SATA;
- USB 2 portas (1 traseira, 1 frontal);
- Alimentação DC 12 V, 5 A.

### 2.4. Cabos UTP

Para o CFTV utiliza-se o cabo UTP. O cabo é associado ao Balun de vídeo. Além de o sistema ser balanceado, muito menos suscetível a ruídos, por um cabo UTP se consegue passar até 4 câmeras, em um espaço igual ao do cabo coaxial, fazendo com que a infraestrutura reduza em 75% da sua bitola, obedecendo ainda as seguintes especificações:

- Categoria 5E ou 6;
- Bitola: 24 AWG;
- Fio rígido;

- Revestimento: PVC retardante a chamas;
- Transmissão: 250 Mbps/par (máx. 1000 Mbps);
- Condutores: 8 x 24 AWG (4 pares)

## 2.5. Balun

### 2.5.1. Balun mono

O Balun Mono conduz alimentação e sinal de vídeo para câmera em distâncias de até 300 metros através de cabo UTP CAT5 ou CAT6. Ele é comercializado em pares, o macho para ser instalado próximo a câmera e a fêmea próximo a fonte de alimentação. Especificações:

- Entrada de alimentação: conector Jack J4 fêmea
- Saída de alimentação: plug P4 macho
- Tensão de entrada: 12 ou 24 Vdc
- Tensão de saída: 12 ou 24 Vdc
- Corrente máxima de transmissão: 1 A
- Saída/entrada para transmissão alimentação e vídeo: RJ45
- Saída/entrada de vídeo (BNC macho): 1
- Saída com proteção PTC contra sobrecarga
- LED indicando alimentação e proteção
- Compatível com a tecnologia analógica tradicional e HD 720p
- Padrão de vídeo NTSC
- Vídeo | Impedância UTP: 100  $\Omega$
- Proteção da entrada/saída de vídeo 2 kV (modo diferencial)

### 2.5.2. Balun 16 canais

Os Baluns passivos com transmissão de vídeo e alimentação trazem mais confiabilidade e organização para as instalações de CFTV. O kit completo é composto por power balun, baluns para conexão na câmera e cabos BNC para conexão com DVR. Especificações:

- Fonte chaveada interna bivolt
- Conduz alimentação e sinal de vídeo para câmeras distantes até 300 metros através de cabo UTP CAT5e ou CAT6
- Entrada: conectores RJ45 (transmite alimentação e recebe sinal de vídeo)
- Entrada auxiliar: conectores RJ45 função 4 em 1, somente para sinal de vídeo (transmite sinal de 4 câmeras através de 1 cabo UTP)
- LED indicativo de alimentação e proteção
- Saídas com proteção individual PTC contra sobrecarga

- Compatíveis com a tecnologia analógica tradicional e HD 720p
- Tensão de saída: 13,8 Vdc;

## **2.6. Bateria 12V**

A bateria utilizada é de chumbo-ácido 12V, regulada por válvula selada VRLA recarregável, livre de manutenção e protegida contra vazamento. Uma bateria para uso geral e com uma vida útil de até 5 anos em regime de flutuação, sendo adequada para o uso em sistemas de segurança.

- Tensão: 12 Vdc;
- Capacidade: 6 Ah (C20);
- Flutuação: 13,6V a 13,8V;
- Corrente inicial: 1,6 A a 1,8 A

## **2.7. Nobreak**

O nobreak oferece proteção e energia extra para equipamentos eletrônicos. Ele protege das oscilações da rede elétrica e, em caso de queda no fornecimento de energia elétrica, possui bateria para prolongar a utilização dos equipamentos conectados a ele, garantindo mais tranquilidade e segurança. O equipamento deve atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Capacidade: 720 VA
- Entrada: Tensão nominal 120 VAC/ 220VAC
- Fator de potência: 0,5
- Proteção contra sobretensão/subtensão da rede elétrica, contra sobreaquecimento no inversor, contra descarga/sobrecarga de bateria e contra sobrecarga e curto-circuito na saída
- Bateria 12 Vdc
- 4 tomadas de saída (tripolar), de acordo com a NBR 14136

## **2.8. Monitor**

O monitor utilizado para visualizações das imagens nas instalações de CFTV deve atender as seguintes especificações:

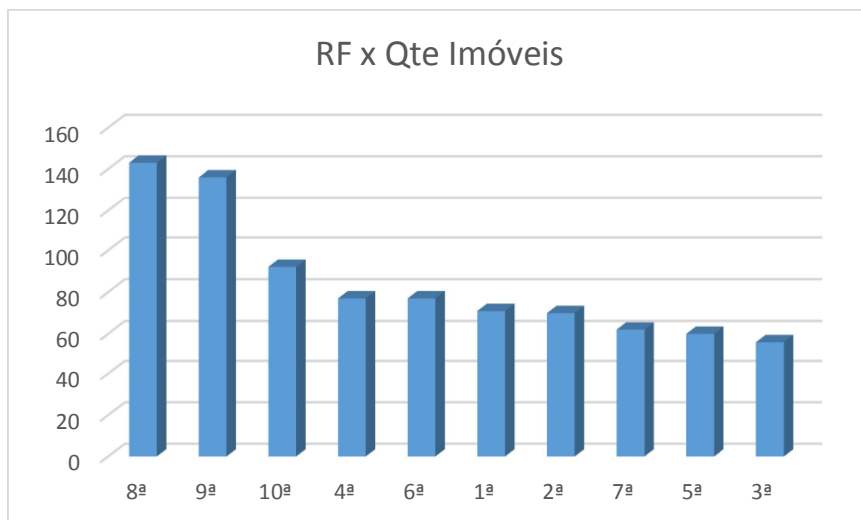
- Tamanho de 18,5"
- Tela LCD LED
- Conexões VGA e HDMI
- Resolução 1366 x 768/ 60Hz
- Tempo de resposta de 5ms

## ANEXO III – APLICAÇÃO NA RFB

### 1. Imóveis da RFB

Pesquisa no Sistema Edifica indica a presença da RFB em 844 imóveis, distribuídos conforme as Regiões Fiscais abaixo:

RF	Qte Imóveis
8ª	143
9ª	136
10ª	92
4ª	77
6ª	77
1ª	71
2ª	70
7ª	62
5ª	60
3ª	56
<b>Total</b>	<b>844</b>



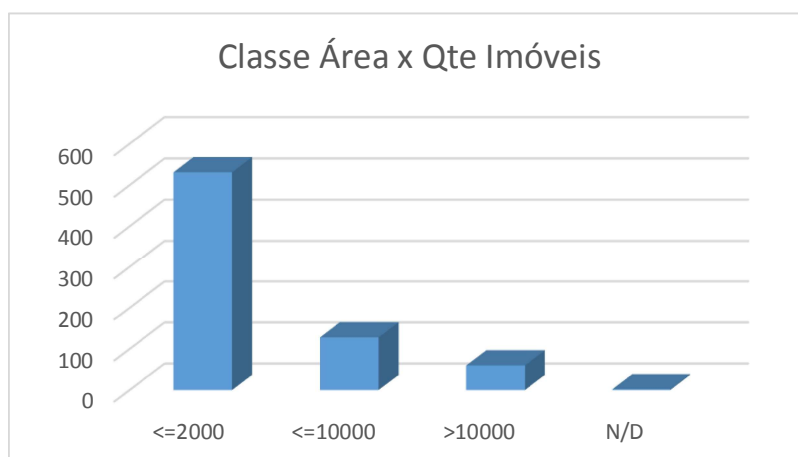
A distribuição por Tipo de Imóvel é conforme abaixo:

Tipo	Qte Imóveis
EDIFICAÇÃO COM ELEVADOR	421
EDIFICAÇÃO SEM ELEVADOR	239
TERRENO	123
DEPÓSITO	56
GARAGEM	5
<b>Total</b>	<b>844</b>



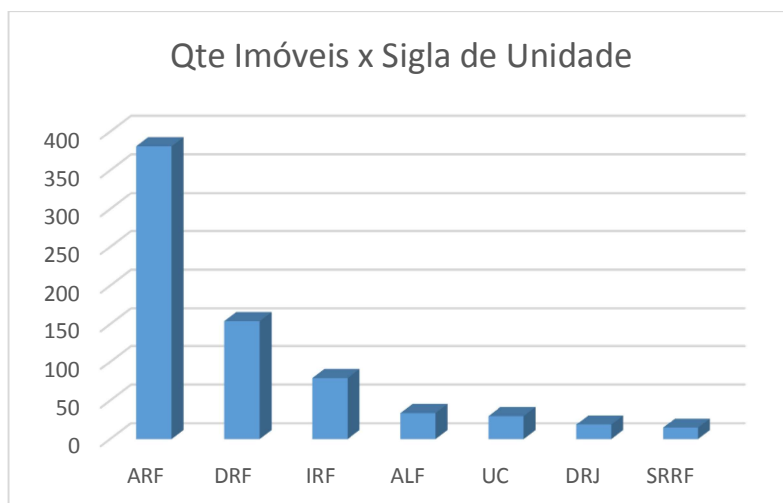
A distribuição por Classe de Área Edificada, desconsiderando os Terrenos, é a seguinte:

Classe Área	Qte Imóveis
<= 2.000 m <sup>2</sup>	531
<=10.000 m <sup>2</sup>	128
>10.000 m <sup>2</sup>	60
N/D	2
<b>Total</b>	<b>721</b>



A distribuição por Sigla de Unidade é mostrada abaixo:

Sigla	Qte
ARF	381
DRF	154
IRF	79
ALF	34
UC	30
DRJ	19
SRRF	15
<b>Total Geral</b>	<b>712</b>



#### Conclusões da Pesquisa no Sistema Edifica:

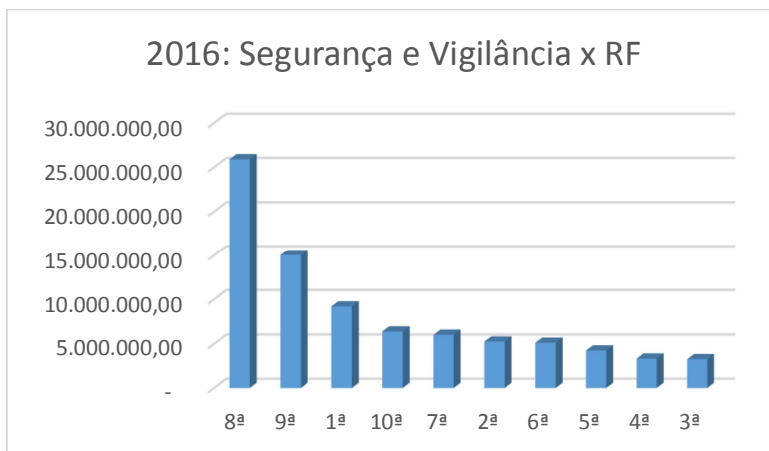
- As três RFs com maior quantidade de imóveis: 8<sup>a</sup>, 9<sup>a</sup>, 10<sup>a</sup>;
- O Tipo de imóvel predominante: Edificação com Elevador (indicando Escritórios);
- A Classe de Área predominante: abaixo de 2.000 m<sup>2</sup>;
- As Unidades predominantes: Agências (ARFs) e Delegacias (DRFs).



## 2. Contratos de Segurança e Vigilância

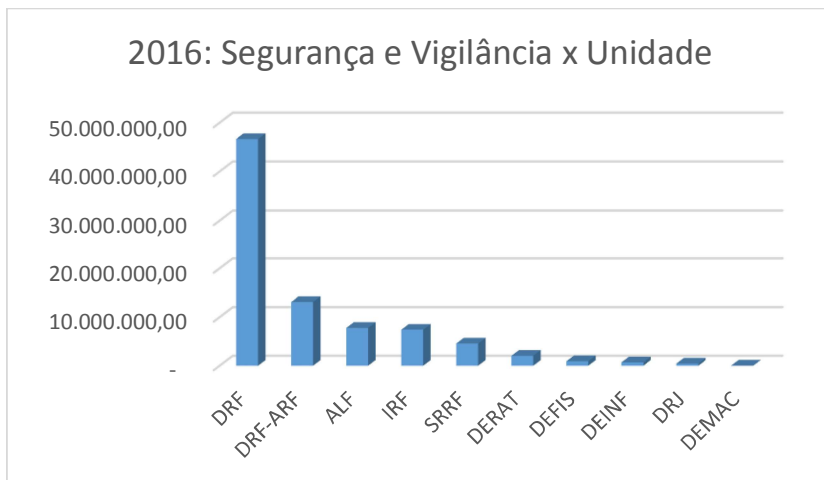
Pesquisa no Sistema SIASG com relação aos Contratos de Segurança e Vigilância indica:

2016: Segurança-Vigilância x RF	Vlr Empenhado Posição
8ª	1
9ª	2
1ª	3
10ª	4
7ª	5
2ª	6
6ª	7
5ª	8
4ª	9
3ª	10
<b>Total 2016</b>	<b>83.641.980,37</b>



Quanto ao tipo da Unidade:

2016: Segurança-Vigilância x UG	Vlr Empenhado Posição
DRF	1
DRF-ARF	2
ALF	3
IRF	4
SRRF	5
DERAT	6
DEFIS	7
DEINF	8
DRJ	9
DEMAC	10
<b>Total 2016</b>	<b>83.641.980,37</b>



Conclusões da Pesquisa no Sistema SIASG:

- As três RFs com maiores despesas em Segurança e Vigilância: 8ª, 9ª, 1ª;
- Os tipos unidades predominantes nos contratos: Delegacias (DRFs), Agências (ARFs) e Alfândegas (ALFs);
- Os perfis predominantes nos contratos: Vigilância Orgânica e Armada, com baixos valores em Segurança Eletrônica.
- Revela-se uma oportunidade para crescimento de Segurança Eletrônica e redução das Vigilâncias Orgânica e Armada.

### 3. Depósitos de Mercadorias

Pesquisa no Sistema CTMA com relação aos Depósitos de Mercadorias Apreendidas indica:

Os principais estoques da RFB, com valores acima de R\$ 1 Milhão em Dez/2016:

Unidade Gestora	Estoque/Dez 2016
DRF - FOZ DO IGUAÇU	1
DRF - CAMPO GRANDE	2
IRF - PONTA PORÁ	3
ALF - AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA	4
IRF - FLORIANÓPOLIS	5
DRF - CASCAVEL	6
DRF - CUIABÁ	7
ALF - PORTO DE SALVADOR	8
IRF - MUNDO NOVO	9
DRF - MARINGÁ	10
DRF - JUNDIAÍ	11
DRF - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	12
DRF - GOIÂNIA	13
DRF - UBERABA	14
IRF - CURITIBA	15
IRF - RIO DE JANEIRO	16
DRF - MARILIA	17
ALF - PORTO DE ITAJAÍ	18
DRF - SANTA MARIA	19
DRF - JOAÇABA	20
ALF - PORTO DE PARANAGUÁ	21
IRF - BELO HORIZONTE	22
IRF - CORUMBA	23
DRF - PONTA GROSSA	24
DRF - JOINVILLE	25
DRF - LONDRINA	26
IRF - SANTANA DO LIVRAMENTO	27
IRF - RECIFE	28
DRF - JOÃO PESSOA	29
DRF - ITABUNA	30
DRF - PRESIDENTE PRUDENTE	31
DRF - SANTA CRUZ DO SUL	32
DRF - SANTO ANGELO	33
DRF - POÇOS DE CALDAS	34
DRF - MONTES CLAROS	35
ALF - PORTO DE SÃO LUÍS	36
DRF - NATAL	37
IRF - PORTO ALEGRE	38
DRF - URUGUAIANA	39
DRF - PALMAS	40
IRF - CHUI	41
DRF - LAGES	42

Os principais estoques de **cigarros**:

Unidade Gestora	Cigarros
DRF - CAMPO GRANDE	1
DRF - FOZ DO IGUAÇU	2
IRF - PONTA PORA	3
IRF - MUNDO NOVO	4
DRF - CASCAVEL	5
DRF - MARINGA	6
DRF - UBERABA	7
IRF - FLORIANÓPOLIS	8
DRF - POCOS DE CALDAS	9
IRF - BELO HORIZONTE	10

Os principais estoques de **veículos**:

Unidade Gestora	Veículos
ALF - AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA	1
DRF - FOZ DO IGUAÇU	2
DRF - CAMPO GRANDE	3
DRF - CASCAVEL	4
IRF - PONTA PORA	5
IRF - MUNDO NOVO	6
IRF - BELO HORIZONTE	7
DRF - JOAÇABA	8
IRF - CURITIBA	9
DRF - MARINGA	10

Os principais estoques de **produtos eletrônicos**:

Unidade Gestora	Eletrônicos
DRF - CUIABA	1
DRF - FOZ DO IGUAÇU	2
ALF - PORTO DE SAO LUIS	3
DRF - CASCAVEL	4
IRF - CURITIBA	5
DRF - MARINGA	6
ALF - PORTO DE ITAJAÍ	7
DRF - CAMPO GRANDE	8
IRF - RECIFE	9

Conclusões da Pesquisa no Sistema CTMA:

- Existem valores significativos nos estoques de mercadorias apreendidas da RFB que precisam ser Vigíados e Monitorados;
- Os três principais tipos de mercadorias apreendidas: cigarros, veículos e eletrônicos.

## ANEXO IV – CUSTOS ESTIMADOS

As quantidades e custos apresentados são estimativas levantadas, devendo ser avaliados em cada caso concreto podendo os valores verificados **in loco** serem superiores ou inferiores aos apresentados. Não estão inclusos todos os componentes necessários para a instalação de um sistema de segurança eletrônica que contemple CFTV e alarme, como eletrocalha, caixa de passagem, aterramento, etc. O custo de acesso de dados dependerá da forma que a unidade considerar mais conveniente: Internet fixa ou móvel. A conexão do tipo fixa exige um modem, com assinatura de serviços de comunicação de dados. A conexão do tipo móvel exige um módulo de comunicação, além de um chip de telefonia móvel e um pacote de dados.

### 1. Imóveis de Pequeno Porte (<= 2.000 m²)

#### ALARME

Item	Qte	Custo R\$	Total
Central de Alarme (18+24)	1	353,31	353,31
Teclado	1	150,83	150,83
Sensor com fio	15	9,99	149,85
Sensor sem fio	14	29,00	406,00
Sensor de presença IR	10	110,47	1.104,70
Sirene	10	17,90	179,00
Bateria de 12V	1	71,38	71,38
Cabo PVC	500	0,40	200,00
Cabo UTP	50	0,87	43,50
Modulo Ethernet GPRS	1	295,97	295,97
Chip operadora de Internet	1	10,00	10,00
Receptora sem fio	1	96,60	96,60
Serviços de Instalação	1	2.000,00	2.000,00
<b>Total</b>			<b>5.061,14</b>

#### CFTV

Item	Qte	Custo R\$	Total
Câmera Bullet Externa 720p	8	196,50	1.572,00
Câmera Dome Interna 720p	8	99,90	799,20
Balun Monocanal	16	75,00	1.200,00
Balun 16 Canal	1	1.546,06	1.546,06
DVR 16 canais	1	1.477,50	1.477,50
Bateria 12V	1	71,38	71,38
Cabo UTP	500	0,87	435,00
Monitor	1	379,00	379,00
Hd interno	1	1.411,65	1.411,65
Nobreak 720 VA	1	388,58	388,58
Serviços de Instalação	1	4.000,00	4.000,00
<b>Total</b>			<b>13.280,37</b>

## 2. Imóveis de Escritórios (> 2.000 m²)

### ALARME

Item	Qte	Custo R\$	Total
Central de Alarme (64+48)	1	316,50	316,50
Teclado	1	150,83	150,83
Sensor com fio	64	9,99	639,36
Sensor sem fio	24	29,00	696,00
Sensor de presença IR	24	110,47	2.651,28
Sirene	10	17,90	179,00
Bateria de 12V	1	71,38	71,38
Cabo PVC	1000	0,40	400,00
Cabo UTP	100	0,87	87,00
Modulo Ethernet GPRS	1	295,97	295,97
Chip operadora de Internet	1	10,00	10,00
Receptora sem fio	1	96,60	96,60
Serviços de Instalação	1	5.000,00	5.000,00
<b>Total</b>			<b>10.593,92</b>

### CVTV

Item	Qte	Custo R\$	Total
Câmera Bullet Externa 720p	24	196,50	4.716,00
Câmera Dome Interna 720p	24	99,90	2.397,60
Balun Monocanal	48	75,00	3.600,00
Balun 16 Canal	3	1.546,06	4.638,18
DVR 16 canais	3	1.477,50	4.432,50
Bateria 12V	3	71,38	214,14
Cabos UTP	1000	0,87	870,00
Monitor	1	379,00	379,00
Hd interno	2	1.411,65	2.823,30
Nobreak 720 VA	1	388,58	388,58
Serviços de Instalação	1	10.000,00	10.000,00
<b>Total</b>			<b>34.459,30</b>

### 3. Depósitos de Mercadorias (<= 4.000 m²)

#### ALARME

Item	Qte	Custo R\$	Total
Central de Alarme (18+24)	1	353,31	353,31
Teclado	1	150,83	150,83
Sensor com fio	15	9,99	149,85
Sensor sem fio	14	29,00	406,00
Sensor de presença IR	10	110,47	1.104,73
Sirene	10	17,90	179,00
Bateria de 12V	1	71,38	71,38
Cabo PVC	1000	0,40	400,00
Cabo UTP	80	0,87	69,60
Modulo Ethernet GPRS	1	295,97	295,97
Chip operadora de Internet	1	10,00	10,00
Receptora sem fio	1	96,60	96,60
Serviços de Instalação	1	2.000,00	2.000,00
<b>Total</b>			<b>5.287,27</b>

#### CVTV

Item	Qte	Custo R\$	Total
Câmera Bullet Externa 720p	12	196,50	2.358,00
Câmera Dome Interna 720p	12	99,90	1.198,80
Balun Monocanal	24	75,00	1.800,00
Balun 16 Canal	2	1.546,06	3.092,12
DVR 16 canais	2	1.477,50	2.955,00
Bateria 12V	1	71,38	71,38
Cabos UTP	1000	0,87	870,00
Monitor	1	379,00	379,00
Hd interno	1	1.411,65	1.411,65
Nobreak 720 VA	1	388,58	388,58
Serviços de Instalação	1	4.000,00	4.000,00
<b>Total</b>			<b>18.524,53</b>

## 4 Depósitos de Mercadorias (> 4.000 m<sup>2</sup>)

### ALARME

Item	Qte	Custo R\$	Total
Central de Alarme (64+28)	1	316,50	316,50
Teclado	1	150,83	150,83
Sensor com fio	64	9,99	639,36
Sensor sem fio	24	29,00	696,00
Sensor de presença IR	24	110,47	2.651,35
Sirene	10	17,90	179,00
Bateria de 12V	1	71,38	71,38
Cabo PVC	2000	0,40	800,00
Cabo UTP	120	0,87	104,40
Modulo Ethernet GPRS	1	295,97	295,97
Chip operadora de Internet	1	10,00	10,00
Receptora sem fio	1	96,60	96,60
Serviços de Instalação	1	5.000,00	5.000,00
<b>Total</b>			<b>11.011,39</b>

### CVTV

Item	Qte	Custo R\$	Total
Câmera Bullet Externa 720p	32	196,50	6.288,00
Câmera Dome Interna 720p	32	99,90	3.196,80
Balun Monocanal	64	75,00	4.800,00
Balun 16 Canal	4	1.546,06	6.184,24
DVR 16 canais	4	1.477,50	5.910,00
Bateria 12V	2	71,38	142,76
Cabos UTP	2000	0,87	1.740,00
Monitor	1	379,00	379,00
Hd interno	2	1.411,65	2.823,30
Nobreak 720 VA	1	388,58	388,58
Serviços de Instalação	1	15.000,00	15.000,00
<b>Total</b>			<b>46.852,68</b>

Em locais onde o depósito de mercadoria apreendida é relativamente pequeno, deve-se adotar a infraestrutura de Sistema de Alarmes e CFTV equivalente aos imóveis de escritório de pequeno porte.

## 5. Serviços de Monitoramento e Manutenção

Serviço contratado de empresa terceirizada para operação e manutenção do sistema de alarme e CFTV. O contrato em questão visa a manutenção do equipamento com substituições de baterias dos sensores, verificação do funcionamento das câmeras e ainda a substituição de equipamentos danificados. O serviço também inclui a resposta em caso de sinistro com visita ao local ou acionamento da polícia.



## 6. Especificação do serviço – O que monitorar?

A quantidade e posicionamento das câmeras deverá garantir a cobertura das seguintes áreas:

- a) entrada e saída do local ou recinto;
- b) movimentação e armazenagem de mercadorias;
- c) unitização e desunitização de mercadorias;
- d) conferência física de mercadorias;
- e) pontos de controle do sistema de controle de acesso;
- f) estacionamento de veículos de carga e passeio;
- g) perímetro do local ou recinto;
- h) acessos, corredores e demais áreas sensíveis/críticas.

O sistema de alarme deverá contemplar:

- a) sensores magnéticos para portas e janelas externas;
- b) sensores infravermelho de presença nos ambientes sensíveis/críticos.

## 7. Orientações Gerais

A unidade que pretender contratar o Sistema de Alarme e CFTV deve seguir os seguintes passos:

1. Avaliar o enquadramento/classificação do imóvel:
  - a. Escritório  $\leq 2000 \text{ m}^2$  ou Escritório  $> 2000 \text{ m}^2$ ;
  - b. Depósito  $\leq 4000 \text{ m}^2$  ou Depósito  $> 4000 \text{ m}^2$ .
2. Contratar um projeto para implementar o sistema de segurança eletrônica.
3. Contratar a solução de segurança eletrônica, conforme as possibilidades abaixo:
  - 3.1. Contratação dos serviços de segurança eletrônica, incluindo o fornecimento e a instalação dos equipamentos, em regime de comodato, conforme o Art. 17 § 2º da Portaria Nº 3.233/2012-DG/DPF, contemplando ainda os serviços de manutenção e monitoramento eletrônico por empresa especializada. É a opção preferencial.
  - 3.2. Aquisição dos equipamentos pela RFB e contratação dos serviços de instalação, manutenção e monitoramento eletrônico por empresa especializada. Opção não recomendada, conforme Anexo VI-A, Serviço de Vigilância, item 9 da IN MP nº 5/2017, exceção em unidades que já disponham dos equipamentos.
  - 3.3. Aquisição dos equipamentos e realização do monitoramento eletrônico pela própria RFB, contratando apenas os serviços de instalação e manutenção por empresa especializada. Opção também não recomendada, exceção em unidades onde a RFB tenha condições de realizar o monitoramento, ou seja inoportuno e inconveniente contratar empresa especializada.

A unidade da RFB escolherá a melhor forma de contratação dos equipamentos, sistemas e serviços de instalação, manutenção e monitoramento de alarme e CFTV, observando as vedações impostas pelas normas anteriormente citadas.

## ANEXO V – PESQUISA DE PREÇOS

**Referência: julho de 2017**

Os preços dos materiais apresentados a seguir foram pesquisados na Internet no mês de julho de 2017. A unidade da RFB deverá atualizar os preços, fazendo nova pesquisa, para subsidiar o procedimento licitatório visando a aquisição / contratação desses materiais.

- Central de alarmes com capacidade para 18 sensores com fio + 24 sensores sem fio



- Central de alarmes com capacidade para 64 sensores com fio + 48 sensores sem fio



- Sensor com fio



- Sensor magnético de sobrepor sem fio



- Sensor infravermelho de presença



- Sirene

www.eletronicasantana.com.br/sirene-pointer-4040---dni-03843/p?utm\_source=buscape&utm\_medium=vtex\_inte

Sites Sugeridos | ComprasNet resulta... | Distribuição do Orç... | Dieng. Tesouro Ger... | Portal da Transparê...

Eletrônica Santana  
vendas (11) 2823-7066

Busca: Digite aqui a sua busca [BUSCAR]

Faça login ou cadastre-se! Loja ouro Ebit

Meu carrinho (0)

Integração

ada para alarmes e circuitos de segurança, possui um toque de 120db e funciona com tensão de 12V.

Pointer 4040 - DNI

943.00001 ★★★★★ (1 Avaliação)

Por R\$ 17,90  
ou R\$ 17,00 no boleto  
(com 5% de desconto)

COMPRAR

Compra Segura Eletrônica Santana

+ Veja todas as formas de pagamento

11/07/2017

- Bateria 12 V

https://www.submarino.com.br/produto/23206920/bateria-12v-intelbras-para-sistema-de-seguranca-xb-12al?WT:

Sites Sugeridos | ComprasNet resulta... | Distribuição do Orç... | Dieng. Tesouro Ger... | Portal da Transparê...

IMAGINOU? AQUI TEM!

O que você deseja buscar?

Olá! Minha conta

Segue pelas lojas | Oferta Wow! | Baixe o app | QLed TV | Lançamentos | iPhone | Prime | Cartão Sub | Viagens

Casa e Construção > Segurança > Câmeras e Monitores de Segurança > Acessórios de Câmeras de Segurança

Bateria 12v Intelbras Para Sistema De Segurança Xb 12al

(Cód.23206920)

vendido e entregue por **intelmatec**

R\$ 71,38

3x de R\$ 23,79 s/ juros

Comprar

11/07/2017



- Cabos

- Câmera Dome Interna

- Câmera Bullet externa



- DVR 16 canais



- Cabo de Rede



- Balun monocal





- Balun 16 canais

Walmart

Olá, o que você procura?

Intelbras

Power 4810012 Conversor Estático Vídeo Balun Vbp A16c 16 Canais Código 11376 Intelbras isec

Quantidade: 1

CEP: CEP

Calcular frete

Vendido e entregue por: Infomachine

em estoque

Calcular frete e prazo de entrega

R\$ 1.546,06

6x de R\$ 257,68 sem juros

11/07/2017

- Monitor

Shoptime

Monitor LED 18,5" Samsung S19E310 Widescreen HDMI - Preto

(cód.124270803)

Veja todas as lojas com esse produto a partir de R\$ 379,00

vendido e entregue por **gazin**

Oferta recomendada

**R\$ 379,00**

10x de R\$ 37,90 s/ juros

ver parcelas

COMPRAR

R\$ 379,00 no cartão Shoptime em até 10x de R\$ 37,90 s/ juros

ver parcelas

11/07/2017

- HD interno para DVR

HD WD SATA 3,5" Purple Surveillance 6TB IntelliPower 64MB Cache SATA 6.0Gb/s - WD60PURX



Avaliações (5)

DISPONIBILIDADE  
Imediata, em estoque!

COMPRAR

LISTA DE DESEJOS

De R\$ 1.623,41 por  
**R\$ 1.411,65**  
Em 10x sem juros no cartão de **R\$ 141,17**

**R\$ 1.199,90** à vista  
no boleto bancário com 15% de desconto.

PARCELAMENTO

VISA, Mastercard, Boleto, etc.

1x R\$ 1.270,49 sem juros	6x R\$ 235,28 sem juros
2x R\$ 670,53 sem juros	7x R\$ 201,66 sem juros
3x R\$ 447,02 sem juros	8x R\$ 176,46 sem juros

- Modulo Ethernet/GPRS



anas.com digite aqui sua busca

departamento galaxy s8 férias dia dos pais volta às aulas cartão BNDES venda na americanas loja mais próxima oferta do dia

Modulo Ethernet/Gprs Intelbras Xeg 4000 Smart  
(cód.12573109)

Cor verde

Escolha uma loja abaixo e compre

intelmatec  
R\$ 311,55  
Calcule o frete

tudo forte  
R\$ 306,50  
Calcule o frete

vendido e entregue por **intelmatec**  
R\$ 311,55 (5% de desconto)  
**R\$ 295,97**  
no boleto ou em 1x no cartão

comprar

- Teclado LCD para central de alarme monitorada

Navegue pelas lojas ▼ Oferta Wow! Frete Grátis no app Galaxy S8 Lançamentos iPhone Cartão BNDES Prime Cartão Sub Viagens Venda no

> Casa e Construção > Segurança > Alarmes e Sensores de Presença > Alarme

Teclado Lcd Intelbras Xat 2000 Lcd, Para Central De Alarme Monitorada  
(Cód.9230382)



Veja todas as lojas com esse produto a partir de R\$ 150,80

vendido e entregue por **tudo forte** Oferta recomendada ?

**R\$ 150,83**  
7x de R\$ 21,54 s/ juros  
[ver parcelas](#)

**Comprar**

R\$ 150,83 no cartão Submarino em até 7x de R\$ 21,54 s/ juros [ver parcelas](#)

submarino.b2w.io/produtos/01/00/sku/92303/9230378\_1GG.jpg

PT 15:17 27/07/2017

- Receptor

shopping TV e Áudio Eletrodomésticos Informática Telefonía Esporte e Lazer Bebês e Crianças Eletroportáteis Beleza **carrinho cheio**

Desse e receba descontos das Exclusivas Conheça o Walmart Serviços Conheça nossas Marcas Exclusivas Peça o seu cartão Walmart Itaucard

sórios de Tecnologia > Periféricos de Informática > Redes e Conexões

Intelbras

Receptor XAR 4000 Smart Intelbras

☆☆☆☆☆ Seja o primeiro a avaliar: ♥

Quantidade:

CEP:  **Calcular frete**

Vendido e entregue por: [Política de troca](#) [Formas de pagamento](#)

em estoque **Olist** [sobre o Vendedor](#) [Calcular frete e prazo de entrega](#)

R\$ 106,16  
**R\$ 96,60**  
3x de R\$ 32,20 sem juros

**Adicionar ao carrinho**

PT 15:24 27/07/2017

- Nobreak 720VA

Todo o shopping

TV e Audio Eletrodomésticos Informática Telefonia Esporte e Lazer Bebês e Crianças Eletroportáteis Beleza carrinho cheio

Cadastre-se e receba descontos e Ofertas Exclusivas Conheça o Walmart Serviços Conheça nossas Marcas Exclusivas Peça o seu cartão Walmart Itaucard

Acessórios de Tecnologia > Periféricos de Informática > Proteção Elétrica

Intelbras  
Nobreak 720va 7ah 220v Xnb 720 Intelbras

★★★★★ Seja o primeiro a avaliar

Quantidade: - 1 +

CEP: CEP

Vendido e entregue por:

em estoque  **R\$388,58**  
6x de R\$64,76 sem juros

PT 15:33 27/07/2017



# Receita Federal

## PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

**A Secretaria da Receita Federal do Brasil garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001**

### Histórico de atividades sobre o documento:

Documento assinado digitalmente por:

**EUCLIDES SCHLOTTFELDT FAGUNDES em 23/08/2017, FABIO COIMBRA MIRANDA em 23/08/2017, NILTON COSTA SIMOES em 23/08/2017.**

Confira o documento original pelo Smartphone conectado à Internet:



Dúvida? Acesse

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/qrcode.xhtml>

Confira o documento original pela Internet:

a) Acesse o endereço:

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>

b) Digite o número abaixo ou leia o código de barras a seguir:



AP23.0817.12095.0469

**Código Hash obtido através do algoritmo SHA-256:**

wnMrQ/UR0g31BSRtjF0tKHHvG1HtpMgtB4dGjy9VwA=

**Anexo II - ANEXO II DO ETP - PORTARIA COPOL Nº  
24896, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.pdf**



**PORTARIA COPOL Nº 24896, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Publicado(a) no Boletim de Serviço da RFB de 30/12/2020, seção 1, página 23)

Estabelece diretrizes e parâmetros institucionais uniformes para a gestão de recursos orçamentários relativos aos serviços de vigilância no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

**Histórico de alterações**

(Alterado(a) pelo(a) Portaria Copol nº 1473, de 16 de fevereiro de 2022)

(Alterado(a) pelo(a) Portaria Copol nº 3903, de 05 de maio de 2022)

O COORDENADOR-GERAL DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, V, VI e IX do art. 168 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020,

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer diretrizes e parâmetros uniformes para a gestão de recursos orçamentários relativos aos serviços de vigilância no âmbito das unidades descentralizadas da Secretarias Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Art. 2º A disponibilização de recursos orçamentários relativos aos serviços de vigilância contratados por Unidades da RFB observará as diretrizes e parâmetros qualitativos e quantitativos definidos nesta Portaria, assim consideradas:

I - Unidades de Atendimento: Unidades definidas como Agências da Receita Federal do Brasil (ARF), Postos de Atendimento da Receita Federal do Brasil (Posto) e Centros de Atendimento ao Contribuinte (CAC) estabelecidos em unidades exclusivas e distintas de suas Delegacias.

II - Unidades Aduaneiras: Unidades que exercem atividades aduaneiras ou Unidades que possuam Depósito de Mercadorias Apreendidas (DMA) administrado pela RFB.

III - Demais Unidades: Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF), Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) e Delegacias Especializadas não enquadradas no inciso II.

§ 1º Compreende-se por DMA administrado pela RFB a instalação em que o controle físico das mercadorias apreendidas está sob a responsabilidade de servidor, ainda que haja contratação de mão de obra terceirizada de apoio para movimentação e manuseio.

§ 2º As Agências da Receita Federal do Brasil que até o Regimento Interno anterior eram consideradas DRF poderão ser enquadradas, para fins desta Portaria, no inciso III do caput.

§ 3º As definições constantes dos incisos I a III do caput tem validade exclusivamente para os efeitos desta Portaria.



Art. 3º Considera-se vigilância patrimonial, para os efeitos desta Portaria, a atividade exercida dentro dos limites dos estabelecimentos das unidades da RFB com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio.

Art. 4º Os tipos de serviços de vigilância a serem contratados pelas unidades serão definidos a partir do Grau de Risco calculado para a respectiva unidade, conforme Tabela 1 do Anexo Único.

§1º Para as Unidades de Atendimento, o quantitativo de postos dependerá da combinação do Grau de Risco calculado para a unidade e da Taxa de Homicídio definida para a região de localização geográfica da unidade, conforme constante da Tabela 2 do Anexo Único.

Art. 5º O Grau de Risco da unidade será definido a partir da pontuação total aferida, tendo em vista as pontuações definidas para os seguintes fatores, conforme definidos nas Tabelas do Anexo Único:

- I – Área total construída do Imóvel, em metros quadrados (m²), conforme Tabela 3;
- II – Quantidade de acessos do imóvel, conforme definido Tabela 4;
- III – Localização geográfica do imóvel em Região Metropolitana, conforme Tabela 5;
- IV – Quantidade de Atendimentos diários da unidade, conforme Tabela 6;
- V – Quantidades de ambientes de atendimento da unidade, conforme Tabela 7;
- VI- Valor patrimonial da unidade, conforme Tabela 8;

Art. 6º A quantidade de postos diurnos 44 horas para as Unidades de Atendimento enquadradas na tabela 2 do Anexo Único, para as Unidades Aduaneiras e para as Demais Unidades será determinada pelo número de acessos do imóvel, limitado a 2 (dois).

§ 1º Ao quantitativo previsto no caput será acrescido 1 (um) posto caso haja atendimentos a contribuintes em mais de 1 (um) andar, exceto o andar térreo, cujos postos são definidos pela quantidade de acessos.

§ 2º Poderá ser acrescido 1 (um) posto para área edificada maior que 3.000 m² (três mil metros quadrados) ou 1 (um) posto para Unidades de Atendimento com mais de 300 (trezentos) atendimentos diários.

~~§ 3º Poderá ser acrescido de 1 (um) posto noturno 12x36 para Unidades localizadas em cidades com mais de 100 (cem) mil habitantes, exceto para as Unidades de Atendimento.~~

§ 3º Poderá ser acrescido de (1) um posto noturno 12x36 para unidades localizadas em cidades com mais de 100 (cem) mil habitantes, exceto para as Unidades de Atendimento e Unidades Aduaneiras de que tratam, respectivamente, os incisos I e II do Art. 2º. [\(Redação dada pelo\(a\) Portaria Copol nº 3903, de 05 de maio de 2022\)](#)

§ 4º A quantidade de postos diurnos 44 horas para as Unidades de Atendimento deverá atender os critérios estabelecidos na Tabela 2 do Anexo Único.

§ 5º Os acessos utilizados apenas para entrada ou saída de veículos particulares deverão ser atendidos por postos de porteiro.

Art. 7º As Unidades Aduaneiras terão a quantidade de postos diurnos 44 horas conforme previsto no artigo 6º e, adicionalmente, poderão contratar 1 (um) posto de vigilância noturno.

Art. 8º Para os Depósitos de Mercadorias Apreendidas (DMA) administrado pela RFB, poderão ser contratados os seguintes postos de vigilância 12h x 36h:

I - 1 (um) posto diurno e 1 (um) posto noturno, para DMA com área menor que 3.000 m² (três mil metros quadrados).

II - 2 (dois) postos diurnos e 2 (dois) postos noturnos, para DMA com área maior ou igual a 3.000 m² (três mil metros quadrados).



§ 1º Para fins deste artigo, considera-se DMA, a área, edificada ou não, destinada à guarda de mercadorias e/ou veículos apreendidos, localizada:

I – em endereço diferente de imóvel da Unidade ou;

II – no mesmo endereço de imóvel da Unidade, desde que com acesso independente ou com área específica superior a 500 m2 (quinhentos metros quadrados) exclusiva para guarda de veículos apreendidos.

§ 2º Para fins de definição do quantitativo de postos de vigilância noturnos de que trata o inciso II do caput, considera-se a área edificada de imóvel da Unidade, quando este for superior à área do DMA localizado no mesmo endereço nos termos do inciso II do § 1º.

§ 3º A contratação do posto noturno de que trata o art. 7º não se aplica à Unidade que possua DMA localizado no mesmo endereço nos termos do inciso II do § 1º deste artigo.

Art. 9º Os parâmetros de uniformização de que trata esta Portaria não se aplicam aos Recintos Alfandegados, Pontos de Fronteira Alfandegados e Áreas de Controle Integrado (ACI) administrados pela RFB, cuja quantidade de postos de trabalho de vigilância será definida pela respectiva Unidade, de acordo com a necessidade de atendimento às atividades de controle e fiscalização sobre o comércio exterior exercidas nas respectivas instalações.

~~Art. 10. As Unidades poderão contratar postos de categorias diferentes do estabelecido nesta Portaria, desde que observados os limites orçamentários definidos de acordo com as regras desta Portaria, e respeitadas eventuais restrições orçamentárias.~~

Art. 10 Observados os limites orçamentários mensurados a partir dos quantitativos de postos definidos com base nos critérios estabelecidos nesta Portaria, as Unidades Gestoras poderão aumentar ou reduzir os quantitativos de postos contratados relativos a determinada categoria. [\(Redação dada pelo\(a\) Portaria Copol nº 1473, de 16 de fevereiro de 2022\)](#)

§ 1º. Poderão ser contratados postos de categorias diferentes dos estabelecidos nesta Portaria, com utilização parcial dos limites orçamentários previstos no caput. [\(Incluído\(a\) pelo\(a\) Portaria Copol nº 1473, de 16 de fevereiro de 2022\)](#)

§ 2º Os recursos orçamentários necessários às contratações de que trata o parágrafo 1º reduzirão os limites estabelecidos no caput e serão alocados na Despesa Gerencial de Custeio Regional da respectiva Região Fiscal. [\(Incluído\(a\) pelo\(a\) Portaria Copol nº 1473, de 16 de fevereiro de 2022\)](#)

~~Art. 11. As unidades que apresentem necessidades de contratação de serviços de vigilância fora dos parâmetros estabelecidos por esta portaria poderão submeter pedido fundamentado à apreciação da Coordenação de Programação e Logística (Copol) para análise e decisão.~~

Art. 11 As unidades que apresentem necessidades de contratação de serviços de vigilância acima dos limites orçamentários estabelecidos por esta Portaria, poderão submeter pedido fundamentado à apreciação da Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol), para análise e decisão. [\(Redação dada pelo\(a\) Portaria Copol nº 1473, de 16 de fevereiro de 2022\)](#)

Art. 12. Preferencialmente, serão contratados postos de vigilância não armada.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

ONÁSSIS SIMÕES DA LUZ

ANEXO I

[Anexo I.pdf](#)

## ANEXO I

Tabela 1

pontuação por Grau de Risco, de acordo com a seguinte tabela:

Pontuação por grau de risco	Grau de risco	Serviço de Vigilância a ser utilizado
Até 13	1	ARF: Eletrônica Mínima, sem Vigilância Orgânica
		Demais Unidades: Eletrônica Mínima, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 6º desta Portaria.
De 14 a 29	2	Eletrônica Média, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 6º desta Portaria.
De 30 a 34	3	Eletrônica Máxima, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 6º desta Portaria.

1. Vigilância Eletrônica Mínima: corresponde ao Circuito Fechado de TV (CFTV) com gravação local e alarme com sistema de presença;

2. Vigilância Eletrônica Média: corresponde ao CFTV com monitoramento na empresa e alarme com sistema de presença;

3. Vigilância Eletrônica Máxima: corresponde ao CFTV com monitoramento na empresa, apoio local e alarme com sistema de presença.

4. A contratação de vigilância eletrônica atenderá ao disposto na Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 18, de 23 de agosto de 2017

Tabela 2 – Unidades de Atendimento – Aplicável a Taxa de Homicídio da região de localização geográfica da unidade.

	Taxa de Homicídio		
Grau de Risco	<40 Caso 1	≥40, <82,8 Caso 2	≥82,8 Caso 3
1	0	1 posto de porteiro	1 posto de porteiro
≥2	1 posto de porteiro	1 posto de porteiro	2 vigilantes 44h

Taxa de Homicídio de acordo com o Índice de Criminalidade do município, definido no Atlas da Violência, publicado anualmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Tabela 3 – Área total construída do Imóvel

Área do Imóvel	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
Até 750	1	1	1
De 751 a 1500	2	1	2
De 1501 a 3000	3	1	3
Acima de 3000	4	1	4

Tabela 4 – Quantidades de acessos ao imóvel

Quantidade de acessos	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
1	1	2	2
2	2	2	4

Acima de 2	4	2	8
------------	---	---	---

Definições:

- acessos do imóvel são os locais de entrada/saída de contribuintes, servidores e veículos, considerados apenas os acessos à área edificada, de livre movimentação durante o horário de funcionamento da unidade, sendo excluídos da contagem aqueles que não sejam efetivamente utilizados;
- locais de entrada/saída próximos um ao outro e que possam ser visualmente cobertos por 1 (um) vigilante serão considerados 1 (um) acesso;

Tabela 5 – Localização em Região Metropolitana

Localização	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
Região Metropolitana	3	2	6

Definições:

- Região Metropolitana é a região estabelecida por legislação estadual e constituída por agrupamentos de municípios limítrofes (que fazem fronteiras), com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum;
- A unidade deverá estar localizada em algum dos municípios indicados por legislação na Região Metropolitana para ser atribuída a pontuação;

Tabela 6 – Quantidades de atendimentos diários da unidade

Quantidade de atendimentos/dia	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
Até 50	1	1	1
De 51 a 200	2	1	2
De 201 a 300	3	1	3
Acima de 300	4	1	4

Definições:

- quantidade média de atendimentos realizados no período de 1 (um) dia pelo Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC), de acordo com o Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento (SAGA);

Tabela 7 – Quantidade de ambientes de atendimentos do imóvel

Quantidade de ambientes	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
1	1	1	1
2	2	1	2
3	3	1	3
Acima de 3	4	1	4

Definições:

- indica a quantidade de ambientes de atendimento ou de pavimentos onde são realizados os atendimentos aos contribuintes pela unidade.

Tabela 8 – Valor Patrimonial do imóvel da unidade

Valor Patrimonial	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
-------------------	--------	------------	-----------------

Até R\$ 1.000.000,00	1	2	2
De R\$ 1.000.000,01 a R\$ 2.000.000,00	2	2	4
De R\$ 2.000.000,01 a R\$ 3.000.000,00	3	2	6
Acima de R\$ 3.000.000,01	4	2	8

**Definições:**

- refere-se ao valor do imóvel, conforme registrado no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS).

**Anexo III - ANEXO III DO ETP - IMR.pdf**

**ANEXO III DO ETP - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO****RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS**

<b>OCORRÊNCIA 01</b>	DESCRIÇÃO: Não observar a periodicidade e o modo de execução dos serviços de vigilância orgânica, conforme estabelecido no TR.
<b>OCORRÊNCIA 02</b>	DESCRIÇÃO: Não observar a periodicidade e o modo de execução dos serviços de vigilância monitorada, conforme estabelecido no TR.
<b>OCORRÊNCIA 03</b>	DESCRIÇÃO: Não emitir relatório de assistência prestada tanto na manutenção corretiva, quanto na preventiva.
<b>OCORRÊNCIA 04</b>	DESCRIÇÃO: Não manter as condições de habilitação.
<b>OCORRÊNCIA 05</b>	DESCRIÇÃO: Não cumprir determinações e notificações da Contratante.
<b>OCORRÊNCIA 06</b>	DESCRIÇÃO: Não registrar fatos ou situações no livro de ocorrências.
<b>OCORRÊNCIA 07</b>	DESCRIÇÃO: Substituir funcionários sem a anuência prévia da CONTRATANTE.
<b>OCORRÊNCIA 08</b>	DESCRIÇÃO: Não comunicar imediatamente à CONTRATANTE sempre que houver sinistro de qualquer natureza.
<b>OCORRÊNCIA 09</b>	DESCRIÇÃO: Não efetuar o pagamento de salários e demais verbas trabalhistas, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas relacionadas à execução do contrato.

<b>OCORRÊNCIA 10</b>	DESCRIÇÃO: Atrasar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-alimentação e demais verbas trabalhistas (férias, décimo-terceiro, rescisões), encargos sociais e fiscais.
<b>OCORRÊNCIA 11</b>	DESCRIÇÃO: Não registrar e controlar assiduidade e pontualidade dos empregados, permitindo atraso na chegada ou antecipação na saída.
<b>OCORRÊNCIA 12</b>	DESCRIÇÃO: Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
<b>OCORRÊNCIA 13</b>	DESCRIÇÃO: Suspender ou interromper o serviço por dia, salvo por motivo de força maior.
<b>OCORRÊNCIA 14</b>	DESCRIÇÃO: Permitir a presença de vigilante sem uniforme, em condições inapropriadas de apresentação ou sem crachá de identificação.
<b>OCORRÊNCIA 15</b>	DESCRIÇÃO: Não zelar pelas instalações do órgão.
<b>OCORRÊNCIA 16</b>	DESCRIÇÃO: Não envio de apoio tático quando for constatada violação.
<b>OCORRÊNCIA 17</b>	DESCRIÇÃO: : Entregar documentação referente à contratação de funcionários após o início da prestação de serviço. Também pode ocorrer nas substituições, onde todos os documentos precisam ser enviados antes da prestação de serviço por novo colaborador.

## MENSURAÇÃO

<b>1. Relatório individual da Avaliação dos Serviços</b>	<b>Data da ocorrência,</b> <b>Tipo de ocorrência,</b> <b>Especificação da ocorrência</b> <b>Responsável pela ocorrência</b>
<b>2. Relatório Mensal</b>	<b>Quantidade Total de ocorrências, conforme cálculo abaixo</b>

<b>Número de ocorrências/mês Faixa IMR</b>	<b>*Percentual de atingimento da meta (%)</b>	<b>Fator INS (desconto)</b>	<b>Valor a Pagar</b>
<b>0 a 2</b>	<b>100%</b>		
<b>3 a 4</b>	<b>97,50%</b>		
<b>5 a 6</b>	<b>95%</b>		
<b>7 ou mais</b>	<b>90%</b>		

**\* Para efeito remuneratório- Percentual do valor contratado a ser faturado= VALOR DO PAGAMENTO**

## MODELO DE RELATÓRIO POR OCORRÊNCIA

<b>Empresa:</b>	
<b>CNPJ</b>	
<b>Pregão eletrônico</b>	
<b>Contrato</b>	
<b>Processo Administrativo</b>	
<b>Mês de Referência</b>	
<b>OCORRÊNCIAS</b>	
<b>Ocorrência</b>	<b>Nº</b>
<b>Descrição</b>	
<b>Data da Ocorrência</b>	
<b>Descrição Sintética</b>	
<b>Observações</b>	
<b>Assinatura</b>	



**Anexo IV - ANEXO IV DO ETP - ENDEREÇOS  
VIGILÂNCIA ORGÂNICA.pdf**

	ANEXO IV - ENDEREÇOS VIGILÂNCIA ORGÂNICA	
	LOCAL	Endereço
1	ALF/Foz do Iguaçu – Sede e CAC	Av. Paraná, 2845 - Monjolo PR
2	ALF/Foz do Iguaçu - DMA 1 e 2, Destruição, Centro Recepção DIREP	Av. Paraná, 2845 - Monjolo PR
3	ALF/Foz do Iguaçu – DIREP Fiscalização, DIREP P4, Estande de tiro, Garagem Setrans	Av. Paraná, 2845 - Monjolo PR
4	ALF/Foz do Iguaçu – Assefaz 1 e 2	Av. Paraná, 2845 - Monjolo PR
5	ALF/Foz do Iguaçu - PCVA - Pátio de Custódia de Veículos Apreendidos	Av. José Maria de Brito, 2985 - Jardim das Nações PR
6	ALF/Foz do Iguaçu - Ponte Internacional da Amizade - PIA	BR 277, Km 734, s/n - Vila Portes PR
7	ALF/Foz do Iguaçu – Ponte Tancredo Neves - PTN	Av. Mercosul, s/n - Jardim Veraneio PR
8	IRF/Guaíra + DMA	Rua Castro Alves, 359 - Centro PR
9	IRF/Guaíra - Porto Lacustre de Sete Quedas	Rua Bandeirantes, s/nº- Porto Lacustre de Sete Quedas PR
10	DRF/Cascavel - Sede	Rua Rio Grande do Sul, 1289 - Centro PR
11	DRF/Cascavel - Galpão Anexo	R. Visconde de Guarapuava, 1724 - Centro PR
12	DRF/Cascavel - DMA – Depósito de Mercadorias Apreendidas	Rua Galibis, 213 - Parque Santo Onofre PR
13	DRF/Cascavel – Ferroeste – Porto Seco	Rod. BR 277, km 576 - Pátio Ferroeste - Centralito PR
14	ARF/S. Antônio do Sudoeste	Av. Ramalho Piva, 78 - Entre Rios PR
15	IRF/Capanema	Rua Padre Cirilo, 212 - Centro PR
16	IRF/Capanema - Ponte	Rod. PR 281, km 01 - Porto Moisés Lupion PR
17	ALF/Curitiba – DMA	Rua Gustavo Rattman, 121 Bairro Bacacheri PR
18	ALF/Curitiba – PVA/São José dos Pinhais	Rua Cruz Machado, 350, S. José dos Pinhais, PR
19	DIREP - CURITIBA	André de Barros 398 - Centro PR
20	SRRF09 - Curitiba - PVA	Marechal Floriano Peixoto, 3401 - Centro PR
21	SRRF09 - Curitiba - Depósito e Almoxarifado	Rua Francisco Rocha, 1091 - Bigorilho PR
22	SRRF 09 RF -NUPAT	Rua XV de Novembro, 608, Centro, Curitiba-PR
23	ALF/Paranaguá - Sede	Av. Coronel José Lobo, 2.300 - Oceania PR
24	ALF/Paranaguá - DMA – Depósito de Mercadorias Apreendidas	Rua Professor Cleto, 2.450 – Alto São Sebastião PR
25	DRF/Ponta Grossa - Sede	Av. Visconde de Taunay, 1051, Centro/Ponta Grossa/PR
26	DRF/Ponta Grossa - DMA – Depósito de Mercadorias	Rua Marquês do Paraná, 767, Ponta Grossa/PR
27	DRF/Ponta Grossa – DMA – Depósito de Mercadorias e Veículos	Rua Marquês do Paraná, esquina com a República do Panamá, Ponta Grossa/PR
28	DRF/Londrina - Sede	Rua Brasil, 865 - Centro PR
29	DRF/Londrina - Terreno	Rua Alagoas, s/nº, Centro PR
30	DRF/Londrina - DMA – Depósito de Mercadorias Apreendidas	Rua Amélio Riskallah Abib Tauil, 1427 - Parque das Indústrias Leves PR
31	DRF/Maringá	Rua XV de Novembro, 527 - Centro PR
32	DRF/Maringá – DMA 1 – Depósito de Mercadorias Apreendidas	Av. Governador Bento Munhoz da Rocha, 454 - Zona 7 PR
33	DRF/Maringá – DMA 2 – Depósito de Mercadorias Apreendidas	Av. Colombo, 8987 - Zona 6 PR
34	DRF/Florianópolis - sede	Rua Claudino Bento da Silva, 11 – Centro SC
35	ALF/FNS – DMA/São José - Depósito de Mercadorias Apreendidas	Rua Pedro Costa de Castro S/N – BR 101 – Roçado – São José, SC
36	DRF/Blumenau	Rua Namy Deeke, 40 - Centro SC
37	ALF/Itajaí - Casarão Malburg	Rua Dr. Pedro Ferreira, 34 - Centro SC
38	ALF/Itajaí - Anexo	Rua Dr. Pedro Ferreira, 34 - Centro SC
39	ALF/Itajaí - DMA - Depósito de Mercadorias Apreendidas	Rua Blumenau, 1774 - Barra do Rio SC
40	DRF/Joaçaba	Rua Getúlio Vargas, nº 345 - Centro SC
41	DRF/Joaçaba – DMA - Depósito de Mercadorias Apreendidas	Rua Vereador Hamilton Antônio Rossin, s/n - Clara Adélia SC
42	ALF/São Francisco do Sul	Rua Fernandes Dias, 71 - Centro SC
43	DRF/Joinville - Sede	Rua Prefeito Helmuth Fallgatter, 221 - Boa Vista SC
44	DRF/Joinville – PVA - Pátio de Veículos Apreendidos	* a definir
45	ALF/Dionísio Cerqueira - Sede + DMA	Rua República Argentina, 140 - Centro SC
46	ALF/Dionísio Cerqueira - Aduana Turismo	Rua República Argentina, s/n - Centro SC
47	ALF/Dionísio Cerqueira – ACI Cargas	Rodovia BR 163, 3500 - Centro, Dionísio Cerqueira/SC

**Anexo V - ANEXO V DO ETP - ENDEREÇOS E  
DESCRIÇÕES - VIGILÂNCIA ELETRÔNICA.pdf**

ANEXO V - ENDEREÇOS E DESCRIÇÕES - VIGILÂNCIA ELETRÔNICA						
	LOCAL	Área (m²)	Tipo	Porte	Nível	Endereço
1	ALF/Foz do Iguaçu – Sede e CAC	5.986,70	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	Médio	Av. Paraná, 2845 - Monjolo PR
		195,92				
2	ALF/Foz do Iguaçu - DMA 1 e 2, Destruição, Centro Recepção DIREP	5.888,91	Depósito	Grande (> 4.000 m²)	Médio	Av. Paraná, 2845 - Monjolo PR
		2.934,75				
		428,24				
		464,21				
3	ALF/Foz do Iguaçu – DIREP Fiscalização, DIREP P4, Estande de tiro, Garagem Setrans	970,2	Depósito	Grande (> 4.000 m²)	Médio	Av. Paraná, 2845 - Monjolo PR
		5.336,89				
		469,26				
		742,26				
4	ALF/Foz do Iguaçu – Assefaz 1 e 2	397,55	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Médio	Av. Paraná, 2845 - Monjolo PR
		634,54				
5	ALF/Foz do Iguaçu - PCVA - Pátio de Custódia de Veículos Apreendidos	77	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Médio	Av. José Maria de Brito, 2985 - Jardim das Nações PR
6	ALF/Foz do Iguaçu - Ponte Internacional da Amizade - PIA	2.713,34	Depósito	Grande (> 4.000 m²)	Médio	BR 277, Km 734, s/n - Vila Portes PR
		214,85				
		268,14				
		5.425,89				
		3.295,03				
		5.595,39				
7	ALF/Foz do Iguaçu – Ponte Tancredo Neves - PTN	1.208,20	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Médio	Av. Mercosul, s/n - Jardim Veraneio PR
8	IRF/Guaíra + DMA	804,07	Depósito	Pequeno (<= 4.000 m²)	Médio	Rua Castro Alves, 359 - Centro PR
9	IRF/Guaíra - Porto Lacustre de Sete Quedas	4.200,00	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	Médio	R. Bandeirantes, s/n Porto Lacustre de Sete Quedas PR
10	IRF/Santa Helena	525,56	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Médio	Av. Brasil, 1.481 – Centro PR
11	DRF/Cascavel - Sede	2.800,00	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	Médio	Rua Rio Grande do Sul, 1289 - Centro PR
12	DRF/Cascavel - Galpão Anexo	1.020,00	Depósito	Pequeno (<= 4.000 m²)	Médio	R. Visconde de Guarapuava, 1724 - Centro PR
13	DRF/Cascavel - DMA – Depósito de Mercadorias Apreendidas	6.032,00	Depósito	Grande (> 4.000 m²)	Médio	Rua Galibis, 213 - Parque Santo Onofre PR
14	DRF/Cascavel – Ferroeste – Porto Seco	9.523,00	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	Médio	Rod. BR 277, km 576 - Pátio Ferroeste - Centralito PR
15	ARF/Francisco Beltrão	376	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Mínimo	Rua Otaviano Teixeira Santos, 1.111 - Centro PR
16	ARF/Pato Branco	422	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Mínimo	Rua Aymoré, 389 – Centro PR

17	<b>ARF/Toledo</b>	337	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Mínimo	Rua Rui Barbosa, 2510 – Centro PR
18	<b>ARF/S. Antônio do Sudoeste</b>	1.438,76	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Mínimo	Av. Ramalho Piva, 78 - Entre Rios PR
19	<b>IRF/Capanema</b>	844,02	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Mínimo	Rua Padre Cirilo, 212 - Centro PR
20	<b>IRF/Capanema - Ponte</b>	294	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Mínimo	Rod. PR 281, km 01 - Porto Moisés Lupion PR
21	<b>ALF/Curitiba – DMA</b>	2.000,00	Depósito	Pequeno (<= 4.000 m²)	Médio	Rua Gustavo Rattman, 121 Bairro Bacacheri PR
22	<b>ALF/Curitiba – PVA/São José dos Pinhais</b>	8.000,00	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	Médio	Rua Cruz Machado, 350, S. José dos Pinhais, PR
23	<b>DIREP - CURITIBA</b>	2.760,00	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	Médio	André de Barros 398 - Centro PR
24	<b>SRRF09 - Curitiba - PVA</b>	27.636,61	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	Médio	Marechal Floriano Peixoto, 3401 - Centro PR
25	<b>SRRF09 - Curitiba - Depósito e Almoxarifado</b>	312	Depósito	Pequeno (<= 4.000 m²)	Médio	Rua Francisco Rocha, 1091 - Bigorilho PR
26	<b>SRRF 09 RF - CEOAR - Centro de Operações Aéreas CURITIBA</b>	1.252,45	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Médio	Rua Cícero Jaime Bley, s/n - Hangar 23 do Aeroporto Bacacheri PR
27	<b>ALF/Paranaguá - Sede</b>	2.973,00	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	Médio	Av. Coronel José Lobo, 2.300 - Oceania PR
28	<b>ALF/Paranaguá - DMA – Depósito de Mercadorias Apreendidas</b>	16.742,00	Depósito	Grande (> 4.000 m²)	Médio	Rua Professor Cleto, 2.450 – Alto São Sebastião PR
29	<b>DRF/Ponta Grossa - Sede</b>	3.934,00	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	Médio	Av. Visconde de Taunay, 1051, Centro/Ponta Grossa/PR
30	<b>DRF/Ponta Grossa - DMA – Depósito de Mercadorias</b>	1.196,70	Depósito	Pequeno (<= 4.000 m²)	Médio	Rua Marquês do Paraná, 767, Ponta Grossa/PR
31	<b>DRF/Ponta Grossa – DMA – Depósito de Mercadorias e Veículos</b>	2.178,00	Depósito	Pequeno (<= 4.000 m²)	Médio	Rua Marquês do Paraná, esquina com a República do Panamá, Ponta Grossa/PR
32	<b>DRF/Londrina - Sede</b>	4.500,00	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	Médio	Rua Brasil, 865 - Centro PR
33	<b>DRF/Londrina - Terreno</b>	3.937,50	Depósito	Pequeno (<= 4.000 m²)	Médio	Rua Alagoas, s/nº, Centro PR
34	<b>DRF/Londrina - DMA – Depósito de Mercadorias Apreendidas</b>	5.650,18	Depósito	Grande (> 4.000 m²)	Médio	Rua Amélio Riskallah Abib Taill, 1427 - Parque das Indústrias Leves PR
35	<b>ARF/Apucarana</b>	459	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Médio	Rua Ponta Grossa, 1274 – Centro PR
36	<b>DRF/Maringá</b>	4.978,54	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	Médio	Rua XV de Novembro, 527 - Centro PR

37	<b>DRF/Maringá – DMA 1 – Depósito de Mercadorias Apreendidas</b>	1.186,23	Depósito	Pequeno (<= 4.000 m²)	Médio	Av. Governador Bento Munhoz da Rocha, 454 - Zona 7 PR
38	<b>DRF/Maringá – DMA 2 – Depósito de Mercadorias Apreendidas</b>	19.937,10	Depósito	Grande (> 4.000 m²)	Médio	Av. Colombo, 8987 - Zona 6 PR
39	<b>ARF/Paranavaí</b>	591,82	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Mínimo	Av. Heitor Alencar Furtado, 4.047 PR
40	<b>ARF/Umuarama</b>	594,62	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Médio	Avenida Rio Branco, nº 4.097, Umuarama/PR
41	<b>DRF/Florianópolis - sede</b>	8.925,00	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	<b>Máximo</b>	Rua Claudino Bento da Silva, 11 – Centro SC
42	<b>ALF/FNS – DMA/São José - Depósito de Mercadorias Apreendidas</b>	3.500,00	Depósito	Pequeno (<= 4.000 m²)	Médio	Rua Pedro Costa de Castro, 3.839 – Roçado – marginal da BR 101 SC
43	<b>ARF/Criciúma</b>	312,68	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Mínimo	Rua Desembargador Pedro Silva, 180 – Centro SC
44	<b>ARF/Lages</b>	304,78	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Médio	Rua Francisco de Paula Ramos, 158 - 3º andar - Coral SC
45	<b>IRF/Imbituba</b>	700	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Mínimo	Rua João Rimsa, 490 – Centro SC
46	<b>DRF/Blumenau</b>	2.299,62	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	Médio	Rua Namy Deeke, 40 - Centro SC
47	<b>ARF/Brusque</b>	357,76	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Médio	Rua Rodrigues Alves, 130 – Centro SC
48	<b>ALF/Itajaí - Casarão Malburg</b>	918	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Médio	Rua Dr. Pedro Ferreira, 34 - Centro SC
49	<b>ALF/Itajaí - Anexo</b>	2.010,00	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	Médio	Rua Dr. Pedro Ferreira, 34 - Centro SC
50	<b>ALF/Itajaí - DMA - Depósito de Mercadorias Apreendidas</b>	2.046,00	Depósito	Pequeno (<= 4.000 m²)	Médio	Rua Blumenau, 1774 - Barra do Rio SC
51	<b>DRF/Joaçaba</b>	2.650,00	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	Médio	Rua Getúlio Vargas, nº 345 - Centro SC
52	<b>DRF/Joaçaba – DMA - Depósito de Mercadorias Apreendidas</b>	10.000,00	Depósito	Grande (> 4.000 m²)	Médio	Rua Vereador Hamilton Antônio Rossin, s/n - Clara Adélia SC
53	<b>ARF/Chapecó</b>	1.500,00	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Médio	Rua Uruguai, 373-E, Chapecó, Centro SC
54	<b>ALF/São Francisco do Sul</b>	1.100,00	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Médio	Rua Fernandes Dias, 71 - Centro SC
55	<b>DRF/Joinville - Sede</b>	7.104,58	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	<b>Máximo</b>	Rua Prefeito Helmuth Fallgatter, 221 - Boa Vista SC
56	<b>ARF/Mafra</b>	262,32	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Mínimo	Av. Prefeito Frederico Heyse, 74 – Centro SC
57	<b>ALF/Dionísio Cerqueira – Sede + DMA</b>	1.433,00	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Médio	Rua República Argentina, 140 - Centro SC

58	<b>ALF/Dionísio Cerqueira - Aduana Turismo</b>	802,16	Escritório	Pequeno (<= 2.000 m²)	Mínimo	Rua República Argentina, s/n - Centro SC
59	<b>ALF/Dionísio Cerqueira – ACI Cargas</b>	2.639,48	Escritório	Grande (> 2.000 m²)	Médio	Rua Silveira Martins, S/N BR 163, Km 0 - CentroSC

**Anexo VI - ANEXO VI DO ETP - RELAÇÃO DOS  
EQUIPAMENTOS.pdf**



# ANEXO VI ETP - VIGILÂNCIA ELETRÔNICA MONITORADA

Relação de equipamentos e materiais, tendo como base a Nota Técnica 18/2017 e ajustadas para atender às Unidades

ESCRITÓRIO	Porte	Descrição	Quant.
		ALARME	
Pequeno (<= 2.000 m²)		Central de Alarme (18+24)	1
		Teclado	1
		Sensor com fio, magnético, de sobrepor, para janelas e portas	15
		Sensor sem fio, de abertura de portas e janelas	14
		Sensor de presença IR	10
		Sirene compacta de alta potência	3
		Bateria de 12V, 6 Ah	1
		Módulo Ethernet GPRS	1
		Receptor de Rádio Frequência para dispositivos sem fio	1
		Cabo UTP cat. 5 ou cat. 6; metros (quantidade estimada)	50
		Cabo elétrico flexível; metros (quantidade estimada)	500
		CFTV	
		Câmera Bullet Externa 1080p (1920 x 1080 pixels)	8
		Câmera Dome Interna 720p	8
		Balun Monocanal	16
		Balun 8 ou 16 Canal	1
		Bateria de 12V, 6 Ah	1
		Gravador de imagens - DVR 16 canais	1
		Hd interno	1
		Monitor LCD/LED 18,5"	1
		Nobreak 720 VA	1
		Cabo UTP cat. 5 ou cat. 6; metros (quantidade estimada)	500
		Link de internet (minimo 200 Mbps)	1

ESCRITÓRIO	Porte	Descrição	Quant.
		ALARME	
Grande (> 2.000 m²)		Central de Alarme (64+48)	1
		Teclado	1
		Sensor com fio, magnético, de sobrepor, para janelas e portas	64
		Sensor sem fio, de abertura de portas e janelas	24
		Sensor de presença IR	24
		Sensor de barreira 2 feixes	2
		Sirene compacta de alta potência	5
		Bateria de 12V, 6 Ah	1
		Módulo Ethernet GPRS	1
		Receptor de Rádio Frequência para dispositivos sem fio	1
		Cabo UTP cat. 5 ou cat. 6; metros (quantidade estimada)	100
		Cabo elétrico flexível; metros (quantidade estimada)	1.000
		CFTV	
		Câmera Bullet Externa 1080p (1920 x 1080 pixels)	24
		Câmera Dome Interna 720p	24
		Balun Monocanal	48
		Balun 8 ou 16 Canal	3
		Bateria de 12V, 6 Ah	3
		Gravador de imagens - DVR 16 canais	3
		Hd interno	3

	Monitor LCD/LED 18,5"	1
	Nobreak 720 VA	1
	Cabo UTP cat. 5 ou cat. 6; metros (quantidade estimada)	1000
	Link de internet (minimo 400 Mbps)	1

	Porte	Descrição	Quant.
DEPÓSITO	Pequeno (<= 4.000 m²)	<b>ALARME</b>	
		Central de Alarme (18+24)	1
		Teclado	1
		Sensor com fio, magnético, de sobrepor, para janelas e portas	15
		Sensor sem fio, de abertura de portas e janelas	14
		Sensor de presença IR	10
		Sirene compacta de alta potência	3
		Bateria de 12V, 6 Ah	1
		Módulo Ethernet GPRS	1
		Receptor de Rádio Frequência para dispositivos sem fio	1
		Cabo UTP cat. 5 ou cat. 6; metros (quantidade estimada)	80
		Cabo elétrico flexível; metros (quantidade estimada)	1.000
		<b>CFTV</b>	
		Câmera Bullet Externa 1080p (1920 x 1080 pixels)	12
		Câmera Dome Interna 720p	12
		Balun Monocanal	24
		Balun 8 ou 16 Canal	2
		Bateria de 12V, 6 Ah	1
		Gravador de imagens - DVR 16 canais	2
		Hd interno	2
		Monitor LCD/LED 18,5"	1
		Nobreak 720 VA	1
		Cabo UTP cat. 5 ou cat. 6; metros (quantidade estimada)	1000
		Link de internet (minimo 200 Mbps)	1

	Porte	Descrição	Quant.
DEPÓSITO	Grande (> 4.000 m²)	<b>ALARME</b>	
		Central de Alarme (64+28)	1
		Teclado	1
		Sensor com fio, magnético, de sobrepor, para janelas e portas	64
		Sensor sem fio, de abertura de portas e janelas	24
		Sensor de presença IR	24
		Sensor de barreira 2 feixes	2
		Sirene compacta de alta potência	5
		Bateria de 12V, 6 Ah	1
		Módulo Ethernet GPRS	1
		Receptor de Rádio Frequência para dispositivos sem fio	1
		Cabo UTP cat. 5 ou cat. 6; metros (quantidade estimada)	120
		Cabo elétrico flexível; metros (quantidade estimada)	2.000
		<b>CFTV</b>	
		Câmera Bullet Externa 1080p (1920 x 1080 pixels)	32
		Câmera Dome Interna 720p	32
		Balun Monocanal	64
		Balun 8 ou 16 Canal	4
		Bateria de 12V, 6 Ah	2
		Gravador de imagens - DVR 16 canais	4
		Hd interno	4
		Monitor LCD/LED 18,5"	1
		Nobreak 720 VA	1
		Cabo UTP cat. 5 ou cat. 6; metros (quantidade estimada)	2000
		Link de internet (minimo 500 Mbps)	1

**Anexo VII - ANEXO VII DO ETP PLANILHA REGIONAL  
CONSOLIDADA.pdf**







NOME DO LÍDER	TÍTULO DO LÍDER	TÍTULO DO LÍDER	CATEGORIA DE LÍDER										VIGÊNCIA ANUAL										NOME DO LÍDER
			1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	10º ANO	11º ANO	12º ANO	13º ANO	14º ANO	15º ANO	16º ANO	17º ANO	18º ANO	19º ANO	20º ANO	
1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	10º ANO	11º ANO	12º ANO	13º ANO	14º ANO	15º ANO	16º ANO	17º ANO	18º ANO	19º ANO	20º ANO	21º ANO	22º ANO	23º ANO	24º ANO
25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48
49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72
73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144
145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168
169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192
193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216
217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240
241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264
265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288
289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312
313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336
337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360
361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384
385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408
409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432
433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456
457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480
481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504
505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528
529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552
553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576
577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600
601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624
625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648
649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672
673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696
697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720
721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744
745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768
769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792
793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816
817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840
841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864
865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888
889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912
913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936
937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960
961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984
985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008
1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032
1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056
1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080
1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100	1101	1102	1103	1104
1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128
1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152
1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176
1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200
1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224
1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248
1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272
1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296
1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320
1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341	1342	1343	1344
1345	1346	1347	1348	1349	1350	1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359	1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368
1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377	1378	1379	1380	1381	1382	1383	1384	1385	1386	1387	1388	1389	1390	1391	1392











**Anexo VIII - ANEXO VIII DO ETP - CONTATOS  
AGENDAMENTO.pdf**

ANEXO VIII - CONTATOS AGENDAMENTO					
VIGILÂNCIA ORGÂNICA					
CIDADES (Paraná)	CONTATO E-MAIL (Fiscal Administrativo e Suplentes)	CONTATO E-MAIL (Gestor(a) e Suplente)			
FOZ DO IGUAÇU	Sandro dos Santos Reis (sandro.reis@rfb.gov.br) Donizete Correa (donizete.correa@rfb.gov.br) Gabriel de Lima Triani (gabriel.triani@rfb.gov.br)	Alexandra Cristina Manhold Correa Rodrigues Alexandra.Rodrigues@rfb.gov.br Lennon Onofre Garcia Machado Lennon.Machado@rfb.gov.br			
CASCABEL					
TOLEDO					
FRANCISCO BELTRÃO					
PATO BRANCO					
CAPANEMA					
STOANTONIO DO SUDOESTE	Sandro dos Santos Reis (sandro.reis@rfb.gov.br) Donizete Correa (donizete.correa@rfb.gov.br) Gabriel de Lima Triani (gabriel.triani@rfb.gov.br)	Alexandra Cristina Manhold Correa Rodrigues Alexandra.Rodrigues@rfb.gov.br Lennon Onofre Garcia Machado Lennon.Machado@rfb.gov.br			
GUAÍRA					
CURITIBA					
SÃO JOSE DOS PINHAIS					
PARANAGUÁ					
PONTA GROSSA					
LONDRINA	Sandro dos Santos Reis (sandro.reis@rfb.gov.br) Donizete Correa (donizete.correa@rfb.gov.br) Gabriel de Lima Triani (gabriel.triani@rfb.gov.br)	Alexandra Cristina Manhold Correa Rodrigues Alexandra.Rodrigues@rfb.gov.br Lennon Onofre Garcia Machado Lennon.Machado@rfb.gov.br			
MARINGÁ					
CIDADES (Santa Catarina)				Alexandra Cristina Manhold Correa Rodrigues Alexandra.Rodrigues@rfb.gov.br Lennon Onofre Garcia Machado Lennon.Machado@rfb.gov.br	
BLUMENAU					
ITAJAÍ					
FLORIANÓPOLIS					
SÃO JOSÉ					
JOAÇABA					
SÃO FRANCISCO DO SUL	Sandro dos Santos Reis (sandro.reis@rfb.gov.br) Donizete Correa (donizete.correa@rfb.gov.br) Gabriel de Lima Triani (gabriel.triani@rfb.gov.br)	Alexandra Cristina Manhold Correa Rodrigues Alexandra.Rodrigues@rfb.gov.br Lennon Onofre Garcia Machado Lennon.Machado@rfb.gov.br			
JOINVILLE					
DIONISIO CERQUEIRA					
VIGILÂNCIA ELETRÔNICA					
CIDADES (Paraná)	CONTATO E-MAIL (Fiscal Técnico)	CONTATO E-MAIL (Gestor e Suplentes)			
FOZ DO IGUAÇU	GESE ADEMIR ( gese-ademir.oliveira@rfb.gov.br)	Lennon Onofre Garcia Machado Lennon.Machado@rfb.gov.br			
CASCABEL	RENATO MOROISHI (renato.moroishi@rfb.gov.br)				
TOLEDO	JAMERSON LUCIO DA SILVA (jamerson-da.Silva@rfb.gov.br)				

Sandro

FRANCISCO BELTRÃO	ONEIDE PARIZOTTO (Oneide.Parizotto@rfb.gov.br)	<p>LEI Nº 13.127/2016, art. 1º, § 1º, III, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, w, x, y, z, aa, ab, ac, ad, ae, af, ag, ah, ai, aj, ak, al, am, an, ao, ap, aq, ar, as, at, au, av, aw, ax, ay, az, ba, bb, bc, bd, be, bf, bg, bh, bi, bj, bk, bl, bm, bn, bo, bp, bq, br, bs, bt, bu, bv, bw, bx, by, bz, ca, cb, cc, cd, ce, cf, cg, ch, ci, cj, ck, cl, cm, cn, co, cp, cq, cr, cs, ct, cu, cv, cw, cx, cy, cz, da, db, dc, dd, de, df, dg, dh, di, dj, dk, dl, dm, dn, do, dp, dq, dr, ds, dt, du, dv, dw, dx, dy, dz, ea, eb, ec, ed, ee, ef, eg, eh, ei, ej, ek, el, em, en, eo, ep, eq, er, es, et, eu, ev, ew, ex, ey, ez, fa, fb, fc, fd, fe, ff, fg, fh, fi, fj, fk, fl, fm, fn, fo, fp, fq, fr, fs, ft, fu, fv, fw, fx, fy, fz, ga, gb, gc, gd, ge, gf, gg, gh, gi, gj, gk, gl, gm, gn, go, gp, gq, gr, gs, gt, gu, gv, gw, gx, gy, gz, ha, hb, hc, hd, he, hf, hg, hh, hi, hj, hk, hl, hm, hn, ho, hp, hq, hr, hs, ht, hu, hv, hw, hx, hy, hz, ia, ib, ic, id, ie, if, ig, ih, ii, ij, ik, il, im, in, io, ip, iq, ir, is, it, iu, iv, iw, ix, iy, iz, ja, jb, jc, jd, je, jf, jg, jh, ji, jj, jk, jl, jm, jn, jo, jp, jq, jr, js, jt, ju, jv, jw, jx, jy, jz, ka, kb, kc, kd, ke, kf, kg, kh, ki, kj, kk, kl, km, kn, ko, kp, kq, kr, ks, kt, ku, kv, kw, kx, ky, kz, la, lb, lc, ld, le, lf, lg, lh, li, lj, lk, ll, lm, ln, lo, lp, lq, lr, ls, lt, lu, lv, lw, lx, ly, lz, ma, mb, mc, md, me, mf, mg, mh, mi, mj, mk, ml, mm, mn, mo, mp, mq, mr, ms, mt, mu, mv, mw, mx, my, mz, na, nb, nc, nd, ne, nf, ng, nh, ni, nj, nk, nl, nm, nn, no, np, nq, nr, ns, nt, nu, nv, nw, nx, ny, nz, oa, ob, oc, od, oe, of, og, oh, oi, oj, ok, ol, om, on, oo, op, oq, or, os, ot, ou, ov, ow, ox, oy, oz, pa, pb, pc, pd, pe, pf, pg, ph, pi, pj, pk, pl, pm, pn, po, pp, pq, pr, ps, pt, pu, pv, pw, px, py, pz, qa, qb, qc, qd, qe, qf, qg, qh, qi, qj, qk, ql, qm, qn, qo, qp, qq, qr, qs, qt, qu, qv, qw, qx, qy, qz, ra, rb, rc, rd, re, rf, rg, rh, ri, rj, rk, rl, rm, rn, ro, rp, rq, rr, rs, rt, ru, rv, rw, rx, ry, rz, sa, sb, sc, sd, se, sf, sg, sh, si, sj, sk, sl, sm, sn, so, sp, sq, sr, ss, st, su, sv, sw, sx, sy, sz, ta, tb, tc, td, te, tf, tg, th, ti, tj, tk, tl, tm, tn, to, tp, tq, tr, ts, tt, tu, tv, tw, tx, ty, tz, ua, ub, uc, ud, ue, uf, ug, uh, ui, uj, uk, ul, um, un, uo, up, uq, ur, us, ut, uu, uv, uw, ux, uy, uz, va, vb, vc, vd, ve, vf, vg, vh, vi, vj, vk, vl, vm, vn, vo, vp, vq, vr, vs, vt, vu, vv, vw, vx, vy, vz, wa, wb, wc, wd, we, wf, wg, wh, wi, wj, wk, wl, wm, wn, wo, wp, wq, wr, ws, wt, wu, wv, ww, wx, wy, wz, xa, xb, xc, xd, xe, xf, xg, xh, xi, xj, xk, xl, xm, xn, xo, xp, xq, xr, xs, xt, xu, xv, xw, xx, xy, xz, ya, yb, yc, yd, ye, yf, yg, yh, yi, yj, yk, yl, ym, yn, yo, yp, yq, yr, ys, yt, yu, yv, yw, yx, yy, yz, za, zb, zc, zd, ze, zf, zg, zh, zi, zj, zk, zl, zm, zn, zo, zp, zq, zr, zs, zt, zu, zv, zw, zx, zy, zz</p> <p>dos Santos Reis (sandro.reis@rfb.gov.br) Donizete Correa (donizete.correa@rfb.gov.br) Gabriel de Lima Triani (gabriel.triani@rfb.gov.br)</p>	<p>LEI Nº 13.127/2016, art. 1º, § 1º, III, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, w, x, y, z, aa, ab, ac, ad, ae, af, ag, ah, ai, aj, ak, al, am, an, ao, ap, aq, ar, as, at, au, av, aw, ax, ay, az, ba, bb, bc, bd, be, bf, bg, bh, bi, bj, bk, bl, bm, bn, bo, bp, bq, br, bs, bt, bu, bv, bw, bx, by, bz, ca, cb, cc, cd, ce, cf, cg, ch, ci, cj, ck, cl, cm, cn, co, cp, cq, cr, cs, ct, cu, cv, cw, cx, cy, cz, da, db, dc, dd, de, df, dg, dh, di, dj, dk, dl, dm, dn, do, dp, dq, dr, ds, dt, du, dv, dw, dx, dy, dz, ea, eb, ec, ed, ee, ef, eg, eh, ei, ej, ek, el, em, en, eo, ep, eq, er, es, et, eu, ev, ew, ex, ey, ez, fa, fb, fc, fd, fe, ff, fg, fh, fi, fj, fk, fl, fm, fn, fo, fp, fq, fr, fs, ft, fu, fv, fw, fx, fy, fz, ga, gb, gc, gd, ge, gf, gg, gh, gi, gj, gk, gl, gm, gn, go, gp, gq, gr, gs, gt, gu, gv, gw, gx, gy, gz, ha, hb, hc, hd, he, hf, hg, hh, hi, hj, hk, hl, hm, hn, ho, hp, hq, hr, hs, ht, hu, hv, hw, hx, hy, hz, ia, ib, ic, id, ie, if, ig, ih, ii, ij, ik, il, im, in, io, ip, iq, ir, is, it, iu, iv, iw, ix, iy, iz, ja, jb, jc, jd, je, jf, jg, jh, ji, jj, jk, jl, jm, jn, jo, jp, jq, jr, js, jt, ju, jv, jw, jx, jy, jz, ka, kb, kc, kd, ke, kf, kg, kh, ki, kj, kk, kl, km, kn, ko, kp, kq, kr, ks, kt, ku, kv, kw, kx, ky, kz, la, lb, lc, ld, le, lf, lg, lh, li, lj, lk, ll, lm, ln, lo, lp, lq, lr, ls, lt, lu, lv, lw, lx, ly, lz, ma, mb, mc, md, me, mf, mg, mh, mi, mj, mk, ml, mm, mn, mo, mp, mq, mr, ms, mt, mu, mv, mw, mx, my, mz, na, nb, nc, nd, ne, nf, ng, nh, ni, nj, nk, nl, nm, nn, no, np, nq, nr, ns, nt, nu, nv, nw, nx, ny, nz, oa, ob, oc, od, oe, of, og, oh, oi, oj, ok, ol, om, on, oo, op, oq, or, os, ot, ou, ov, ow, ox, oy, oz, pa, pb, pc, pd, pe, pf, pg, ph, pi, pj, pk, pl, pm, pn, po, pp, pq, pr, ps, pt, pu, pv, pw, px, py, pz, qa, qb, qc, qd, qe, qf, qg, qh, qi, qj, qk, ql, qm, qn, qo, qp, qq, qr, qs, qt, qu, qv, qw, qx, qy, qz, ra, rb, rc, rd, re, rf, rg, rh, ri, rj, rk, rl, rm, rn, ro, rp, rq, rr, rs, rt, ru, rv, rw, rx, ry, rz, sa, sb, sc, sd, se, sf, sg, sh, si, sj, sk, sl, sm, sn, so, sp, sq, sr, ss, st, su, sv, sw, sx, sy, sz, ta, tb, tc, td, te, tf, tg, th, ti, tj, tk, tl, tm, tn, to, tp, tq, tr, ts, tt, tu, tv, tw, tx, ty, tz, ua, ub, uc, ud, ue, uf, ug, uh, ui, uj, uk, ul, um, un, uo, up, uq, ur, us, ut, uu, uv, uw, ux, uy, uz, va, vb, vc, vd, ve, vf, vg, vh, vi, vj, vk, vl, vm, vn, vo, vp, vq, vr, vs, vt, vu, vv, vw, vx, vy, vz, wa, wb, wc, wd, we, wf, wg, wh, wi, wj, wk, wl, wm, wn, wo, wp, wq, wr, ws, wt, wu, wv, ww, wx, wy, wz, xa, xb, xc, xd, xe, xf, xg, xh, xi, xj, xk, xl, xm, xn, xo, xp, xq, xr, xs, xt, xu, xv, xw, xx, xy, xz, ya, yb, yc, yd, ye, yf, yg, yh, yi, yj, yk, yl, ym, yn, yo, yp, yq, yr, ys, yt, yu, yv, yw, yx, yy, yz, za, zb, zc, zd, ze, zf, zg, zh, zi, zj, zk, zl, zm, zn, zo, zp, zq, zr, zs, zt, zu, zv, zw, zx, zy, zz</p> <p>dos Santos Reis (sandro.reis@rfb.gov.br) Donizete Correa (donizete.correa@rfb.gov.br) Gabriel de Lima Triani (gabriel.triani@rfb.gov.br)</p>
PATO BRANCO	MIRIAN DIAS DOS SANTOS (mirian.d.santos@rfb.gov.br)		
CAPANEMA	EDUARDO RODOLFO ( eduardo.bernert@rfb.gov.br)		
STOANTONIO DO SUDOESTE	EDILSON TADEU BANDEIRA (edilson.bandeira@rfb.gov.br)		
SANTA HELENA	JOSÉ IVANILDO DA SILVA ( jose.ivanildo-da-silva@rfb.gov.br)		
<b>CIDADES (Paraná)</b>	<b>CONTATO E-MAIL (Fiscal Técnico)</b>	<b>CONTATO E-MAIL (Gestor e Suplentes)</b>	
CURITIBA	AMANDIO DE LIMA (Amandio.Marcondes@rfb.gov.br)	Lennon Onofre Garcia Machado	<p>LEI Nº 13.127/2016, art. 1º, § 1º, III, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, w, x, y, z, aa, ab, ac, ad, ae, af, ag, ah, ai, aj, ak, al, am, an, ao, ap, aq, ar, as, at, au, av, aw, ax, ay, az, ba, bb, bc, bd, be, bf, bg, bh, bi, bj, bk, bl, bm, bn, bo, bp, bq, br, bs, bt, bu, bv, bw, bx, by, bz, ca, cb, cc, cd, ce, cf, cg, ch, ci, cj, ck, cl, cm, cn, co, cp, cq, cr, cs, ct, cu, cv, cw, cx, cy, cz, da, db, dc, dd, de, df, dg, dh, di, dj, dk, dl, dm, dn, do, dp, dq, dr, ds, dt, du, dv, dw, dx, dy, dz, ea, eb, ec, ed, ee, ef, eg, eh, ei, ej, ek, el, em, en, eo, ep, eq, er, es, et, eu, ev, ew, ex, ey, ez, fa, fb, fc, fd, fe, ff, fg, fh, fi, fj, fk, fl, fm, fn, fo, fp, fq, fr, fs, ft, fu, fv, fw, fx, fy, fz, ga, gb, gc, gd, ge, gf, gg, gh, gi, gj, gk, gl, gm, gn, go, gp, gq, gr, gs, gt, gu, gv, gw, gx, gy, gz, ha, hb, hc, hd, he, hf, hg, hh, hi, hj, hk, hl, hm, hn, ho, hp, hq, hr, hs, ht, hu, hv, hw, hx, hy, hz, ia, ib, ic, id, ie, if, ig, ih, ii, ij, ik, il, im, in, io, ip, iq, ir, is, it, iu, iv, iw, ix, iy, iz, ja, jb, jc, jd, je, jf, jg, jh, ji, jj, jk, jl, jm, jn, jo, jp, jq, jr, js, jt, ju, jv, jw, jx, jy, jz, ka, kb, kc, kd, ke, kf, kg, kh, ki, kj, kk, kl, km, kn, ko, kp, kq, kr, ks, kt, ku, kv, kw, kx, ky, kz, la, lb, lc, ld, le, lf, lg, lh, li, lj, lk, ll, lm, ln, lo, lp, lq, lr, ls, lt, lu, lv, lw, lx, ly, lz, ma, mb, mc, md, me, mf, mg, mh, mi, mj, mk, ml, mm, mn, mo, mp, mq, mr, ms, mt, mu, mv, mw, mx, my, mz, na, nb, nc, nd, ne, nf, ng, nh, ni, nj, nk, nl, nm, nn, no, np, nq, nr, ns, nt, nu, nv, nw, nx, ny, nz, oa, ob, oc, od, oe, of, og, oh, oi, oj, ok, ol, om, on, oo, op, oq, or, os, ot, ou, ov, ow, ox, oy, oz, pa, pb, pc, pd, pe, pf, pg, ph, pi, pj, pk, pl, pm, pn, po, pp, pq, pr, ps, pt, pu, pv, pw, px, py, pz, qa, qb, qc, qd, qe, qf, qg, qh, qi, qj, qk, ql, qm, qn, qo, qp, qq, qr, qs, qt, qu, qv, qw, qx, qy, qz, ra, rb, rc, rd, re, rf, rg, rh, ri, rj, rk, rl, rm, rn, ro, rp, rq, rr, rs, rt, ru, rv, rw, rx, ry, rz, sa, sb, sc, sd, se, sf, sg, sh, si, sj, sk, sl, sm, sn, so, sp, sq, sr, ss, st, su, sv, sw, sx, sy, sz, ta, tb, tc, td, te, tf, tg, th, ti, tj, tk, tl, tm, tn, to, tp, tq, tr, ts, tt, tu, tv, tw, tx, ty, tz, ua, ub, uc, ud, ue, uf, ug, uh, ui, uj, uk, ul, um, un, uo, up, uq, ur, us, ut, uu, uv, uw, ux, uy, uz, va, vb, vc, vd, ve, vf, vg, vh, vi, vj, vk, vl, vm, vn, vo, vp, vq, vr, vs, vt, vu, vv, vw, vx, vy, vz, wa, wb, wc, wd, we, wf, wg, wh, wi, wj, wk, wl, wm, wn, wo, wp, wq, wr, ws, wt, wu, wv, ww, wx, wy, wz, xa, xb, xc, xd, xe, xf, xg, xh, xi, xj, xk, xl, xm, xn, xo, xp, xq, xr, xs, xt, xu, xv, xw, xx, xy, xz, ya, yb, yc, yd, ye, yf, yg, yh, yi, yj, yk, yl, ym, yn, yo, yp, yq, yr, ys, yt, yu, yv, yw, yx, yy, yz, za, zb, zc, zd, ze, zf, zg, zh, zi, zj, zk, zl, zm, zn, zo, zp, zq, zr, zs, zt, zu, zv, zw, zx, zy, zz</p> <p>Lennon Onofre Garcia Machado Sandro dos Santos Reis (sandro.reis@rfb.gov.br) Donizete Correa (donizete.correa@rfb.gov.br) Gabriel de Lima Triani (gabriel.triani@rfb.gov.br)</p>
SÃO JOSE DOS PINHAIS	AMANDIO DE LIMA (Amandio.Marcondes@rfb.gov.br)	Lennon.Machado@rfb.gov.br	
PARANAGUÁ	JOÃO DE OLIVEIRA (joao.oliveira1@rfb.gov.br)		
PONTA GROSSA	VANESSA GUIMARÃES (vanessa.c.guimaraes@rfb.gov.br)		
LONDRINA	ROZENILDO OLIVEIRA (rozenildo-oliveira.santos@rfb.gov.br)		
MARINGÁ	JORGE ABRAHIM (JORGE.ABRAHIM@rfb.gov.br)		
<b>CIDADES (Santa Catarina)</b>	<b>CONTATO E-MAIL (Fiscal Técnico)</b>	<b>CONTATO E-MAIL (Gestor e Suplentes)</b>	
BLUMENAU	ROGÉRIO ROMES (rogerio.freitas@rfb.gov.br)		<p>LEI Nº 13.127/2016, art. 1º, § 1º, III, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, w, x, y, z, aa, ab, ac, ad, ae, af, ag, ah, ai, aj, ak, al, am, an, ao, ap, aq, ar, as, at, au, av, aw, ax, ay, az, ba, bb, bc, bd, be, bf, bg, bh, bi, bj, bk, bl, bm, bn, bo, bp, bq, br, bs, bt, bu, bv, bw, bx, by, bz, ca, cb, cc, cd, ce, cf, cg, ch, ci, cj, ck, cl, cm, cn, co, cp, cq, cr, cs, ct, cu, cv, cw, cx, cy, cz, da, db, dc, dd, de, df, dg, dh, di, dj, dk, dl, dm, dn, do, dp, dq, dr, ds, dt, du, dv, dw, dx, dy, dz, ea, eb, ec, ed, ee, ef, eg, eh, ei, ej, ek, el, em, en, eo, ep, eq, er, es, et, eu, ev, ew, ex, ey, ez, fa, fb, fc, fd, fe, ff, fg, fh, fi, fj, fk, fl, fm, fn, fo, fp, fq, fr, fs, ft, fu, fv, fw, fx, fy, fz, ga, gb, gc, gd, ge, gf, gg, gh, gi, gj, gk, gl, gm, gn, go, gp, gq, gr, gs, gt, gu, gv, gw, gx, gy, gz, ha, hb, hc, hd, he, hf, hg, hh, hi, hj, hk, hl, hm, hn, ho, hp, hq, hr, hs, ht, hu, hv, hw, hx, hy, hz, ia, ib, ic, id, ie, if, ig, ih, ii, ij, ik, il, im, in, io, ip, iq, ir, is, it, iu, iv, iw, ix, iy, iz, ja, jb, jc, jd, je, jf, jg, jh, ji, jj, jk, jl, jm, jn, jo, jp, jq, jr, js, jt, ju, jv, jw, jx, jy, jz, ka, kb, kc, kd, ke, kf, kg, kh, ki, kj, kk, kl, km, kn, ko, kp, kq, kr, ks, kt, ku, kv, kw, kx, ky, kz, la, lb, lc, ld, le, lf, lg, lh, li, lj, lk, ll, lm, ln, lo, lp, lq, lr, ls, lt, lu, lv, lw, lx, ly, lz, ma, mb, mc, md, me, mf, mg, mh, mi, mj, mk, ml, mm, mn, mo, mp, mq, mr, ms, mt, mu, mv, mw, mx, my, mz, na, nb, nc, nd, ne, nf, ng, nh, ni, nj, nk, nl, nm, nn, no, np, nq, nr, ns, nt, nu, nv, nw, nx, ny, nz, oa, ob, oc, od, oe, of, og, oh, oi, oj, ok, ol, om, on, oo, op, oq, or, os, ot, ou, ov, ow, ox, oy, oz, pa, pb, pc, pd, pe, pf, pg, ph, pi, pj, pk, pl, pm, pn, po, pp, pq, pr, ps, pt, pu, pv, pw, px, py, pz, qa, qb, qc, qd, qe, qf, qg, qh, qi, qj, qk, ql, qm, qn, qo, qp, qq, qr, qs, qt, qu, qv, qw, qx, qy, qz, ra, rb, rc, rd, re, rf, rg, rh, ri, rj, rk, rl, rm, rn, ro, rp, rq, rr, rs, rt, ru, rv, rw, rx, ry, rz, sa, sb, sc, sd, se, sf, sg, sh, si, sj, sk, sl, sm, sn, so, sp, sq, sr, ss, st, su, sv, sw, sx, sy, sz, ta, tb, tc, td, te, tf, tg, th, ti, tj, tk, tl, tm, tn, to, tp, tq, tr, ts, tt, tu, tv, tw, tx, ty, tz, ua, ub, uc, ud, ue, uf, ug, uh, ui, uj, uk, ul, um, un, uo, up, uq, ur, us, ut, uu, uv, uw, ux, uy, uz, va, vb, vc, vd, ve, vf, vg, vh, vi, vj, vk, vl, vm, vn, vo, vp, vq, vr, vs, vt, vu, vv, vw, vx, vy, vz, wa, wb, wc, wd, we, wf, wg, wh, wi, wj, wk, wl, wm, wn, wo, wp, wq, wr, ws, wt, wu, wv, ww, wx, wy, wz, xa, xb, xc, xd, xe, xf, xg, xh, xi, xj, xk, xl, xm, xn, xo, xp, xq, xr, xs, xt, xu, xv, xw, xx, xy, xz, ya, yb, yc, yd, ye, yf, yg, yh, yi, yj, yk, yl, ym, yn, yo, yp, yq, yr, ys, yt, yu, yv, yw, yx, yy, yz, za, zb, zc, zd, ze, zf, zg, zh, zi, zj, zk, zl, zm, zn, zo, zp, zq, zr, zs, zt, zu, zv, zw, zx, zy, zz</p> <p>Lennon Onofre Garcia Machado Sandro dos Santos Reis (sandro.reis@rfb.gov.br) Donizete Correa (donizete.correa@rfb.gov.br) Gabriel de Lima Triani (gabriel.triani@rfb.gov.br)</p>
ITAJAI	JONILTON CAVALCANTE ( jonilton.Santos@rfb.gov.br)		
FLORIANÓPOLIS	ALEXANDRE CAMBOIM (alexandre.camboim@rfb.gov.br)		
SÃO JOSÉ	JOÃO VIEIRA ( joao.vieira1@rfb.gov.br)		
JOAÇABA	DORILDE CHIAMULERA(dorilde.chiamulera@rfb.gov.br)		
SÃO FRANCISCO DO SUL	ANTONIO MARCOS (Antonio.Soler@rfb.gov.br)		
JOINVILLE	FELIPE DANIEL (felipe.gulicz@rfb.gov.br)		
DIONÍSIO CERQUEIRA	MARCELO BIANCHIN (marcelo.bianchin@rfb.gov.br)		
CRICIUMA	RUDIMAR MARIANO (rudimar.mariano@rfb.gov.br)		
LAGES	MÁRCIO DA SILVA ( marcio.assuncao@rfb.gov.br)		
IMBITUBA	ADILSON MEDEIROS (dilson.constantino@rfb.gov.br)		

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – Declaração de Realização de Vistoria e de  
Conhecimento das Condições Inerentes à Natureza do Trabalho**

A empresa [REDACTED] (nome da licitante) [REDACTED], CNPJ nº [REDACTED], inscrição estadual nº [REDACTED], estabelecida em [REDACTED], por intermédio de seu representante legal, Sr(a). [REDACTED] (nome do representante) [REDACTED], portador da Cédula de Identidade RG nº [REDACTED] e do CPF nº [REDACTED]:

( ) **DECLARA** que realizou vistoria na totalidade das áreas que deram origem à necessidade de contratação e que possui subsídios suficientes para oferecer sua proposta na sessão do Pregão Eletrônico,

**ou;**

( ) **DECLARA** que não realizou vistoria, mas possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com o órgão contratante.

[REDACTED] / [REDACTED], [REDACTED] de [REDACTED] de 2024

---

Assinatura do representante legal

**Edital - Pregão Eletrônico SRRF09 nº 90002/2024****ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA – Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública (modelo)**

Declaro que a empresa [REDACTED] (nome da licitante) [REDACTED], CNPJ nº [REDACTED], com sede na [REDACTED] (endereço completo) [REDACTED], possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor Total do Contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

[REDACTED], [REDACTED] de [REDACTED] de 2024

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal

**Observação:**

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, a licitante também deverá informar o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: \*Considerar o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.



**Edital - Pregão Eletrônico SRRF09 nº 90002/2024**

**ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA – DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO (modelo)**

Atestamos que a empresa [REDACTED] (nome da licitante) [REDACTED], CNPJ nº [REDACTED], com sede na [REDACTED] (endereço completo) [REDACTED], por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) [REDACTED] infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº [REDACTED] e CPF nº [REDACTED], para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRRF 09 nº 90002/2024, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, **DECLARA** que:

- a) ☐ - dispõe de escritório em [REDACTED]; ou  
b) ☐ - instalará escritório em [REDACTED].

A afirmação desta declaração deverá ser comprovada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato.

[REDACTED]/PR, [REDACTED] de [REDACTED] de 2024

---

Representante do Licitante